São Paulo Aberta

PREFEITURA DE SÃO PAULO
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

SISTEMATIZAÇÃO

MAPEAMENTO DE INICIATIVAS DE GOVERNO ABERTO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Supervisão Para Assuntos de Governo Aberto (SAGA)

Secretaria Municipal de Relações Internacionais (SMRI)

Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP)

2018

Introdução

Em junho de 2018, no Gabinete do Prefeito, em reunião agendada para discutir questões referentes ao início da cocriação do 2º Plano de Ação em Governo Aberto, a São Paulo Aberta foi incumbida de realizar um mapeamento dos projetos, programas e ações de Governo Aberto[1] promovidos pela Prefeitura de São Paulo, que estivessem em fase de elaboração ou execução. Estavam presentes na reunião representações das seguintes pastas e entidades:

- Gabinete do Prefeito;
- Secretaria Municipal de Relações Internacionais;
- Secretaria Municipal de Justiça;
- Controladoria Geral do Município;
- Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia;
- Secretaria Especial de Comunicação;
- Banco Mundial;
- *World Resources Institute* (WRI);
- Ass. de Projetos Integrados e Desenvolvimento Sustentável – PIDS.

O objetivo da demanda era fortalecer a pauta de Governo Aberto na Prefeitura de São Paulo, criando uma visão mais consistente sobre as temáticas que formam essa agenda, bem como diagnosticar o cenário atual a fim de que sirva de base para a construção do que se almeja para o futuro.

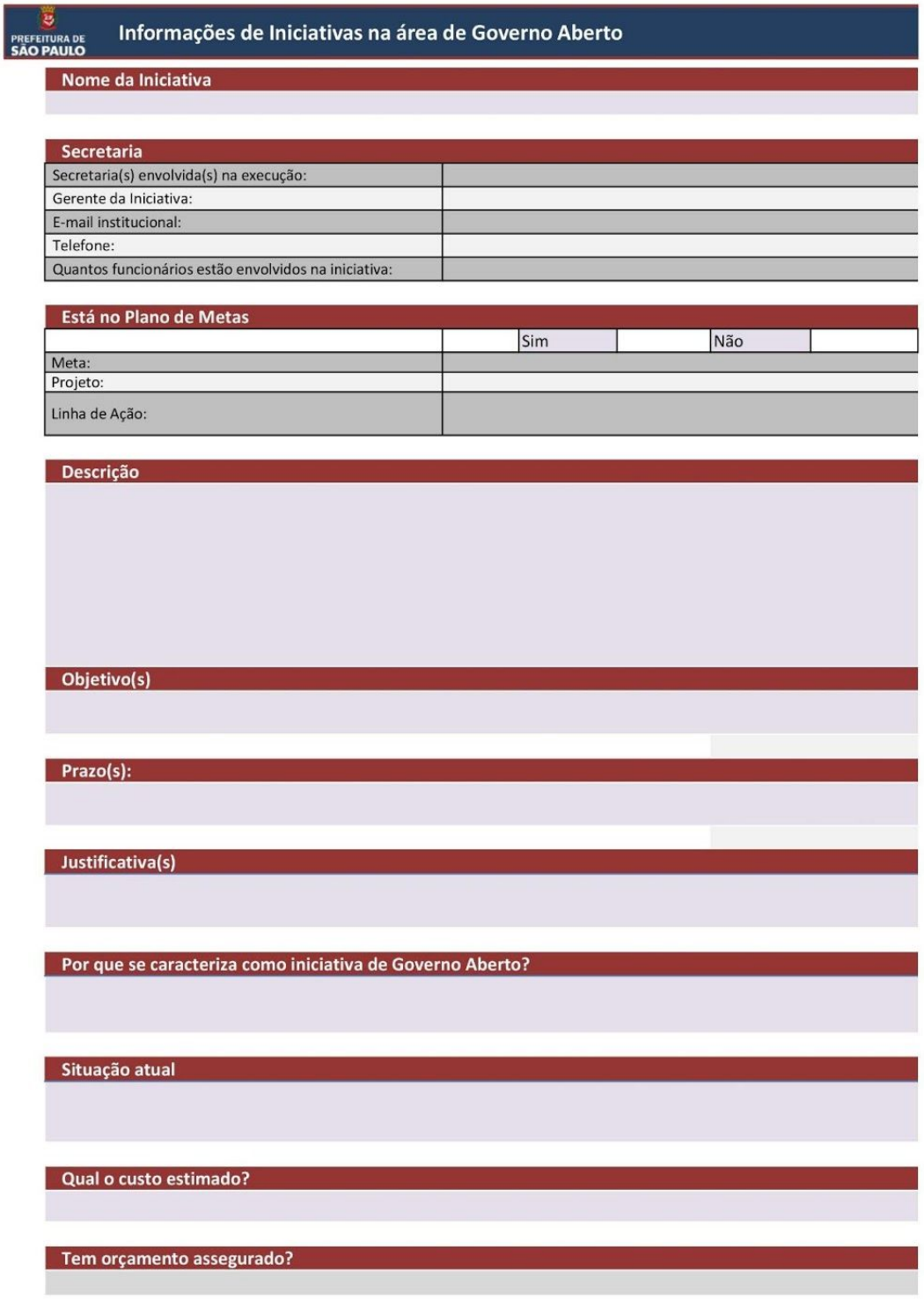
Início do Mapeamento

A metodologia adotada para a realização do mapeamento foi a seguinte:

- Determinar as informações que desejávamos obter;
- Determinar o método de coleta de dados único;
- Definir prazos e responsabilidades;
- Sistematizar as respostas;
- Apresentar e divulgar o trabalho aos interessados.

[1] Conceito proposto pela *Open Government Partnership*, pautado nos seguintes eixos: participação cidadã, transparência, inovação tecnológica e integridade.

Uma vez definidas as informações que seriam coletadas, foi elaborada a seguinte planilha:



PREFEITURA DE SÃO PAULO

Informações de Iniciativas na área de Governo Aberto

Nome da Iniciativa

Secretaria

Secretaria(s) envolvida(s) na execução:	
Gerente da Iniciativa:	
E-mail institucional:	
Telefone:	
Quantos funcionários estão envolvidos na iniciativa:	

Está no Plano de Metas

		Sim		Não	
Meta:					
Projeto:					
Linha de Ação:					

Descrição

Objetivo(s)

Prazo(s):

Justificativa(s)

Por que se caracteriza como iniciativa de Governo Aberto?

Situação atual

Qual o custo estimado?

Tem orçamento assegurado?

Imagem 1: Planilha única de preenchimento das informações de iniciativas na área de governo aberto.

Em 25 de julho de 2018, com ciência do Comitê Intersecretarial de Governo Aberto da Cidade de São Paulo (CIGA-SP)[2], que se reuniu em 18 de julho de 2018, esta planilha, acompanhada de manual para auxiliar o seu preenchimento e ofício, foram encaminhados a todos os Chefes de Gabinete e autoridades similares de 77 órgãos da prefeitura e empresas públicas, via processo SEI n.º 6073.2018/0000150/3, com a sugestão de que o seu preenchimento fosse realizado pelo membro titular ou suplente do CIGA-SP ou pelo ponto focal de Governo Aberto da Rede INFO Aberta[3]. Abaixo, planilha com a relação de todos os órgãos contatados:

Tabela 01: Órgãos que receberam os materiais para realização do mapeamento

SUB AF	Subprefeitura Aricanduva/Formosa/Carrão
SUB BT	Subprefeitura Butantã
SUB CL	Subprefeitura Campo Limpo
SUB CS	Subprefeitura Capela do Socorro
SUB CV	Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha
SUB AD	Subprefeitura Cidade Ademar
SUB CT	Subprefeitura Cidade Tiradentes
SUB EM	Subprefeitura Ermelino Matarazzo
SUB FB	Subprefeitura Freguesia/Brasilândia
SUB G	Subprefeitura Guaianases
SUB IP	Subprefeitura Ipiranga
SUB IT	Subprefeitura Itaim Paulista
SUB IQ	Subprefeitura Itaquera
SUB JA	Subprefeitura Jabaquara
SUB JT	Subprefeitura Jaçanã/Tremembé
SUB LA	Subprefeitura Lapa
SUB MB	Subprefeitura M' Boi Mirim
SUB MO	Subprefeitura Mooca
SUB PA	Subprefeitura Parelheiros
SUB PE	Subprefeitura Penha
SUB PR	Subprefeitura Perus
SUB PI	Subprefeitura Pinheiros
SUB PJ	Subprefeitura Pirituba/Jaraguá

[2] O CIGA-SP é uma Comitê formado por dezesseis secretarias municipais: Casa Civil, CGM, SMC, SMDP, SMDHC, SME, SECOM, SF, SG, SGM, SMIT, SMT, SMPED, SMSUB, SMUL, SMRI e pela PRODAM - Empresa de Tecnologia da Prefeitura de São Paulo.

[3] Rede de Servidores Públicos Pelo Acesso à Informação e Governo Aberto. Atualmente, conta com 543 servidores, dentre eles Autoridades Máxima, Chefes de Gabinete, Assessores Jurídicos, Assessores de Comunicação, pontos focais de e-SIC e pontos focais de governo aberto. Dados fornecidos pela Divisão de Transparência Passiva, da Ouvidoria Geral do Município, em setembro de 2018.

SUB ST	Subprefeitura Santana/Tucuruvi
SUB SA	Subprefeitura Santo Amaro
SUB SM	Subprefeitura São Mateus
SUB MP	Subprefeitura São Miguel Paulista
SUB SE	Subprefeitura Sé
SUB VM	Subprefeitura Vila Mariana
SUB MG	Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme
SUB VP	Subprefeitura Vila Prudente
SUB SB	Subprefeitura Sapopemba
CET	Companhia de Engenharia de Tráfego
COHAB	Companhia Metropolitana de Habitação
PRODAM	Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de São Paulo
SP OBRAS	São Paulo Obras
SP URBANISMO	São Paulo Urbanismo
SP TRANS	São Paulo Transportes S/A
SP TURIS	São Paulo Turismo S/A
AHM	Autarquia Hospitalar Municipal
IPREM	Instituto de Previdência Municipal de São Paulo
SFMSP	Serviço Funerário do Município de São Paulo
HSPM	Hospital do Servidor Público Municipal
SPDA	Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos
FPETC	Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura
FTMSP	Fundação Theatro Municipal de São Paulo
SP PARCERIAS	São Paulo Parcerias
SPSEC	SPSEC- Companhia Paulistana de Securitização
AMLURB	Autoridade Municipal de Limpeza Urbana
SGM	Secretaria do Governo Municipal
SERS	Secretaria Especial de Relações Sociais
SECOM	Secretaria Especial de Comunicação
SMPED	Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência
SMS	Secretaria Municipal da Saúde
SMADS	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
SMSUB	Secretaria Municipal das Subprefeituras
SMC	Secretaria Municipal de Cultura
SMDE	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

SME	Secretaria Municipal de Educação
SEME	Secretaria Municipal de Esportes e Lazer
SF	Secretaria Municipal da Fazenda
SEHAB	Secretaria Municipal de Habitação
SG	Secretaria Municipal de Gestão
SMRI	Secretaria Municipal de Relações Internacionais
SMSU	Secretaria Municipal de Segurança Urbana
SVMA	Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente
PGM	Procuradoria Geral do Município
SMT	Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes
SMDHC	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania
CGM	Controladoria Geral do Município
SMUL	Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento
SMDP	Secretaria Municipal de Desestatização e Parcerias
SMIT	Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia
SIURB	Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras
SMJ	Secretaria Municipal de Justiça
CASA CIVIL	Casa Civil

INICIATIVAS DE GOVERNO ABERTO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
MANUAL

O que é Governo Aberto?

O conceito de Governo Aberto utilizado pela Prefeitura Municipal de São Paulo tem como base a interpretação da *Open Government Partnership* (OGP), ou Parceria para Governo Aberto (PGA), uma instituição internacional que tem como objetivo fomentar o Governo Aberto em governos nacionais e subnacionais. Assim, a PGA caracteriza Governo Aberto como a integração de quatro eixos, sendo eles: transparência, inovação, *accountability* (integridade) e participação cidadã.

- **Transparência:** Aumentar a disponibilidade de informações sobre atividades governamentais;
- **Tecnologia e Inovação:** Ampliar o acesso a novas tecnologias para fins de abertura do governo e prestação de contas;
- ***Accountability* (Integridade):** Implementar os padrões mais altos de integridade profissional na administração pública;
- **Participação Cidadã:** Apoiar a participação social dentro da gestão pública.

Governo Aberto no município de São Paulo

A Parceria para Governo Aberto surgiu em 2011 e era composta somente por governos nacionais. No ano de 2016, a PGA desenvolveu um projeto piloto com 15 governos subnacionais, sendo a cidade de São Paulo um deles, por já ter ações de governo aberto sendo implementadas desde o ano de 2014, como por exemplo, a criação da São Paulo Aberta, projeto atualmente associado à Meta 49 do Programa de Metas de São Paulo (2017-2020).

Em 2018, foi instituída a Supervisão para Assuntos de Governo Aberto na Secretaria Municipal de Relações Internacionais da Prefeitura de São Paulo. Uma de suas ações será o Mapeamento de Ações de Governo Aberto, com o objetivo de obter um panorama de como a pauta está sendo desenvolvida no município, bem como para gerar consonância para a co-criação dos novos compromissos em Governo Aberto junto à PGA.

O projeto/programa/ação do meu órgão se encaixa como de Governo Aberto?

Tabela 1: Definições de Projeto, Programa e Ação

Projeto	Iniciativa que tenha começo, meio e fim, ou seja, que tenha prazo para acabar. Pode estar em processo de planejamento, implementação ou finalização.

Programa	Iniciativas que sejam contínuas, sem prazo para finalizar.
Ação	Ações pontuais, que não tenham prazo ou periodicidade definida.

- **Participação Cidadã:** Nos últimos anos o governo percebeu que para aumentar a eficiência de seus trabalhos é essencial que se estabeleça um diálogo próximo junto à população.
  Algum *programa, projeto ou ação* no seu órgão pretende ou inclui a sociedade civil nas tomadas de decisão? Ou há algum *programa, projeto ou ação* que pretende aproximar o cidadão para que haja uma gestão mais participativa? Há algum conselho que envolva a sociedade civil? Caso as respostas sejam sim, é possível que se enquadre como iniciativa de Governo Aberto!

- **Transparência:** A transparência governamental é essencial para que a sociedade se mantenha informada a respeito das ações do governo, fortalecendo a confiança entre os dois atores, além de abrir uma oportunidade para que haja fiscalização e responsabilização do governo pelos seus atos. Dessa forma, é essencial que o cidadão tenha acesso às informações públicas.
  No seu órgão, há algum *programa, projeto ou ação* que busca disponibilizar as informações governamentais ao cidadão? Ou que facilite o acesso aos dados? Se sim, pode se enquadrar como uma iniciativa de Governo Aberto!

- **Accountability (Integridade):** Existe uma demanda da sociedade de acompanhar todos os atos do governo eleito, com a intenção de fortalecer a integridade pública e o combate à corrupção. Todas as atividades de prestação de contas e responsabilização do governo pelas suas ações entram na categoria de integridade.
  No seu órgão, há *projetos, programas ou ações* que fomentem o combate à corrupção? Há algum *projeto, programa ou ações* que se proponha a realização de prestação de contas pelo governo? Algum *projeto, programa ou ação* que se proponha a aumentar a integridade pública? Caso houver, pode ser uma iniciativa de Governo Aberto!

- **Tecnologia e Inovação:** Diante da Era da Informação, muitos dos processos dentro dos governos estão se modernizando, utilizando a tecnologia como ferramenta para promover a gestão popular, a transparência e a integridade, tornando as ações governamentais mais acessíveis à população.
  No seu órgão, há algum *programa, projeto ou ação* que trabalhe as questões de tecnologia como maneira de modernizar a administração pública? Há algum laboratório de inovação em seu órgão? Algum espaço de articulação,

participação e inovação? Promove de alguma maneira, ações e metodologias inovadoras? Se sim, há chances de se enquadrar como Governo Aberto!

Meu projeto/programa/ação se encaixa em uma ou mais temáticas de Governo Aberto. Como preencho a planilha?

A planilha encaminhada que deverá ser preenchida se assemelha muito à uma anteriormente enviada quando houve troca de gestão na Prefeitura Municipal de São Paulo. Segue, abaixo, algumas orientações:

Tabela 2: Orientações para o preenchimento da planilha

INFORMAÇÃO	ORIENTAÇÃO
Secretaria(s) envolvida(s) na execução:	Todas as secretarias envolvidas na coordenação, implementação e avaliação do projeto/programa/ação.
Gerente da iniciativa	Responsável pelo projeto/programa/ação (ponto focal, coordenador, etc).
Email institucional	E-mail do gerente do projeto/programa/ação.
Quantos funcionários estão envolvidos na iniciativa	Todos os funcionários envolvidos na coordenação, implementação e avaliação do projeto/programa/ação.
Está no Plano de Metas?	Preencher o espaço SIM ou NÃO, caso o projeto/programa/ação se encontre dentro do Plano de Metas (2017-2020).
Meta	Nome da meta.
Projeto	Projeto em específico dentro da meta.
Linha de ação	Número da linha de ação.
Descrição	Descrever brevemente sobre o projeto/programa/ação. Pontos norteadores: operações e breve histórico.
Objetivo(s)	Qual o objetivo que o projeto/programa/ação pretende alcançar.
Prazo(s)	Caso a iniciativa seja um projeto, necessário colocar o prazo final de conclusão do mesmo ou quando se tratar de ações pontuais, indicar qual a periodicidade.

3

Justificativa(s)	Indicar a importância do projeto/programa/ação e qual foi a motivação por trás da construção do mesmo.
Por que se caracteriza como Iniciativa de Governo Aberto?	Explicitar em qual(is) temática(s) de Governo Aberto o projeto/programa/ação e se encontra e o porquê. As definições aqui apresentadas podem ser utilizadas.
Situação atual	Situação atual em que se encontra o projeto/programa/ação: está em implementação? Há problemas que impedem o seu funcionamento?
Qual o custo estimado?	Custos que envolvem recursos humanos, gráficos, etc. Lembrando que é um custo estimado.
Tem orçamento assegurado?	Caso haja, colocar o valor.

Quais os prazos?

O prazo final para a entrega das planilhas é dia **31 de agosto de 2018.**

Outras dúvidas, comentários e sugestões, a São Paulo Aberta se encontra à disposição através dos seguintes canais:

E-mail: saopauloaberta@prefeitura.sp.gov.br ou por intermédio da ponto focal do projeto de mapeamento, gboechat@prefeitura.sp.gov.br.
Telefone: (11) 3113-8541 - Gabriela Boechat

Imagem 02: Manual encaminhado aos órgãos.

Como já mencionado, os órgãos tinham até o dia 31 de agosto para devolverem a planilha preenchida, porém, alguns órgãos solicitaram prorrogação. Dessa forma, foram recebidas planilhas até o dia 28 de setembro de 2018.

As devolutivas foram classificadas em 3 blocos:

(i) Órgãos que responderam com as planilhas preenchidas;
(ii) Órgãos que declararam não haver iniciativas de governo aberto em prática;
(iii) Órgãos que não responderam ao ofício.

Tabela 02: órgãos que responderam ao ofício com planilhas de governo aberto

SUB AD	Subprefeitura Cidade Ademar
SUB AF	Subprefeitura Aricanduva/Formosa/Carrão
SUB CL	Subprefeitura Campo Limpo

SUB CS	Subprefeitura Capela do Socorro
SUB CT	Subprefeitura Cidade Tiradentes
SUB EM	Subprefeitura Ermelino Matarazzo
SUB FB	Subprefeitura Freguesia/Brasilândia
SUB G	Subprefeitura Guaianases
SUB IT	Subprefeitura Itaim Paulista
SUB JÁ	Subprefeitura Jabaquara
SUB JT	Subprefeitura Jaçanã/Tremembé
SUB MB	Subprefeitura M' Boi Mirim
SUB MP	Subprefeitura São Miguel Paulista
SUB PA	Subprefeitura Parelheiros
SUB PE	Subprefeitura Penha
SUB PR	Subprefeitura Perus
SUB ST	Subprefeitura Santana/Tucuruvi
SUB SM	Subprefeitura São Mateus
SUB SB	Subprefeitura Sapopemba
CET	Companhia de Engenharia de Tráfego
COHAB	Companhia Metropolitana de Habitação
PRODAM	Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de São Paulo
SP OBRAS	São Paulo Obras
SP URBANISMO	São Paulo Urbanismo
SP TRANS	São Paulo Transportes S/A
HSPM	Hospital do Servidor Público Municipal
SPDA	Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos
FTMSP	Fundação Theatro Municipal de São Paulo
SPSEC	SPSEC- Companhia Paulistana de Securitização
AMLURB	Autoridade Municipal de Limpeza Urbana
SGM	Secretaria do Governo Municipal
SMPED	Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência
SMS	Secretaria Municipal da Saúde
SMADS	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
SMC	Secretaria Municipal de Cultura
SME	Secretaria Municipal de Educação
SEME	Secretaria Municipal de Esportes e Lazer
SF	Secretaria Municipal da Fazenda

SG	Secretaria Municipal de Gestão
SMRI	Secretaria Municipal de Relações Internacionais
SMSU	Secretaria Municipal de Segurança Urbana
SMT	Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes
SMDHC	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania
CGM	Controladoria Geral do Município
SMUL	Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento
SMDP	Secretaria Municipal de Desestatização e Parcerias
SMIT	Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia
SIURB	Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras
SMJ	Secretaria Municipal de Justiça

Tabela 03: Órgãos que declararam não haver iniciativas de governo aberto em prática

SUB CV	Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha
SUB MO	Subprefeitura Mooca
SUB SA	Subprefeitura Santo Amaro
SUB SE	Subprefeitura Sé
SUB VM	Subprefeitura Vila Mariana
SUB VP	Subprefeitura Vila Prudente
AHM	Autarquia Hospitalar Municipal
IPREM	Instituto de Previdência Municipal de São Paulo

Tabela 04: órgãos que não responderam ao ofício

SUB BT	Subprefeitura Butantã
SUB IP	Subprefeitura Ipiranga
SUB IQ	Subprefeitura Itaquera
SUB LA	Subprefeitura Lapa
SUB PI	Subprefeitura Pinheiros
SUB PJ	Subprefeitura Pirituba/Jaraguá
SUB MG	Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme
SP TURIS	São Paulo Turismo S/A
SFMSP	Serviço Funerário do Município de São Paulo
FPETC	Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura
SP PARCERIAS	São Paulo Parcerias
SERS	Secretaria Especial de Relações Sociais
SECOM	Secretaria Especial de Comunicação

SMSUB	Secretaria Municipal das Subprefeituras
SMDE	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
SEHAB	Secretaria Municipal de Habitação
SVMA	Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente
PGM	Procuradoria Geral do Município
CASA CIVIL	Casa Civil

Ao final de todo o processo, foi coletado o total de 58 planilhas contendo 158 iniciativas de Governo Aberto. Todas as planilhas estão disponibilizadas, na íntegra, no Portal de Dados Abertos, no link http://dados.prefeitura.sp.gov.br/pt_PT/dataset/mapeamento-de-iniciativas-de-governo-aberto.

Nesta sistematização foram priorizadas informações chaves das planilhas dos projetos, programas e ações. Assim, abaixo encontram-se as informações principais de **todas** as planilhas recebidas, com destaque às seguintes informações: nome da iniciativa; se está no Programa de Metas e a qual meta e projeto atende; descrição do projeto, objetivo e prazo; porque se caracteriza como iniciativa de Governo Aberto.

Importante mencionar que a equipe da São Paulo Aberta ainda não realizou qualquer tipo de seleção dos projetos ou análise técnica dos mesmos. Ambas ações serão realizadas na próxima etapa do Mapeamento, entre 2019 e 2020.

Qualquer dúvida ou sugestão acerca deste relatório, entre em contato com a São Paulo Aberta pelo e-mail governoaberto@prefeitura.sp.gov.br.

1. Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (AMLURB)

Iniciativa 01

Nome da iniciativa: Limpa Já Entulho

Está no Plano de Metas? Não

Descrição

Características da Ferramenta:

- Aplicativo gratuito para *download* em *smartphones* (com sistema operacional Android na *Play Store*);
- Permite aos munícipes encontrar locais adequados para descarte de resíduos da construção civil, consultar transportadores para solicitar o serviço de caçambas, além de acompanhar e poder gerar ocorrências de fiscalização do descarte de resíduos da construção civil na cidade;
- O munícipe pode enviar uma denúncia de forma anônima, enviando até 3 fotos do local de descarte e acompanhar seu desdobramento;
- Ferramenta de comunicação que se integra ao sistema Coletas Online, já implantado pela Prefeitura em 2017;
- Abrange a rede de 102 Ecopontos em operação na cidade.

Objetivo(s)

- Iniciativa pública, de ação da população na redução os pontos de descarte irregular de entulho (pontos viciados);
- Ação participativa na comunicação da existência de caçambas irregulares e/ou clandestinas;
- Oferecer a possibilidade aos munícipes de verificar e acompanhar as caçambas que coletam esses resíduos da construção civil e os locais corretos para seu descarte.

Prazo/Duração:

Em andamento, por prazo indeterminado.
Aplicativo lançado em julho/2017.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

Se trata de uma ferramenta participativa, onde a população tem a possibilidade de se apropriar das informações referente aos transportadores e áreas de destinação final cadastrados junto à Prefeitura Municipal, além de assumir a responsabilidade compartilhada dos resíduos da construção civil que produz e descarta, e ainda oferece a possibilidade de tomar a iniciativa de zelar pelo espaço público de uso comum.

1. Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (AMLURB)

Iniciativa 02

Nome da iniciativa: Controle de Transporte de Resíduos CTR *online*

Está no Plano de Metas? Não, mas pretende atingir uma meta, nº 24.

Descrição

Características da ferramenta:

- Sistema Eletrônico que possibilidade de realizar a gestão da destinação dos resíduos volumosos e da construção civil;
- Geração e controle de CTR Eletrônica possibilitando agilidade no processo através do *Coletas Online*;
- Otimização da captação dos dados através dos relatórios gerados pelo *Coletas Online*, permitindo planejar e criar ações de prevenção;
- Planejamento e informatização da gestão de resíduos, por ser um sistema de Gestão Eletrônica de Controle de Resíduos Volumosos e da Construção Civil, que complementa o PGIRS - Planos Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos (Decreto nº 54.991/2014 em alteração ao nº 53.323/2012);
- Fiscalização eletrônica de Caçambas e Transportadoras ilegais, que podem ser identificadas pelos agentes de fiscalização através de qualquer dispositivo com acesso à internet;
- Divulgação dos Pontos de Entrega Voluntária facilitando o depósito correto dos resíduos volumosos e da construção civil;
- Divulgação dos Transportadores autorizados, que passam a ser encontrados através do sistema de Gestão Eletrônica do Coletas Online.

Objetivo(s)

É um sistema de emissão eletrônica de CTR - Controle de Transporte de Resíduos, que disponibiliza a infraestrutura necessária para monitoramento e fiscalização do transporte de Resíduo da Construção Civil no município de São Paulo, prevista na Resolução no 105/AMLURB/2017.

Prazo/Duração:

Em andamento, por prazo indeterminado.
Aplicativo lançado em março/2017.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

Por tratar de instrumento de controle e monitoramento dos resíduos no município, bem como obter informações de gestão de toda a cadeia produtiva relativo aos RCC resíduos da construção civil.

1. Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (AMLURB)

Iniciativa 03

Nome da iniciativa: Controle de Transporte de Resíduos de Grandes Geradores - CTRe - GG

Está no Plano de Metas? Não, mas pretende atingir uma meta, nº 24.

Descrição

Características da ferramenta:

- Sistema Eletrônico que possibilidade de realizar a gestão da destinação dos resíduos provenientes dos grandes geradores;
- Geração e controle de CTR Eletrônica possibilitando agilidade no processo e rastreabilidade dos resíduos;
- Otimização da captação dos dados através dos relatórios gerados pelo sistema CTRe GG para subsidiar tomadas de decisão da Administração;
- Planejamento e informatização da gestão de resíduos, por ser um sistema de Gestão Eletrônica de Controle de Resíduos, provenientes dos grandes geradores de resíduos sólidos;
- Fiscalização eletrônica do fluxo das coletas, transporte e destinação final dos resíduos, que podem ser identificadas pelos agentes de fiscalização através de qualquer dispositivo com acesso à internet;
- Divulgação dos Transportadores autorizados, que passam a ser encontrados através do sistema de Gestão Eletrônica.

Objetivo(s)

É um sistema de emissão eletrônica de CTR - Controle de Transporte de Resíduos, que disponibiliza a infraestrutura necessária para monitoramento e fiscalização do transporte de Resíduos provenientes dos Grandes Geradores de resíduos sólidos do município de São Paulo.

Prazo/Duração:

Em andamento, por prazo indeterminado.
Fase de testes e homologação.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

Por tratar de instrumento de controle e monitoramento dos resíduos no município, bem como obter informações de gestão de toda a cadeia produtiva, desonerar a coleta pública dos grandes geradores que consoante a Legislação, (Lei 13.478/02) deve contratar coleta particular.

1. Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (AMLURB)

Iniciativa 04

Nome da iniciativa: Realizar diagnóstico aprofundado sobre a cadeia formal e informal de reciclagem da cidade de São Paulo.

Está no Plano de Metas? Sim, Meta 24, projeto 34.

Descrição

Dentro da Meta de redução de resíduos sólidos urbanos na Cidade de São Paulo, há a etapa de entender o mecanismo de como funciona a cadeia de reciclagem para organizar as cadeias de materiais, propor regulamentação e incentivo de forma a exercer a responsabilidade compartilhada entre os diversos atores (o poder público, o setor empresarial e a coletividade) que atuam em determinada cadeia de materiais. Dentro da Política Nacional de Resíduos Sólidos estão incluídas as principais cadeias, a saber: embalagens, lâmpadas, eletroeletrônico, óleos lubrificantes, pilhas e baterias, pneus. Além destas, a AMLURB se propõe, também, a estudar a cadeia de medicamentos.

Objetivo(s)

Entender o mecanismo das cadeias de materiais oriundos da logística reversa para propor políticas públicas eficazes.

Prazo/Duração: Julho de 2018 - Para a cadeia formal da logística reversa.

Por que se caracteriza como Governo Aberto? *Sem informações.*

1. Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (AMLURB)

Iniciativa 05

Nome da iniciativa: Implantar programa visando o reaproveitamento de 66% dos resíduos orgânicos provenientes de podas e feiras livres.

Está no Plano de Metas? Sim, Meta 24, projeto 34.

Descrição

Os resíduos de feiras, considerando principalmente frutas, legumes e verduras, são resíduos orgânicos que possuem valores energéticos que podem ser reaproveitados inclusive para a compostagem. Existe o Projeto Piloto de Compostagem, no distrito da Lapa, que está obtendo muito sucesso ao transformar estes orgânicos em composto para ser aplicado em jardins e hortas. O projeto da Lapa, além de evitar que este tipo de resíduo seja destinado aos aterros, minimiza em 87% os gases do efeito estufa quando comparado ao seu depósito em aterros. A proposta é termos 12 (doze) pátios de compostagem, similares ao da Lapa, e assim reduzir o envio de 66% de resíduos orgânicos aos aterros.

Objetivo(s)

Reduzir o envio de resíduos orgânicos de alta qualidade ao aterro, minimizando os custos de manutenção com aterros, melhorando a gestão de resíduos, e fomentando melhorias contínuas no meio ambiente.

Prazo/Duração:

Até 2020 implementar 12 (doze) pátios de compostagem.

Por que se caracteriza como Governo Aberto? *Sem informações.*

1. Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (AMLURB)

Iniciativa 06

Nome da iniciativa: Implantar Programa de Gestão de Resíduos Orgânicos em 1.525 escolas públicas municipais que dispõem de área disponível para compostagem.

Está no Plano de Metas? Sim, Meta 24, projeto 34.

Descrição
Implantar a gestão e a compostagem dos resíduos orgânicos nas escolas públicas municipais.

Objetivo(s)
Buscar a conscientização ambiental e a redução dos resíduos orgânicos que fazem parte da "coleta domiciliar", pertencentes aos serviços de coleta da prefeitura.

Prazo/Duração:
De 2018 a 2020.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?
Tecnologia e Inovação: apesar da arte da compostagem ser milenar, a universidade de Santa Catarina "tropicalizou" a metodologia e buscou implementar em regiões de pequeno porte. Assim, transformou a compostagem de baixo investimento e aproveitando o processo natural inerente em uma inovação para as cidades.

1. Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (AMLURB)

Iniciativa 07

Nome da iniciativa: Avaliação das cooperativas colaboradoras e credenciadas do município de São Paulo para auxiliar na tomada de decisão e formulação de ações e estratégias para o fortalecimento da rede de coleta seletiva.

Está no Plano de Metas? Sim, Meta 24, projeto 34.

Descrição
Avaliar as cooperativas colaboradoras e credenciadas do município de São Paulo de forma a agregar maiores conhecimentos no auxílio à tomada de decisão e formulação de ações e estratégias para o fortalecimento da rede de coleta seletiva.

Objetivo(s)
Criar sinergias entre a esfera pública e a sociedade, fomentar melhores e mais eficientes ações e estratégias para o fortalecimento da rede de coleta seletiva, e, consequentemente, melhorar a infraestrutura da coleta seletiva para suportar o aumento do volume previsto.

Prazo/Duração: *Sem informações.*

Por que se caracteriza como Governo Aberto? *Sem informações.*

1. Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (AMLURB)

Iniciativa 08

Nome da iniciativa: Implantar programa de qualificação técnica e melhoria de gestão das cooperativas, sistema de monitoramento de sua sustentabilidade e inserção social de novos integrantes, para 2100 pessoas.

Está no Plano de Metas? Sim, Meta 34, projeto 24.

Descrição

Este projeto tem como objetivo integrar, qualificar e aprimorar ações em economia solidária, por meio de apoio a implementação de Centro Público, Unidades Produtivas e o desenvolvimento de ações para inclusão dos catadores(as) de materiais reutilizáveis e recicláveis na cidade de São Paulo. Dentro do escopo do projeto, estão contemplados programas de profissionalização, melhoria de gestão das cooperativas e sistema de monitoramento de sua sustentabilidade. O nome do Projeto é "Programa de Inclusão Social de Catadoras e Catadores da cidade de São Paulo".

Objetivo(s)

Promover a inserção socioeconômica de 1.400 catadores não organizados e 720 organizados, por meio do desenvolvimento de ações de formação para ampliar as organizações dos catadores de materiais recicláveis, tendo como princípios norteadores o cooperativismo, a autogestão e a economia solidária com vistas à superação da pobreza extrema. Esse trabalho, associado a noções de cooperativismo, gestão administrativa e economia solidária, visa à inserção dos catadores em outras cadeias de resíduos, cujo manejo diferenciado e integrado é também objetivo do Plano de Gestão Integrada de Resíduos da Cidade de São Paulo – PGIRS, bem como desenvolver habilidades e competências.

Prazo/Duração: 31 de julho de 2019

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

O projeto em questão traz em sua concepção 3 (três) pilares do conceito de Governo Aberto: Transparência, Participação Cidadã e Tecnologia e Inovação. Transparência: Aumentar a disponibilidade de informações sobre atividades governamentais; Siconv. Tecnologia e Inovação: Ampliar o acesso a novas tecnologias para fins de abertura do governo e prestação de contas; Siconv. Participação Cidadã: Apoiar a participação social dentro da gestão público; Comitê Gestor. O Sistema de Convênios (Siconv) foi criado em 2008 para administrar as transferências voluntárias de recursos da União nos convênios firmados com estados, municípios, Distrito Federal e

também com as entidades privadas sem fins lucrativos. Entre as vantagens desta ferramenta está a agilidade na efetivação dos contratos, a transparência do repasse do dinheiro público e a qualificação da gestão financeira.

Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (AMLURB)

Iniciativa 09

Nome da iniciativa: Ampliar e otimizar a coleta seletiva em São Paulo, reorganizando a área coberta pelas concessionárias e cooperativas, visando ampliar em 127% (108 mil ton) o volume coletado até 2020.

Está no Plano de Metas? Sim, Meta 34, projeto 24.

Descrição
Fornecer o serviço de coleta seletiva em todo o território ainda não atendido, garantindo a homogeneidade do serviço prestado a todos os cidadãos. Otimizar o serviço de coleta seletiva nos lugares onde os caminhões já passam, porém, coleta volumes abaixo da previsão, em torno de 1/5 (um quinto) do volume máximo - a coleta hoje gira em torno de 7% e tem capacidade para 35% em relação ao resíduo domiciliar coletado.

Objetivo(s)
Aumentar a coleta de resíduos secos para reduzir o envio de resíduos reaproveitáveis ao aterro e diminuir a capacidade ociosa das centrais mecanizadas, além de atender ao Programa Socioambiental de Coleta Seletiva e inserção social.

Prazo/Duração: Até 2020.

Por que se caracteriza como Governo Aberto? *Sem informações.*

1. Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (AMLURB)

Iniciativa 10

Nome da iniciativa: Implantar a coleta seletiva em 100% dos edifícios públicos municipais.

Está no Plano de Metas? Sim, Meta 24, projeto 34.

Descrição
Implantar internamente a segregação de resíduos secos e úmidos em todos os prédios públicos.

Objetivo(s)
Estruturar todos os setores do governo municipal no manejo de resíduos sólidos secos.

Prazo/Duração: Até 2020.

Por que se caracteriza como Governo Aberto? *Sem informações.*

1. Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (AMLURB)

Iniciativa 11

Nome da iniciativa: FLIP - Fiscalização de Limpeza Pública

Está no Plano de Metas? Sim, nº 24.

Descrição

Características da Ferramenta:

- Aplicativo gratuito para download em smartphones (com sistema operacional Android na *Play Store*);
- Permite aos Agentes Vistorias das Subprefeituras e da AMLURB a Intensificação das Ações de Fiscalização com as Empresas Contratadas, agilizando assim as respostas das mesmas, bem como os cumprimentos dos prazos estimados na execução do serviço e o cumprimento integral dos Planos de Trabalhos dos Serviços Escalonados;
- Economia de Papel e Agilidade nos Procedimentos Administrativos, sendo executados de forma Digital;
- O Agente Vistor pode enviar Imagens Fotográficas comprovante a Demanda, bem como a Localização, pois o Aplicativo é Georreferenciado;
- Aplicativo Integrado com o Portal 156 da Prefeitura de São Paulo e com o Aplicativo "Limpa Já".

Objetivo(s)

Intensificação e Agilidade nas Fiscalizações dos Serviços Indivisíveis de Limpeza Pública.

Prazo/Duração:

Em andamento, por prazo indeterminado.
Aplicativo lançado em Janeiro/2018

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

Se trata de uma ferramenta participativa, que auxiliou as Subprefeituras nas realizações de Vistorias e Fiscalização dos Serviços Indivisíveis de Limpeza Pública;
Sistema Integrado com o Portal de Comunicação 156 da Prefeitura de São Paulo e com o Aplicativo "Limpa Já Entulho", agilizando também os Prazos e Execução do Serviço, além de retorno ao Munícipe/Solicitante.

2. Companhia de Engenharia de Tráfego (CET)

Iniciativa 12

Nome da iniciativa: *Sem informações.*

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição

O projeto consiste na disponibilização das imagens das câmeras de monitoramento do trânsito da CET, por meio da internet em estações desktop ou dispositivos móveis (celulares).

Objetivo(s)

Com essa informação é possível verificar a situação do trânsito nas principais vias e de cruzamentos da cidade monitorados pela CET. A ideia é permitir que os motoristas tenham acesso às informações do trânsito.

Prazo/Duração: Implantado no site da CET.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

A interação entre a população e a empresa que presta serviços ao órgão gestor de trânsito da cidade é de grande importância, já que o tema referente a mobilidade sempre esteve entre os mais solicitados no Portal da Transparência. Assim considerando que as imagens representam a possibilidade real de analisar os desejos de deslocamentos, entendemos que se enquadra como um dos tópicos do Governo Aberto notadamente no que concerne à Tecnologia e Inovação

3. Controladoria Geral do Município (CGM)

Iniciativa 13

Nome da iniciativa: Café Hacker

Está no Plano de Metas? Sim, Meta 49, projeto 65**.**

Descrição

O Café Hacker é uma metodologia desenvolvida pela Controladoria Geral do Município que promove e media o encontro entre o poder público e diversos atores da sociedade civil – programadores, pesquisadores, jornalistas e cidadãos em geral – interessados em conhecer e participar da elaboração de políticas públicas, debatendo sobre novas ferramentas, sistemas, informações e dados da Prefeitura de São Paulo. O projeto promove a transparência das informações de forma compartilhada, usando a troca de ideias para compreender melhor a demanda formulada pelas pessoas, organizações, empresas e demais interessados, que vão fazer uso desses recursos, evitando o esforço da divulgação de dados ao esmo, comprometendo a efetividade das iniciativas de transparência.

Durante os eventos, são realizadas apresentações sobre dados, sistemas ou questões para as quais se deseja encontrar soluções, seguidas de esclarecimentos e debates entre os participantes, que podem seguir metodologias diferentes de acordo com o tema abordado ou o tipo de resultado esperado. Ao término de cada Café Hacker, a Controladoria Geral do Município (CGM) e o órgão ou entidade pública parceira na realização do evento se comprometem a sistematizar as contribuições apresentadas e oferecer uma devolutiva sobre as demandas apresentadas e implementar as sugestões viáveis.

Objetivo(s)

Discutir sobre sites, sistemas, informações ou ferramentas da PMSP e reforçar a importância do uso de dados abertos na administração pública.

Prazo/Duração: Ciclo de 6 encontros por ano.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

Se relaciona aos eixos: Transparência e Participação.

3. Controladoria Geral do Município (CGM)
Iniciativa 14

Nome da iniciativa: Café Hacker Oficina

Está no Plano de Metas? Sim, Meta 49, projeto 65.

Descrição
No decorrer da realização dos Cafés Hackers, duas expectativas se manifestavam constantemente: participantes com maior experiência em dados e tecnologia sentiam falta de trabalhar de forma mais concreta com as informações disponíveis, enquanto os participantes com outras expertises sentiam falta de conhecer melhor os portais de transparência ativa da Prefeitura e de entender melhor como trabalhar com os dados públicos.
Com esse propósito, foi desenvolvida a modalidade de Café Hacker com características de uma oficina, realizada em laboratórios de informática ou usando os notebooks da própria COPI, necessários para a realização de consultas reais a sites como o Portal da Transparência, Dados Abertos, botões de Acesso à Informação, Geosampa, site do Programa de Metas, e-Negócios, entre outros.
Durante a atividade, os participantes vão conhecendo as funcionalidades e discutindo a utilidade daquela informação no seu cotidiano, e, no caso dos usuários menos experientes, aprendendo a realizar operações relevantes como filtrar e reordenar tabelas, trabalhar com os dados para sumarizações ou encontrar rubricas específicas na planilha de execução orçamentária.
Ao final da atividade, o e-SIC é apresentado como alternativa para as informações que não forem encontradas nos portais disponíveis.

Objetivo(s)
Aprimorar as discussões nos eventos tradicionais e reforçar a importância do uso de dados abertos na administração pública.

Prazo/Duração: Ciclo de 6 oficinas por ano.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?
Se relaciona aos eixos: Transparência e Participação.

3. Controladoria Geral do Município (CGM)

Iniciativa 15

Nome da iniciativa: Oficinas da Lei de Acesso à Informação (LAI)

Está no Plano de Metas? Sim, Meta 49, projeto 65.

Descrição

As oficinas da LAI são atividades que fomentam o conhecimento sobre o direito à informação de uma forma prática, apresentando dados já disponibilizados sobre questões relativas ao cotidiano das pessoas e indicando boas práticas para redigirem suas próprias solicitações de informação ao poder público. Sendo a LAI um instrumento recente que favorece o exercício do controle social, o principal desafio é criar sentido para a sua utilização e demonstrar o impacto na relação das pessoas com a administração municipal e mesmo com os outros níveis de poder. Para tanto, é preciso traduzi-la em uma linguagem cidadã e apresentar o seu emprego em dinâmicas que permeiam o dia a dia das pessoas.

As oficinas da LAI podem ser de dois tipos: a) expositivas: oficinas desenvolvidas com base em temas transversais, como políticas públicas, direitos essenciais e particularidades territoriais; ou b) interativas: oficinas que utilizam o Jogo dos LAIkes como metodologia. O Jogo dos LAIkes consiste em uma breve apresentação sobre a LAI, seguida por uma atividade em grupos na qual os participantes ficam responsáveis por responder um pedido de acesso à informação utilizando os portais de transparência ativa da Prefeitura.

Objetivo(s)

Fomentar o conhecimento sobre o direito ao acesso às informações públicas.

Prazo/Duração: Ciclo de 6 encontros por ano.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

Se relaciona aos eixos: Transparência e Participação.

3. Controladoria Geral do Município (CGM)

Iniciativa 16

Nome da iniciativa: Cursos de Controle Social

Está no Plano de Metas? Sim, Meta 49, projeto 65.

Descrição

Após a institucionalização da Política Municipal de Transparência e Dados Abertos (PMTDA), a Divisão de Fomento ao Controle Social realizará ao menos 4 cursos por ano para capacitação da sociedade civil no acompanhamento da implementação da PMTDA, em atendimento à linha de ação 65.12 do Programa de Metas 2017-2020 da Prefeitura de São Paulo. O conteúdo está previsto para ser formulado após a consolidação do texto da Política.

Objetivo(s)

Capacitação da sociedade civil no acompanhamento da implementação da PMTDA.

Prazo/Duração: Indeterminado.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

Se relaciona aos eixos: Transparência e Participação.

3. Controladoria Geral do Município (CGM)

Iniciativa 17

Nome da iniciativa: Programa de Integridade e Boas Práticas (PIBP)

Está no Plano de Metas? Sim, Meta 50, projeto 67.

Descrição

O Programa de Integridade e Boas Práticas é uma ação intersetorial da CGM que tem a função de diagnosticar possíveis vulnerabilidades em fluxos operacionais dos órgãos e entidades da PMSP, de forma a oferecer sugestões e recomendações de mecanismos para a prevenção de irregularidades, para melhor aplicação dos recursos públicos e para o aprimoramento da gestão pública como um todo. Assim, o programa sempre deve ser adaptado à realidade de cada órgão ou entidade, à sua dimensão e às suas funções administrativas, sendo importante o cultivo de valores que criem um ambiente ético de confiança mútua entre servidores, fornecedores, munícipes e parceiros.

Objetivo(s)

Elaborar um diagnóstico acerca das vulnerabilidades em fluxos operacionais dos órgãos e entidades da PMSP.

Prazo/Duração: Indeterminado.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

Se relaciona aos eixos: Integridade, Transparência e Participação.

3. Controladoria Geral do Município (CGM)

Iniciativa 18

Nome da iniciativa: Rede INFO Aberta

Está no Plano de Metas? Sim, Meta 49, projeto 65.

Descrição

A Rede INFO Aberta nasce da ampliação da Rede INFO, criada em 2016 pela Controladoria Geral do Município que tinha por objetivo formar os servidores da Prefeitura que lidam com o acesso à informação e com o sistema e-SIC. Em 2017 a rede foi ampliada para também tratar de temas de governo aberto, com a adição de mais 2 servidores pontos focais, contando no total com 7 indicações de cada órgão. O objetivo da rede é sensibilizar para os temas de governo aberto e acesso à informação e, a partir daí, conceder os insumos para que se criem projetos em governo aberto em cada um dos órgãos participantes. Através da Rede INFO Aberta, propõe-se articular ações relacionadas à garantia de acesso às informações públicas e à promoção de iniciativas de governo aberto nos órgãos municipais, de forma a contribuir para a propagação de valores relacionados à transparência, participação social, integridade pública e inovação tecnológica. Ao final de 2017, a rede encerrou o ano com a proposta de 12 projetos em diferentes secretarias e órgãos, além de cerca de 150 servidores formados para atuar diretamente com acesso à informação e governo aberto.

Objetivo(s)

Institucionalizar e sensibilizar para os temas de governo aberto e acesso à informação.

Prazo/Duração: Indeterminado.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

Pois institucionaliza o governo aberto dentre as secretarias.

3. Controladoria Geral do Município (CGM)

Iniciativa 19

Nome da iniciativa: Projeto Coursera

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição

Buscando criar um curso introdutório à Gestão Pública, a EMASP (Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo) e a Universidade de São Paulo desenvolveram um projeto de curso que se propõe a apresentar os princípios da Administração Pública. O curso será disponibilizado na plataforma online COURSERA. O conteúdo programático contém cinco módulos, no qual o último é com uma parceria com a Coordenadoria de Promoção da Integridade.

Objetivo(s)

Apresentar os temas de Controle e Transparência da Gestão Pública.

Prazo/Duração: Indeterminado.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

Apresenta os temas de Controle e Transparência da Gestão Pública.

3. Controladoria Geral do Município (CGM)

Iniciativa 20

Nome da iniciativa: Política Municipal de Transparência e Dados Abertos (PMTDA)

Está no Plano de Metas? Sim, Meta 49, projeto 65.

Descrição

Atendendo a uma das linhas de ação da Meta 49 do Programa de Metas 2017-2020 (Garantir que 100% dos dados publicados pela Prefeitura estejam disponíveis em formato aberto, integrando ferramentas básicas de acessibilidade), a Divisão de Fortalecimento de Gestão é responsável por institucionalizar a Política Municipal de Transparência e Dados Abertos (PMTDA) do Município de São Paulo.

Objetivo(s)

Instituir a Política Municipal de Dados Abertos.

Prazo/Duração: Indeterminado.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

Se relaciona ao eixo: Transparência.

3. Controladoria Geral do Município (CGM)

Iniciativa 21

Nome da iniciativa: Capacitação de Servidores na Área de Gestão da Informação e Dados Abertos

Está no Plano de Metas? Sim, Meta 49, projeto 65.

Descrição

Em atendimento a outra linha de ação da Meta 49 do Programa de Metas 2017-2020, a Divisão de Fortalecimento de Gestão oferece o curso de Gestão da Informação e Abertura de Dados Públicos junto à EMASP.

A elaboração do Projeto Pedagógico e do material didático do curso foi concluída em setembro de 2017, ano em que houve 4 edições do curso, capacitando 74 agentes públicos. Em 2018 houve uma reformulação do projeto pedagógico e as capacitações passaram a ser realizadas mensalmente. Nas edições de março e abril, foram formados mais 38 agentes públicos, totalizando 112. A divisão projeta realizar mais 8 capacitações até o final do ano.

Objetivo(s)

Oferecer curso de Gestão da Informação e Abertura de Dados Públicos junto à EMASP, capacitando no mínimo 120 servidores por ano.

Prazo/Duração: Indeterminado.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

Se relaciona ao eixo: Transparência.

3. Controladoria Geral do Município (CGM)

Iniciativa 22

Nome da iniciativa: Materiais Didáticos

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição

Foram elaborados materiais didáticos com orientações para a promoção de discussões com Organizações Sociais de Saúde (OSSs) que possuem contratos com a Secretaria Municipal da Saúde, de forma a diagnosticar as ações visando à transparência ativa dos serviços contratados; uma cartilha versando sobre a gestão e publicação de dados e informações rotineiras e outra sobre de orientações para a efetivação de pedidos de vistas de processos administrativos; revisões para o manual sobre a publicação de informações no Portal de Dados Abertos da PMSP e para o manual de Acesso à Informação: introdução de orientações relativas à disponibilização, pelos órgãos e entidades da PMSP, de dados sobre parcerias com organizações da sociedade civil.

Objetivo(s)

Oferecer materiais didáticos com orientações para a promoção de discussões.

Prazo/Duração: Indeterminado.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

Se relaciona ao eixo: Transparência.

3. Controladoria Geral do Município (CGM)

Iniciativa 23

Nome da iniciativa: Gestão do Índice de Transparência Ativa (ITA)

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição

O parâmetro principal para a criação do ITA é a Portaria Intersecretarial nº 03/2014 – CGM/SECOM/SMDHC/SEMPLA. Tal portaria considera como dever dos órgãos e entidades públicas municipais a divulgação de informações de interesse coletivo ou geral no âmbito de suas respectivas competências e responsabilidades. O ITA também encontra-se em consonância com a legislação vigente acerca da obrigatoriedade da publicação de informações relativas aos agentes públicos vinculados à Administração Municipal na internet (Lei Municipal nº 14.720/2008 e Decreto Municipal nº 50.070/2008), bem como com os princípios da publicidade e da transparência disciplinados principalmente pelo Artigo 37 da Constituição Federal de 1988, Lei Federal nº 12.527/2011 e Decretos Municipais nº 53.623/2012, nº 54.779/2014 e nº 56.519/2015.

Objetivo(s)

Medir o índice de transparência dos órgãos da PMSP.

Prazo/Duração: Indeterminado.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

Se relaciona ao eixo: Transparência.

3. Controladoria Geral do Município (CGM)

Iniciativa 24

Nome da iniciativa: Curso sobre o Código de Conduta Funcional e a Ética no Exercício da Função Pública

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição

Curso sobre o Código de Conduta Funcional e a Ética no Exercício da Função Pública: duração de 04h, ministrado mensalmente com duas opções de datas, nas modalidades fixa (na própria EMASP) e *in company* (realizada sob demanda de qualquer unidade da PMSP).

A oficina Código de Conduta Funcional e a Ética no Exercício da Função Pública tem por objetivo oferecer uma reflexão aos agentes públicos sobre o que significa uma conduta ética e situações enfrentadas no dia a dia, além de apresentar o Código de Conduta Funcional como um instrumento orientador e de função preventiva. O formato da oficina foi pensado para proporcionar momentos de interação e troca de saberes a partir de uma horizontalidade na construção do saber. A oficina foi pensada como um momento de construção coletiva do conhecimento, um espaço de confiança em que é possível analisar a realidade e em que haja troca de experiências. Visa criar uma relação de confiança entre os agentes municipais e a Divisão de Ética.

Objetivo(s)

Oferecer uma reflexão aos agentes públicos sobre o que significa uma conduta ética e situações enfrentadas no dia a dia, além de apresentar o Código de Conduta Funcional como um instrumento orientador e de função preventiva.

Prazo/Duração: Indeterminado.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

Se relaciona ao eixo: Integridade.

3. Controladoria Geral do Município (CGM)

Iniciativa 25

Nome da iniciativa: Curso Assédio Sexual na Administração Municipal

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição

Curso Assédio Sexual na Administração Municipal – Combate e Prevenção: duração de 04h, ministrado mensalmente com duas opções de datas, nas modalidades fixa (na própria EMASP) e *in company* (realizada sob demanda de qualquer unidade da PMSP).

O objetivo geral da oficina é a disseminação de conhecimentos acerca dos pontos centrais da legislação sobre assédio sexual e a sensibilização do público acerca da importância de prevenir e combater sua ocorrência. São objetivos específicos da presente oficina:

i) sensibilizar as(os) agentes municipais sobre a importância do combate ao assédio sexual no ambiente de trabalho, explicitando a gravidade do problema;

ii) fornecer instrumentos para identificação das condutas que caracterizam o assédio sexual;

iii) disseminar conhecimento sobre a legislação pertinente;

iv) informar sobre as providências que podem ser tomadas para combater situações de assédio sexual;

v) informar sobre as medidas de prevenção;

vi) capacitar o público para atuar como multiplicadores desse conhecimento; e

vii) promover reflexão sobre a responsabilidade de todos na construção de um ambiente de trabalho livre de constrangimentos, coações, ofensas e violências.

Objetivo(s)

Disseminação de conhecimentos acerca dos pontos centrais da legislação sobre assédio sexual e a sensibilização do público acerca da importância de prevenir e combater sua ocorrência.

Prazo/Duração: Indeterminado

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

Se relaciona ao eixo: Integridade.

3. Controladoria Geral do Município (CGM)

Iniciativa 26

Nome da iniciativa: Portal da Transparência

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição

A Divisão de Transparência Ativa tem como sua principal atividade a gestão do Portal da Transparência, no qual são inseridos dados sobre receitas, despesas, contratos, compras, funcionalismo, fundos e doações de toda a Administração Municipal.

Além de zelar pela qualidade da informação apresentada, acompanhar o cumprimento das exigências legais de transparência ativa por parte dos órgãos municipais e monitorar o adequado funcionamento do portal, posto que a tecnologia da plataforma utilizada no seu desenvolvimento (Sharepoint 2010) carece de atualização e está em código fonte proprietário gerando um alto custo para a Administração Pública Municipal. Como muitos dos canais não são alimentados de forma automática ou descentralizada, cabe à divisão organizar dados recebidos por e-mail ou outras fontes e fazer seu upload manual no Portal.

O Portal ainda traz instruções sobre como utilizar o sistema eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão, a legislação referente ao tema, as atas das reuniões da Comissão Municipal de Acesso à Informação e uma base de dados com as perguntas e as respostas dos pedidos de Acesso à Informação desde que o serviço entrou em vigor. Essa base é atualizada trimestralmente, pois os novos pedidos precisam ser lidos pela equipe da Divisão, anonimizados, adicionados e reorganizados na lista prévia e só então disponibilizados.

O Portal da Transparência existe desde maio de 2012, quando deixou de se chamar De Olho nas Contas. Desde então o número médio de acessos por usuários únicos tem se mantido em 10.482 por mês, com pico de acessos anual em 2017, totalizando 169.109 visitantes únicos, ou cerca de 4,5 milhões de páginas visitadas naquele ano.

Objetivo(s)

Oferecer um portal de transparência da PMSP.

Prazo/Duração: Indeterminado.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

Se relaciona ao eixo: Transparência.

3. Controladoria Geral do Município (CGM)

Iniciativa 27

Nome da iniciativa: Catálogo Municipal de Bases de Dados (CMBD)

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição

O Catálogo Municipal de Bases de Dados (CMBD), instituído pelo Decreto Municipal nº 54.779/2014, está disponível no Portal da Transparência e deve ser atualizado semestralmente em atendimento ao Programa de Metas, cabendo a sua implementação e manutenção, incluindo a coleta e atualização permanente das informações, à Coordenadoria de Promoção da Integridade – COPI, em articulação institucional com o Departamento de Produção e Análise de Informação – DEINFO, da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento - SMUL. Tendo como referência a iniciativa da Fundação Seade no Estado de São Paulo, o CMBD informa ao consultante informações sobre as bases de dados existentes no Município, indicando seu conteúdo, o órgão responsável por sua manutenção, e as formas de acessá-las. No primeiro levantamento, em 2014, foram catalogadas 544 bases de dados por meio de contatos e capacitações com secretarias, prefeituras regionais e demais órgãos. Em novembro de 2017 a Controladoria Geral do Município iniciou o processo de atualização do CMBD com o intuito de publicar, em janeiro de 2018, o CMBD atualizado no Portal da Transparência e informar a Secretaria da Gestão sobre o número de bases de dados existentes para dar prosseguimento nas linhas de ação da meta 49 e 50, que dependem do CMBD atualizado até o final de maio de 2018. Porém, até o final de janeiro de 2018, apenas 7 das 35 Secretarias Municipais, 9 das 32 Prefeituras Regionais e 6 das 18 Entidades da Administração Indireta, haviam enviados o CMBD atualizado, totalizando 22 das 85 atualizações necessárias, o equivalente a 26%.

Nessa mesma data, demos início a um novo processo de atualização, mais individualizado, solicitando a indicação de dois servidores para atuarem como pontos focais do CMBD junto à Controladoria. Fizemos um manual e um vídeo explicativo, ambos disponibilizados no Portal da Transparência, além da abertura da possibilidade de esclarecimento de dúvidas por telefone ou presencialmente. Novamente tivemos dificuldade na obtenção dos dados atualizados e até mesmo da indicação de servidores para atuarem como pontos focais. Após um longo trabalho individualizado, fizemos a sensibilização e o treinamento dos pontos focais das Secretarias Municipais, visando um maior comprometimento com o assunto.

Estamos no processo de treinamento dos pontos focais das Prefeituras Regionais e da Administração Indireta para iniciarmos uma nova coleta de

dados com o apoio dos pontos focais garantindo maior envolvimento das coordenadorias dos órgãos, qualidade dos dados fornecidos, validação com a alta administração e entrega dentro do prazo.
A Linha de ação 65.08, da Meta 49, "Realizar 22 diagnósticos setorializados para mapeamento das bases de dados produzidas, sendo 01 por cada órgão da Administração Direta" é de responsabilidade da DTA. Para tanto, será utilizado o CMBD para fazer uma análise, em conjunto com as Secretarias Municipais, dos dados já disponíveis ativamente em formato aberto e quais os obstáculos e custos para a abertura dos demais dados.

Objetivo(s)
Divulgar uma listagem de todas as bases de dados produzidas pelos órgãos e entidades da PMSP.

Prazo/Duração: Indeterminado.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?
Se relaciona ao eixo: Transparência.

3. Controladoria Geral do Município (CGM)

Iniciativa 28

Nome da iniciativa: Portal de Dados Abertos

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição

A Divisão de Transparência Ativa também foi responsável pela implantação do Portal de Dados Abertos do Município, desenvolvido em plataforma aberta (CKAN) que apresenta repositório de dados da Prefeitura disponíveis em formatos que potencializam sua reutilização. De forma resumida, formatos abertos são livres de licenças de uso, processáveis por máquina e não exigem um programa específico para que sejam abertos.

Acompanhando o cenário que reforça o uso de tecnologia para buscar soluções para os desafios enfrentados pelas administrações locais, cada vez mais estados e cidades têm desenvolvido seus portais de dados abertos. A empresa Open Data Soft mapeou cerca de 2600 iniciativas similares de abertura dados distribuídas por 194 países.

Reflexo desse interesse, o Portal de Dados Abertos viu os acessos ao seu conteúdo triplicarem no último ano, chegando a 68 mil visitantes únicos em 2017, número que deve ser superado já nos quatro primeiros meses de 2018. Com 143 bases disponíveis, divididas em onze temas, a possibilidade de ampliação do interesse e do volume de informações é considerável quando comparada com as bases catalogadas pelo CMBD, o que faz o Portal de Dados Abertos necessitar de melhorias para atender às demandas atuais, como o aumento da capacidade de upload, possibilidade de alimentação descentralizada e integração com os dados já existentes no Portal da Transparência.

Objetivo(s)

Oferecer um portal de dados abertos.

Prazo/Duração: Indeterminado.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

Se relaciona ao eixo: Transparência.

3. Controladoria Geral do Município (CGM)

Iniciativa 29

Nome da iniciativa: Selo da Transparência

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição

Com o intuito de incentivar as boas práticas da transparência, a Divisão de Transparência Ativa está em fase de elaboração dos critérios para os selos da transparência, classificando a quantidade e qualidade dos dados fornecidos ativamente nos Portais da Prefeitura.

Objetivo(s)

Certificar a quantidade e qualidade dos dados fornecidos ativamente nos Portais da Prefeitura.

Prazo/Duração: Indeterminado.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

Se relaciona ao eixo: Transparência.

3. Controladoria Geral do Município (CGM)

Iniciativa 30

Nome da iniciativa: Automatização das Bases de Dados

Está no Plano de Metas? Sim, Meta 49, projeto 65.

Descrição
Um dos grandes desafios tecnológicos da Divisão de Transparência Ativa é a Linha de ação 65.13, da Meta 49 - "Implementar a atualização automatizada dos dados gerados pelos diferentes sistemas da Prefeitura". Trata-se de uma ferramenta que deverá ser desenvolvida para realizar a busca de dados das bases produzidas e custodiadas pela Administração Pública Municipal, de forma automática, para posterior tratamento manual das informações sensíveis e disponibilização no Portal de Dados Abertos.

Objetivo(s)
Automatização das Bases de Dados.

Prazo/Duração: Indeterminado.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?
Se relaciona ao eixo: Transparência.

4. Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (COHAB-SP)

Iniciativa 31

Nome da iniciativa: DADOS ABERTOS da COHAB-SP

Está no Plano de Metas? Sim.

Descrição

A COHAB-SP disponibiliza em seu "site" dados e informações sobre a Companhia, seus projetos e realizações, bem como atende à legislação sobre o assunto. É disponibilizado ao Cidadão visualizar e solicitar dados e informações, reclamar, sugerir e elogiar. Alguns acessos disponíveis no "site", são:
Institucional: disponibiliza as políticas da COHAB-SP, Carta anual de políticas públicas e de governança corporativa e anexoI; Estatuto Social; Institucional; Política de Distribuição de Dividendos; Política de Divulgação de Informações Relevantes; Regulamento Interno de Licitação e Contratos e Relatório de Sustentabilidade.
Dados Abertos: Cadastramento de Demanda - disponibiliza a relação das pessoas inscritas com necessidade de moradia.
Ouvidoria - cidadão pode expressar suas reclamações, sugestões e elogios.
DÚVIDAS E SUGESTÕES: neste item a COHAB-SP disponibiliza um canal que possibilita todo tipo de interação com a Cia.

Objetivo(s)

Disponibilizar os dados e informações sobre a Cia., principalmente no que tange a atender à legislação, em especial as Leis federais nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e disposições estatutárias da COHAB-SP.
Disponibilizar canais de comunicação com a COHAB-SP, de forma "*on-line*", com agilidade no atendimento das solicitações.

Prazo/Duração: De forma permanente, sempre buscando o aperfeiçoamento, buscando ampliar a quantidade de informação disponível e atender às necessidades dos solicitantes de forma objetiva e assertiva.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

Atende às iniciativas de sustentabilidade e transparência corporativa**.**

5. Fundação Theatro Municipal de São Paulo (FTM-SP)

Iniciativa 32

Nome da iniciativa: *Sem informações.*

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição

A Fundação Theatro Municipal instituiu sua ouvidoria através da Portaria nº 06/FTMSP/2018, publicada no Diário Oficial de 07/04/2018 página 16. A ouvidoria da FTM é integrada por 03 servidores e recebem críticas, reclamações, elogios e sugestões dos serviços prestados pela Fundação. Tem a obrigação de receber, encaminhar o resultado dos chamados abertos e é apta a receber as manifestações via o e-mail: ouvidoriaftm@prefeitura.sp.gov.br, presencialmente ou através de correspondência.

Objetivo(s)

Aumentar as ferramentas de transparência passiva utilizadas pela Fundação Theatro Municipal.

Prazo/Duração: Já está em curso e é permanente.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

Os pressupostos de transparência e participação cidadã estão reunidos. Transparência pelo fato da ouvidoria ser um mecanismo de transparência passiva por excelência. Participação cidadã, já que é um mecanismo que possibilita maior participação da sociedade através de sugestões e críticas.

6. Hospital do Servidor Público Municipal (HSPM)

Iniciativa 33

Nome da iniciativa: Acesso à Informação - Portal Institucional

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição

"Lei de Acesso à Informação" (LAI) - Lei Federal 12527/2011. "Todas as informações produzidas ou sob guarda do poder público são públicas e, portanto, acessíveis a todos os cidadãos, ressalvadas as informações pessoais e as hipóteses de sigilo legalmente estabelecidas". O portal institucional divulga ativamente as informações através o botão "Acesso à Informação", que está completo e é atualizado frequentemente.

Objetivo(s)

Aumentar as ferramentas de transparência ativa utilizadas pelo Hospital do Servidor Público Municipal.

Prazo/Duração: Já está em curso e é permanente.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

Porque se encaixa no eixo Transparência do Governo Aberto.

6. Hospital do Servidor Público Municipal (HSPM)

Iniciativa 34

Nome da iniciativa: Ouvidoria SUS

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição

A Ouvidoria do HSPM foi criada em 2001, através da Portaria nº 35/2001. As manifestações recebidas são registradas no sistema informatizado Ouvidor SUS, adotado desde 2014 pela Secretaria Municipal da Saúde (SMS). A Ouvidoria SUS do Município de São Paulo é o espaço de interação do cidadão com a administração pública.

Objetivo(s)

Receber sugestões, reclamações, solicitações, denúncias e elogios de forma célere, responsável e ética.

Prazo/Duração: Já está em curso e é permanente.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

Porque se encaixa no eixo Tecnologia e Informação do Governo Aberto.

6. Hospital do Servidor Público Municipal (HSPM)

Iniciativa 35

Nome da iniciativa: e-SIC

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição

O e-SIC (Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão) realiza o acolhimento, tratamento e atendimento aos pedidos de acesso à informação feitos por qualquer interessado, independente da motivação - Lei Federal nº 12.527/2011. O direito de acesso à informação é assegurado às pessoas naturais e jurídicas e será proporcionado mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.

Objetivo(s)

Aumentar as ferramentas de transparência passiva utilizadas pelo Hospital do Servidor Público Municipal.

Prazo/Duração: Já está em curso e é permanente.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

Porque se encaixa no eixo Tecnologia e Informação do Governo Aberto.

6. Hospital do Servidor Público Municipal (HSPM)

Iniciativa 36

Nome da iniciativa: Flickr

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição
É uma iniciativa do Hospital do Servidor Público Municipal em disponibilizar fotos para que as pessoas tenham fácil acesso acervo fotográfico e conhecer um pouco mais sobre o dia-a-dia do hospital. Disponibilizar acervo fotográfico à população ou indicar onde encontrá-lo a partir de uma plataforma online de fácil utilização.

Objetivo(s)
Disponibilizar acervo fotográfico à população a partir de uma plataforma online de fácil utilização.

Prazo/Duração: O projeto já está implementado e em funcionamento.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?
Porque se encaixa no eixo Tecnologia e Informação do Governo Aberto.

6. Hospital do Servidor Público Municipal (HSPM)

Iniciativa 37

Nome da iniciativa: Dados de Produção

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição

Documento com os indicadores hospitalares do Hospital do Servidor Público Municipal: números de leitos de internação/retaguarda, leitos de UTI, leitos de emergência, leitos de salas cirúrgicas, leitos de internação por cada especialidades médicas, total de internações mensal, total de atendimento mensal, total de atendimento dos grupos de educação em saúde, taxa de ocupação de leitos, média de permanência, intervalo de substituição, giro de leitos, taxa de mortalidade geral e taxa de infecção hospitalar.

Objetivo(s)

Aumentar as ferramentas de transparência ativa utilizadas pelo Hospital do Servidor Público Municipal.

Prazo/Duração: Em processo de atualização. Prazo até dezembro/2018.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

Porque se encaixa no eixo Transparência do Governo Aberto.

6. Hospital do Servidor Público Municipal (HSPM)

Iniciativa 38

Nome da iniciativa: Atualização Periódica do Catálogo Municipal de base de dados (CMBD)

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição
Previsto pelo Decreto Municipal nº 54.779/2014, o Catálogo Municipal de Bases de Dados (CMBD) tem por finalidade divulgar uma listagem de todas as bases de dados produzidas pelos órgãos e entidades da Prefeitura de São Paulo.

Objetivo(s)
Aumentar as ferramentas de transparência ativa utilizadas pelo Hospital do Servidor Público Municipal.

Prazo/Duração: Já está em curso e é permanente.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?
Porque se encaixa no eixo Transparência do Governo Aberto.

6. Hospital do Servidor Público Municipal (HSPM)

Iniciativa 39

Nome da iniciativa: Conselho Gestor

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição

O Conselho Gestor do HSPM (Lei nº 13.766/2004) é responsável por:

- Apreciar e aprovar, anualmente, a proposta orçamentária da Autarquia;
- Opinar sobre matéria referente à regulamentação do HSPM;
- Emitir parecer das normas técnicas a serem adotadas pela Autarquia;
- Emitir parecer sobre a criação e alteração de serviços ou atribuições da Autarquia, observado o dispositivo no artigo 2° da Lei nº 13.766/2004;
- Apreciar propostas de convênios, observadas as finalidades legais do HSPM;
- Exercer fiscalização sobre a regularidade dos atos e procedimentos da Autarquia;
- Acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços e ações de saúde prestadas aos usuários;
- Propor e aprovar medidas para aperfeiçoar o planejamento, a organização, a avaliação e o controle das ações desenvolvidas pela Autarquia;
- Solicitar e ter acesso às informações de caráter técnico-administrativo, econômico financeiro e operacional, relativas à Autarquia e participar da elaboração e do controle da execução orçamentária;
- Examinar propostas, denúncia e queixas, encaminhadas por qualquer pessoa ou entidade e a elas responder;
- Definir estratégias de ação visando à integração do trabalho da Autarquia aos planos locais, regionais, municipal e estadual da Saúde, bem como a planos e projetos intersetoriais;
- Elaborar, alterar e aprovar seu Regimento Interno;
- Apreciar e deliberar sobre as prestações de contas da Autarquia e de seus órgãos, submetidos trimestralmente à sua apreciação pela Superintendência; e
- Apreciar as informações da(o) Superintendente a respeito da abertura ou dispensa de licitações.

Objetivo(s)

Promover reuniões para discussão de propostas que contribuam para a melhoria do HSPM.

Prazo/Duração: Já está em curso e é permanente.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?
Porque se encaixa no eixo Participação Cidadã do Governo Aberto.

7. Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de São Paulo (PRODAM)

Iniciativa 40

Nome da iniciativa: Criação da Ouvidoria da Prodam

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição
É a área responsável por defender os interesses e direitos dos empregados, clientes e cidadãos, mediar a solução de conflitos e auxiliar na melhoria contínua dos produtos e serviços prestados pela Prodam, por meio de demandas recebidas pelos diversos canais de manifestação.

Objetivo(s)
Atuar no processo de interlocução entre o cidadão, empregados e a Prodam, de modo que as manifestações decorrentes do exercício da cidadania provoquem a melhoria dos serviços prestados.

Prazo/Duração: Já implantada e em pleno funcionamento.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?
Trata-se de um projeto onde o cidadão tem a possibilidade de participar ativamente na administração da empresa, com manifestações relativas aos serviços prestados e suas ações. Será disponibilizado, também, relatório quantitativo sobre as reclamações, denúncias, solicitações, sugestões e elogios.

7. Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de São Paulo (PRODAM)

Iniciativa 41

Nome da iniciativa: Carta de Serviços

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição
A Prodam instituiu a Carta de Serviços ao Usuário, a qual deverá trazer informações claras sobre cada um dos serviços prestados pela empresa.

Objetivo(s)
Atender a Lei 13.460/17.

Prazo/Duração: A Carta de serviços já se encontra divulgada na WEB, no link https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/prodam/

Por que se caracteriza como Governo Aberto?
As informações contidas na Carta de Serviços é uma iniciativa de Governo Aberto, porque qualquer cidadão pode livremente ter acesso para conhecimento ou outras ações de seu interesse, bem como entender o papel da Prodam na Cidade de São Paulo.

8. Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SEME)

Iniciativa 42

Nome da iniciativa: Programa de Acesso à Informação - Site

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição

Prestação de contas acerca de 9 eixos, sendo estes: 1. Institucional (apresentação de organograma, lista de servidores e contatos, agenda do Secretário e competências e atribuições definidas por lei); 2. Ações e Programas (cessão de espaço público, locação de espaço público, recreação nas piscinas, programa Movimenta Sampa, programa SAMPACOR, programa Lazer SP, programa Joga SP e metas do Programa de Metas 2017 - 2020); 3. Perguntas Frequentes (11 perguntas com descrição e links); 4. Informações Classificadas e Desclassificadas (planilha em formato .ODS e .DOCX); 5. Relatórios Estatísticos (orientações para solicitar informações públicas via e-SIC); 6. Auditorias (ordens de serviço e processos internos acerca de convênios e procedimentos); 7. Compras Públicas (licitações para aquisições de bens e contratações); 8. Contratos Convênios e Parcerias (detalhamento acerca de objetos atendidos através de convênios e parcerias); e 9.Doações, Termos de Cooperação e Comodato (informações e documentos para procedimentos).

Objetivo(s)

Garantir acesso à informação e transparência na prestação de contas de forma simplificada e direta às ações da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

Prazo/Duração: A iniciativa é um programa e não conta com prazo, sendo contínua.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

Pois se enquadra ao eixo de Transparência e Tecnologia e Inovação através de programa de prestação digital e facilitada de ações governamentais.

8. Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SEME)

Iniciativa 43

Nome da iniciativa: Plano Municipal de Esportes e Lazer 2018-2025

Está no Plano de Metas? Sim, Meta 11, projeto 18.

Descrição

O Plano Municipal de Esportes e Lazer conta com o acúmulo de reflexões e experiências acerca das Políticas Públicas de Esporte e Lazer do município, sendo este, consequentemente, também fruto de construção participativa de colegiados competentes ao longo dos anos, bem como pelo Grupo de Trabalho do Sistema Nacional do Esporte. E conta com 5 (cinco) eixos temáticos (1. Esportes e lazer como hábito de vida para todos; 2. Esporte de formação, triagem de talentos e alto rendimento; 3. Requalificação da rede de equipamentos esportivos municipais e expansão da política de lazer no município; 4. Desenvolvimento econômico e científico no campo dos esportes e do lazer; e 5. Governança, transparência e promoção do amplo controle social) correlacionando controle social ao processo de aplicação das políticas públicas inter-relacionadas ao setorial de esporte e lazer por meio de objetivos estratégicos que contemplem conceitos da prática esportiva, corporais, físicas, recreativas e de lazer, ações de governança e gestão pública.

Objetivo(s)

Atender à demanda crescente da sociedade por serviços públicos de qualidade e se alinhar a iniciativas pioneiras voltadas para a discussão do desenvolvimento planejado do esporte e do lazer em nível local, por meio da formulação do Plano Municipal de Esporte e Lazer.

Prazo/Duração: Início em 2018 com aplicação em sua totalidade até 2025.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

Seu eixo de número 05 (cinco) elabora 06 (seis) ações estratégicas que tomam como centro a Participação Social e Transparência como elemento central de aplicação de políticas públicas, sendo como exemplo: 1. Garantir a qualidade da gestão descentralizada dos equipamentos esportivos; 2. Ampliar participação de setores da sociedade civil no Conselho Municipal de Esporte; e 3. Fortalecer a elaboração e divulgação contínua de indicadores de monitoramento dos programas e projetos sob governança da SEME.

8. Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SEME)

Iniciativa 44

Nome da iniciativa: Disponibilização de Dados Abertos sobre Equipamentos Esportivos

Está no Plano de Metas? Sim, Meta 45, Projeto 69.

Descrição

Divulgação de dados de Equipamentos Administração Indireta - Clubes da Comunidade (CDCs) e Equipamentos Esportivos - Clubes Administração Direta (CEs). Fruto de levantamento *in loco* realizado pelas áreas-fins da SEME e registrado de maneira informatizada. Com atualização anual, incluso, cumprindo meta prevista ao Decreto Municipal nº 54.779/2014.

Objetivo(s)

Garantir amplo acesso a informação e transparência.

Prazo/Duração: A iniciativa é um programa e não conta com prazo, sendo contínua, com periodicidade de revisão anual.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

Trata-se de iniciativa de Governo Aberto pois se inclui no eixo de Transparência, e também se relaciona com as metas de Transparência e de Tecnologia e Informação, apresentando dados atualizados anualmente, reforçando os termos da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527, de 18/11/2011) e o Decreto Municipal 53623/2012.

8. Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SEME)

Iniciativa 45

Nome da iniciativa: Conselho Municipal de Esportes, Lazer e Recreação

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição

O Conselho Municipal de Esportes e Lazer é integrado pelo Secretário Municipal de Esportes e Lazer; um representante das seguintes Secretarias Municipais: Educação, Saúde, Cultura, Subprefeituras e Desestatização e Parcerias; dois servidores municipais, efetivos ou comissionados da SEME, indicados pelo titular da pasta; um representante indicado por cada um das instituições seguintes: SINDI-CLUBE, UFEESP, CREF4/SP e Panathlon Club de São Paulo; um representante dos Clubes da Comunidade, escolhido pelo Secretário Municipal de Esportes e Lazer, dentre os indicados em lista pelo conjunto de Clubes da Comunidade localizados no território de cada Subprefeitura, totalizando até o máximo de 31 (trinta e uma) indicações, na forma a ser operacionalizada pela Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação; (um) representante das federações amadoras, escolhido pelo Secretário Municipal de Esportes, Lazer e Recreação dentre os dirigentes das federações que se inscreverem na Secretaria de Apoio do Conselho; (um) profissional de notório saber no campo dos esportes, do lazer e da recreação, indicado pelo Secretário de Esportes e Lazer. Uma de suas principais atribuições é a de representar a sociedade civil perante o Poder Público Municipal em assuntos atinentes à área de esportes, lazer e recreação.

Objetivo(s)

Institucionalizar a relação entre a Administração Pública e os setores da sociedade civil ligados à área esportiva, garantindo a participação e o controle social das políticas públicas. Além de ser uma instância de representação da sociedade civil, o Conselho tem a atribuição de auxiliar a SEME na elaboração de projetos, programas e planos que viabilizem o cumprimento da política municipal de esportes, lazer e recreação; de Contribuir com o acompanhamento de programas (tais como o Clube Escola); Acompanhar a execução das diretrizes e metas da política municipal de esportes, lazer e recreação; Oferecer subsídios para o aperfeiçoamento da legislação relativa às atividades de esportes, lazer e recreação; Fomentar o estabelecimento de laços de cooperação entre a Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação e os órgãos públicos e entidades que promovam atividades de esportes, lazer e recreação, nos âmbitos municipal, estadual e federal; Apoiar e incentivar as iniciativas

relacionadas com a promoção e prática do esporte formal e não-formal; Debater e aprofundar assuntos de interesse e/ou relacionados com o esporte em geral, emitindo pareceres quando solicitado; Propor e acompanhar a realização de seminários, cursos e congressos sobre assuntos relativos ao esporte em geral, dentre outras.

Prazo/Duração: A iniciativa é um programa e não conta com prazo, sendo contínua. Com caráter permanente, essas instâncias são fundamentais para a formulação, implementação e avaliação das políticas públicas municipais.

Por que se caracteriza como Governo Aberto? Pois classifica-se parte do Eixo de Participação Cidadã de ações de Governo Aberto, promovendo o exercício da cidadania através da efetivação da consulta pública na administração pública, inclusive responde a mecanismo de Controle Social.

8. Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SEME)

Iniciativa 46

Nome da iniciativa: Conselhos de usuários de Equipamentos Esportivo

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição

Os Conselhos de Usuários foram criados pelo Decreto 50.213/2008, que estabeleceu a formação de um conselho por equipamento esportivo, de administração direta ou não, que desenvolva atividades no âmbito do Programa Clube Escola. São instâncias de caráter consultivo e propositivo, têm por finalidade auxiliar o planejamento, a avaliação, a fiscalização e o controle da execução das políticas e das ações esportivas, de lazer e recreação, em sua área de abrangência. Compete ainda aos Conselhos de Usuários, observadas as diretrizes da SEME e das respectivas Subprefeituras: examinar propostas, denúncias e queixas encaminhadas por qualquer usuário do equipamento; elaborar e aprovar seu Regimento Interno; apresentar relatório anual das atividades desenvolvidas pelo Conselho.

Objetivo(s)

Institucionalizar a relação entre a Administração Pública e a comunidade do entorno dos equipamentos, garantindo a participação e o controle social das políticas públicas.

Prazo/Duração: A iniciativa é um programa e não conta com prazo, sendo contínua. Com caráter permanente, essas instâncias são fundamentais para a formulação, implementação e avaliação das políticas públicas municipais.

Por que se caracteriza como Governo Aberto? Pois classifica-se parte do Eixo de Participação Cidadã de ações de Governo Aberto, promovendo o exercício da cidadania através da efetivação da consulta pública na administração pública, inclusive responde a mecanismo de Controle Social.

9. Secretaria da Fazenda (SF)

Iniciativa 47

Nome da iniciativa: Audiências Públicas da Lei Orçamentária Anual (LOA)

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição

As Audiências Públicas do Projeto de Lei Orçamentária Anual são organizadas anualmente pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento Municipal da Secretaria da Fazenda. Elas ocorrem em todas as 32 Subprefeituras e são um instrumento de coleta das demandas dos munícipes, as quais fornecem insumos para o planejamento orçamentário do exercício subsequente.

Objetivo(s)

Engajar a população no processo de planejamento orçamentário, incrementando a participação social.

Prazo/Duração: Ocorrem anualmente, conforme cronograma da LOA.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

As Audiências Públicas do Orçamento são componente central do conjunto de iniciativas de participação social e de transparência.

9. Secretaria da Fazenda (SF)

Iniciativa 48

Nome da iniciativa: API (Interface de programação de aplicações) do SOF

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição

A API do SOF permite que usuários externos e internos façam consultas a qualquer momento aos dados do Sistema de Orçamento e Finanças.

O que é API?

Os APIs são interfaces de programação acessíveis que disponibilizam certas rotinas de serviços acessíveis por software para a implementação de aplicações. Estas aplicações podem consumir uma ou mais APIs.

A quem se destina?

Considerando que o usuário da API normalmente produz aplicações, verifica-se que o destinatário pode ser descrito como alguém que conhece linguagens de programação. Deste modo, pode-se dizer que os usuários preferenciais são entidades da sociedade civil especializadas em contas públicas, órgãos públicos e universidades, entre outros.

Por que fazer o API-SOF?

API-SOF é uma interface de programação que permite maior maneabilidade de retorno dos dados de execução orçamentária de modo a aprimorar os mecanismos de atendimento aos dispositivos legais sobre transparência e às demandas da sociedade.

Objetivo(s)

Transparência de dados orçamentários de forma dinâmica e flexível, de modo a permitir consultas de usuários com conhecimento de linguagens de programação.

Prazo/Duração: Em andamento.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

Trata-se de uma ferramenta tecnológica de transparência, a qual fomenta o controle social da administração pública municipal.

9. Secretaria da Fazenda (SF)

Iniciativa 49

Nome da iniciativa: Portal da Secretaria da Fazenda na Internet

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição
Portal web da Secretaria da Fazenda, contendo diversas informações concernentes a iniciativas de governo aberto, tais como:

- Dados instrucionais;
- Relações de contratos, compras, doações, etc.;
- Transparência e participação social.

Objetivo(s)
Ser uma via de informação e de prestação de serviços aos munícipes

Prazo/Duração: Em andamento.

Por que se caracteriza como Governo Aberto? Trata-se de um canal de transparência e de informações que fomentam a participação social.

10. Secretaria Municipal de Gestão (SG)

Iniciativa 50

Nome da iniciativa: Sistema de Informações Organizacionais da Prefeitura do Município de São Paulo - SPOrg

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição

O Sistema de Informações Organizacionais da Prefeitura do Município de São Paulo - SPOrg é um projeto em desenvolvimento, que visa promover e facilitar o acesso das informações sobre estruturas hierárquicas, cargos em comissão e colegiados da Administração Direta da Prefeitura do Município de São Paulo, bem como a legislação correspondente, através de uma interface com identidade visual mais clara, integrada e intuitiva. Concretamente, o sistema contará com os organogramas de toda Administração Direta, padronizados e atualizados, integrados com informações úteis das respectivas estruturas organizacionais (tais como atribuições das unidades organizacionais, cargos de chefia e um histórico da legislação vinculada às unidades). Além disso, trará um rol de todos os colegiados da Prefeitura do Município de São Paulo.

O sistema será gerido, alimentado e operacionalizado pela Coordenadoria de Gestão de Desenvolvimento Institucional - COGEDI/SMG, que o vem desenvolvendo desde a metade de 2016, dentro da própria Coordenadoria e em conjunto com a Assessoria de Tecnologia da Informação - ATI/SMG.

Objetivo(s)

Visamos, com o SPOrg, oferecer valor a: a) cidadãos em geral, que terão acesso rápido e fácil a informações precisas e atualizadas sobre a estrutura organizacional da Prefeitura; b) a servidores da Administração Direta, que terão uma ferramenta de gestão para visualizar sua própria posição na estrutura da Prefeitura; e c) a Secretaria Municipal de Gestão, que ganhará em eficiência e confiabilidade de suas informações, por tê-las integradas e salvas em um sistema único.

Prazo/Duração: Implementação e divulgação do sistema em estágio operacional até dezembro de 2018.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

O sistema se encaixa como iniciativa de Governo Aberto por promover a transparência, ao disponibilizar e facilitar o acesso à população a todas as informações sobre as estruturas da Administração Direta; a *accountability*, ao permitir o acompanhamento das alterações nessa estrutura; e a

tecnologia e inovação, ao informatizar e sistematizar as informações organizacionais da Prefeitura, permitindo acesso mais fácil e assegurando a integridade dos dados a servidores e à população.

10. Secretaria Municipal de Gestão (SG)

Iniciativa 51

Nome da iniciativa: Dados abertos do Programa de Metas 2017-2020 (PlanejaSampa)

Está no Plano de Metas? Sim, todas as metas.

Descrição

O PlanejaSampa (http://planejasampa.prefeitura.sp.gov.br/) é a plataforma online que permite à população acompanhar, semestralmente, se e como a Prefeitura de São Paulo está cumprindo os compromissos pactuados no Programa de Metas 2017-2020.

Além de navegar pela plataforma e consultar todos os dados quantitativos e qualitativos publicados a respeito das 53 Metas, 71 Projetos e 487 Linhas de Ação, o cidadão pode acessar esses mesmos dados em formato aberto, de duas formas:

1) Formato .csv ("valores separados por vírgula"), que pode ser aberto em qualquer editor de planilhas;

2) API ("Interface de Programação de Aplicativos"), que possibilita o desenvolvimento de aplicativos e outras formas modernas de consumo, análise e visualização dos dados do Programa de Metas pela sociedade civil. Há um dicionário de dados para facilitar o uso da API e a compreensão dos dados acessados.

Objetivo(s)

Incentivar o controle social relativo à execução do Programa de Metas 2017-2020, facilitando o acesso, a compreensão, a extração e as análises independentes de todos os dados disponibilizados nos balanços semestrais.

Prazo/Duração: Pelo menos até dezembro de 2020 (a proposta é ser uma ação estruturante, permanente).

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

Porque se apoia nos pilares de: a) transparência, ao aumentar a disponibilidade de informações sobre atividades da Administração Municipal integrantes do Programa de Metas 2017 – 2020; b) Tecnologia e Inovação, ao facilitar, via API, a extração e as análises independentes de todos os dados disponibilizados; e c) *accountability* (Integridade), ao promover a prestação de contas periódica à população em relação a compromissos pactuados no início da gestão.

10. Secretaria Municipal de Gestão (SG)

Iniciativa 52

Nome da iniciativa: Novo modelo de *Accountability*

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição

Criação e implantação de um novo modelo de *accountability*, expondo de maneira clara e objetiva todas as informações financeiras e administrativas da SMG (notas fiscais, datas de pagamento, gráficos, acompanhamento em tempo real da execução orçamentária, canal de sugestões e críticas dos munícipes).

Objetivo(s)

Apresentar os dados orçamentários e financeiros e publicar os dados consolidados no Portal da Transparência de forma clara a fim de facilitar o acesso, o entendimento dos dados aos munícipes, bem como a apresentação de críticas e sugestões.

Prazo/Duração: 31/12/2018.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

O cidadão comum, na qualidade de contribuinte, terá condições de acompanhar e fiscalizar a destinação dos recursos públicos.

11. Secretaria de Governo Municipal (SGM)

Iniciativa 53

Nome da iniciativa: Central de monitoramento - Projeto Redenção

Está no Plano de Metas? Sim, projeto 8.

Descrição

Implantar uma central para monitoramento e promoção da transparência das ações relacionadas ao Programa Redenção à população.

Objetivo(s)

Facilitar o acesso a dados referentes ao programa, servindo como instrumento de *accountability* do Programa Redenção como instrumento de execução da Política Municipal de Álcool e Drogas.

Prazo/Duração:

O Prazo para a entrega final da central está previsto para até a conclusão do Programa de Metas, em 2020, porém ações estão sendo realizadas no sentido de estabelecimento de metodologia e de plataforma.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

O Projeto se enquadra no eixo de transparência, pois almeja entregar à coletividade a prestação de contas do serviço público oferecido e da política pública que o embasa.

11. Secretaria de Governo Municipal (SGM)

Iniciativa 54

Nome da iniciativa: Monitoramento Primeira Infância

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição
Implementar plataforma de divulgação de dados e indicadores referentes à política municipal da Primeira Infância.

Objetivo(s)
Dar publicidade e transparência para as informações voltadas à política da primeira infância.

Prazo/Duração: A plataforma encontra-se na etapa de desenho, ainda não há previsão de entrega.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?
O Projeto se enquadra no eixo de transparência, pois almeja entregar à coletividade a prestação de contas do serviço público oferecido e da política pública que a embasa.

11. Secretaria de Governo Municipal (SGM)

Iniciativa 55

Nome da iniciativa: Plano de Desenvolvimento do Turismo Sustentável do Polo de Ecoturismo de São Paulo

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição

O Plano de Desenvolvimento do Turismo Sustentável do Polo de Ecoturismo de São Paulo consiste em uma série de ações coordenadas que visam ao fortalecimento da economia local nas regiões administrativas da Capela do Socorro, em especial da ilha do Bororó, e da região de Parelheiros e Marsilac, redutos verdes do município de São Paulo com potencial para atração turística orientada para o desenvolvimento sustentável, incluindo prática de trilhas e esportes de aventura, agroecologia, proteção ambiental e turismo rural.

Objetivo(s)

O objetivo do Plano de Desenvolvimento do Turismo Sustentável do Polo de Ecoturismo de São Paulo é promover o desenvolvimento sustentável da região mais ao sul da cidade de São Paulo respeitando o meio ambiente ainda preservado no local, as dinâmicas territoriais das tribos indígenas lá localizados, o fomento à economia criativa da região, a agricultura familiar e orgânica e o potencial do turismo ecológico e de aventura na região.

Prazo/Duração: O plano contempla ações de curto, médio e longo prazo.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

O Plano de Desenvolvimento do Turismo Sustentável se caracteriza como iniciativa de governo aberto por ter sido construído e ser monitorado com ampla participação cidadã. A participação da elaboração do Plano e algumas de suas ações contam com a participação do Congetur, conselho com integrantes da iniciativa privada e da sociedade civil organizada dos locais que são participantes da iniciativa. Além disso, o Plano de Desenvolvimento do Turismo Sustentável também conta com iniciativas internas como a disseminação de banco de dados com cadastro de monitores ambientais e guias de turismo para empresários do polo, bem como prevê a implementação de ima rede de informações turísticas.

12. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS)

Iniciativa 56

Nome da iniciativa: CVIAS

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição
Sistema de Vigilância da Assistência Social - SIVIAS: tem como objetivo implantar o prontuário eletrônico unificado para substituição das Declarações Mensais de Execução do Serviço (DEMES) da Rede Pública Socioassistencial Parceira e Controle Mensal de Execução da Rede Direta, tendo, portanto, as mesmas funções dos itens I, II e III, estipulados no Art. 26 do Decreto 58.103 do dia 26 de fevereiro de 2018: I - coordenar, planejar, gerir e operacionalizar a função de vigilância socioassistencial do Município; II - planejar, produzir, sistematizar, monitorar, analisar e disseminar informações territorializadas para o planejamento e controle social da capacidade instalada e cobertura de demandas; III - estabelecer diretrizes, metodologias, normas e padrões para o uso das tecnologias sociais próprias à vigilância socioassistencial;

Objetivo(s)
Criar uma sistema capaz suprir os parâmetros de governo aberto e encerrar com a transição de dados cadastrais por tabelas no Excel.

Prazo/Duração: Final da gestão municipal atual (Dezembro de 2020).

Por que se caracteriza como Governo Aberto?
É uma iniciativa que cumpre as diretrizes de transparência, respeitando os limites de sigilo dos usuários, possibilitando consulta abrangente e efetiva da base de dados dos serviços realizados pela SMADS e suas parcerias.

13. Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras (SIURB)

Iniciativa 57

Nome da iniciativa: Disponibilização de Informações e Materiais acerca das ações e obras da Secretaria

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição

A SIURB publica em seu site informações acerca das obras e ações em andamento. Entre os tópicos que podem ser acessados, destacam-se:

Acesso à informação:

- Informações institucionais, ações e programas, e-SIC, auditorias, compras públicas, contratos e convênios, doações, termos de cooperação e comodato.

Participação social:

- Conselhos e Órgãos Colegiados, Audiências Públicas, consultas públicas, entre outros.

Departamento de Obras e Infraestrutura Urbana:

- Obras em córregos como canalizações e reservatórios, incluindo localização, justificativa, escopo e dimensões da intervenção;
- Outras obras de infraestrutura, como pontes, túneis e viadutos.

Departamento de Projetos de Infraestrutura Urbana:

- Cadernos de Drenagem, com a disponibilização dos cadernos para download.

EDIF - Departamento de Edificações:

- Projetos padrão de edificações para consulta e download, incluindo arquitetura, elétrica, hidráulica e estrutura;
- Manual de Sustentabilidade para Edificações Públicas, disponível para download.

Compras e contratos:

- Planilha de contratos;
- Atas de Registro de Preços;
- Editais e licitações;
- Tabela de custos.

Além do site, a SIURB utiliza como canais de disponibilização de informações mídias sociais, a saber: Facebook, Instagram e Twitter.

Objetivo(s)

Aumentar a transparência das ações da Secretaria e disponibilizar materiais de interesse técnico.

Prazo/Duração: Em andamento.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

Está em consonância com o eixo da Transparência das informações.

14. Secretaria Municipal de Cultura (SMC)

1. PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

- **Iniciativa 58.** Programa - SP Cultura (criado em 2013): Plataforma livre, gratuita e colaborativa de mapeamento da Secretaria Municipal de Cultura sobre o cenário cultural paulistano. Por meio dela é possível conferir a agenda de eventos e também colaborar para a gestão da cultura da cidade através da criação de um perfil de agente cultural, que também possibilita participar de editais de fomento às artes da Prefeitura e divulgar eventos, espaços ou projetos. Envolve uma proposta de gestão mais participativa do cidadão na cultura. Fez parte de um programa maior do Governo Federal e entrará brevemente em extinção, devido à nova plataforma do PROMAC.

2. TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

- **Iniciativa 59.** Portal de Acervos da Secretaria Municipal de Cultura: O Portal de Acervos Artísticos e Culturais é uma iniciativa da Secretaria da Cultura de São Paulo, em disponibilizar o material histórico da cidade de São Paulo em formato digital e/ou indicar os locais onde esse material está disponível, para que o cidadão possa conhecer os acervos e saber um pouco mais sobre cada coleção.
- **Iniciativa 60.** CIT – Cadastro de Imóveis Tombados (de 2007): pensou-se num cadastro que fizesse a integração da legislação municipal, estadual e federal num único suporte. Esse banco de dados corresponde ao Cadastro de Imóveis Tombados ou protegidos por legislação municipal de tombamento, através do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo - Conpresp, no uso de suas atribuições legais.
- **Iniciativa 61.** Cadastro dos Bens Tombados no Geosampa – Qgiz (2017): A plataforma GeoSampa, mapa digital da cidade em formato aberto, mantido pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento – SMUL, acaba de oferecer nova função aos seus usuários em parceria com o Departamento do Patrimônio Histórico (DPH), da Secretaria Municipal de Cultura. Agora estão acessíveis informações sobre bens tombados da Cidade de São Paulo. No Portal, poderá ser consultada a localização dos pontos, áreas de preservação e dados correspondentes.
- **Iniciativa 62.** O Portal de Acervos Artísticos e Culturais (2012): é uma iniciativa da Secretaria da Cultura de São Paulo, em disponibilizar o material histórico da cidade de São Paulo em formato digital e/ou indicar

os locais onde esse material está disponível, para que você possa conhecer nossos acervos e saber um pouco mais sobre cada coleção. Através deste é possível acessar o acervo fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo, que possui aproximadamente 84 mil negativos que registra predominantemente a cidade de São Paulo e suas transformações urbanas nos últimos 150 anos.

- **Iniciativa 63.** Relatórios de gestão e dados estatísticos da Coordenadoria do Sistema Municipal de Bibliotecas (2016): Para facilitar a divulgação da informação pública e em conformidade com a Lei de Acesso à Informação, Lei 12.527 de 18/11/2011
- **Iniciativa 64.** Dados estatísticos da Coordenadoria do Sistema Municipal de Bibliotecas (2007-2017): Para facilitar a divulgação da informação pública e em conformidade com a Lei de Acesso à Informação, Lei 12.527 de 18/11/2011
- **Iniciativa 65.** Scanners acessíveis para o público com deficiência visual: atualmente (abril de 2018) disponíveis em 11 bibliotecas, as doações dos scanners acessíveis para as bibliotecas resultaram de ações voltadas à promoção e equiparação de oportunidades no acesso à informação, à mobilidade e à participação de todas as pessoas da cidade e vieram de duas instituições, da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida (Plano Municipal São Paulo Mais Inclusiva) e da Secretaria de Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Bibliotecas mais Acessíveis).
- **Iniciativa 66.** Catálogo Online do Sistema Municipal de Bibliotecas: sistema para consulta e reserva de acervo das Bibliotecas Públicas Municipais da Secretaria Municipal de Cultura.
- **Iniciativa 67.** Acesso à Informação - Contratos, convênios e parcerias/ doações, comodatos e cooperações (atualizado em 2018): local no site da Secretaria Municipal de Cultura destinado à publicização de informações.
- **Iniciativa 68.** Dicionário de Ruas: o Núcleo de Denominação de Logradouros Públicos do Arquivo Histórico Municipal mantém organizado um Banco de Dados que contém informações a respeito dos nomes das ruas da Capital, o porquê da denominação de ruas, travessas, praças, pontes, viadutos, ou seja, os logradouros públicos que em cada nome traz um pouco da história da Cidade. O interessado pode contar com o site www.dicionarioderuas.prefeitura.sp.gov.br para suas pesquisas. O Arquivo Histórico só disponibiliza informações referentes às denominações de logradouros oficializados.

14. Secretaria Municipal de Cultura (SMC)

Iniciativa 69

Nome da iniciativa: Portal de Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição

É uma iniciativa da Secretaria da Cultura de São Paulo em disponibilizar o material histórico da cidade de São Paulo em formato digital e/ou indicar os locais onde esse material está disponível, para que as pessoas possam conhecer nossos acervos e saber um pouco mais sobre cada coleção. Através deste é possível acessar o acervo fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo, que possui aproximadamente 84 mil negativos que registra predominantemente a cidade de São Paulo e suas transformações urbanas nos últimos 150 anos.

Objetivo(s)

Disponibilizar acervo fotográfico à população ou indicar onde encontrá-lo a partir de uma plataforma online de fácil utilização.

Prazo/Duração: O projeto já está implementado e em funcionamento.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

O projeto se enquadra dentro de um eixo do Governo Aberto: Tecnologia e Inovação. Sua proposta é, além de disponibilizar acesso ao acervo fotográfico, disponibilizar também informações sobre os espaços museológicos da Secretaria Municipal de Cultura em uma plataforma online organizada e de fácil utilização.

14. Secretaria Municipal de Cultura (SMC)

Iniciativa 70

Nome da iniciativa: Plataforma Alexandria

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição

A Plataforma Alexandria é um sistema de gerenciamento de bibliotecas adotado pela SMC. É um sistema moderno, completo e intuitivo para consulta e reserva de acervo das Bibliotecas Públicas Municipais da Secretaria Municipal de Cultura.

Objetivo(s)

Facilitar o gerenciamento das bibliotecas públicas municipais, como a organização do acervo, empréstimos e cadastros.

Prazo/Duração: O projeto já está implementado e em funcionamento.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

O Projeto se enquadra no eixo de Tecnologia e Inovação do Governo Aberto, pois parte de uma proposta de modernização do gerenciamento das bibliotecas da Secretaria Municipal de Cultura.

15. Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC)

Iniciativa 71

Nome da iniciativa: Orçamento Criança e Adolescente (OCA)

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição

Trata-se de um orçamento temático, elaborado a partir do levantamento do conjunto das ações e das despesas do orçamento público municipal anual reservado à proteção e ao desenvolvimento das crianças e dos adolescentes (população entre 0 a 18 incompletos). A partir dele, pode-se verificar se os valores previstos e autorizados na Lei Orçamentária Anual (LOA) para crianças e adolescentes foram efetivamente gastos e qual o seu padrão ao longo dos anos. Sua publicização se dá em formato de relatórios - Relatório do Orçamento Criança e Adolescente (ROCA).

Objetivo(s)

Em linhas gerais, o Projeto OCA tem como objetivo aprimorar o planejamento das políticas públicas municipais voltadas às crianças e aos adolescentes, além de promover a transparência e o controle social. Pode contribuir com a integração dos eixos institucionais - proteção, atendimento, responsabilização e controle, valendo-se do agrupamento de informações orçamentárias segmentadas em diferentes pastas.

Prazo/Duração: 1º trimestre de 2019: publicar o 1º Relatório da Criança e do Adolescente (ROCA) da Cidade de São Paulo referente ao exercício de 2018**.**

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

É instrumento de transparência e controle social, possibilitando uma leitura orçamentária temática mais amigável para os cidadãos. Como dito acima, é uma forma de monitorar se o município está executando o orçamento autorizado, se mantém, aumenta ou diminui os recursos ao longo dos anos, o que significa verificar, em última instância, se ele está assegurando, com primazia, os direitos das crianças e dos adolescentes, como preconizado pela CF/1988 e pelo ECA/1990. Possibilita-se uma devolutiva das políticas públicas e dos gastos do município com um público para o qual se deve primazia constitucional.

15. Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC)

Iniciativa 72

Nome da iniciativa: Transparência Ativa do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição

Trata-se de um Plano de Trabalho para implementar um fluxo de transparência ativa na seção do site da SMDHC destinada ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FUMCAD). O CMDCA é um órgão colegiado que recebe apoio da SMDHC através de sua Secretaria-Executiva e que seleciona projetos de organizações da sociedade civil para receber recursos do FUMCAD. Participa da iniciativa o Departamento de Gestão de Parcerias (Gestão de Parcerias e Divisão de Análise de Contas); Departamento de Participação Social; Secretaria-Executiva do CMDCA; Coordenadoria de Planejamento e Informação e há diálogo com a Comissão de Comunicação do CMDCA.

Objetivo(s)

Os objetivos são adequar as informações disponibilizadas no site e estabelecer um fluxo em 2 eixos a partir da Portaria Intersecretarial 03/2017 e boas práticas de *compliance* e transparência: o botão de participação social, com as atividades do CMDCA e o botão de acesso à informação com transparência sobre as parcerias firmadas e os repasses do FUMCAD.

Prazo/Duração: Até dezembro 2018.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

Porque busca implementar critérios básico de transparência ativa.

16. Secretaria Municipal de Desestatização e Parcerias (SMDP)

Iniciativa 73

Nome da iniciativa: Transparência

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição

Implementamos na SMDP atividades propostas no projeto de Governo Aberto vinculadas a Transparência e consequentemente aos indicadores de integridade:

- *Transparência passiva:* Buscamos responder com agilidade e qualidade aos pedidos realizados por meio do SIC – Serviço de Informação ao Cidadão e participamos da Rede INFO Aberta;
- *Transparência ativa:* Observamos o *template* padrão da SECOM e estamos sempre aprimorando o site institucional do SMDP que possui todas as informações e documentos relativos aos projetos do Plano Municipal de Desestatização.

Objetivo(s)

Aumentar a disponibilidade de informações sobre atividades governamentais.

Prazo/Duração: indeterminado, contínuo.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

Programa de transparência de dados e informações, um dos pilares do programa Governo Aberto.

16. Secretaria Municipal de Desestatização e Parcerias (SMDP)

Iniciativa 74

Nome da iniciativa: Participação Cidadã

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição
Abertura de Procedimento de Manifestação de Interesse para ouvir as propostas dos particulares. Além disso, os projetos no âmbito do Plano Municipal de Desestatização são apresentados e debatidos em audiências públicas e disponibilizados para consulta pública.

Objetivo(s)
Ouvir a população e o mercado para a estruturação dos projetos de desestatização do município.

Prazo/Duração: indeterminado, contínuo.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?
Buscamos transparência e participação social.

17. Secretaria Municipal de Educação (SME)

Iniciativa 75

Nome da iniciativa: Pátio Digital

Está no Plano de Metas? Sim.

Descrição

O Pátio Digital é uma política de governo aberto com três eixos articulados: (i) transparência ativa e dados abertos; (ii) colaboração governo-sociedade e (iii) inovação com tecnologias abertas. Desta forma, utilizando metodologias de co-criação de políticas e *design thinking*, abrindo dados e promovendo a interação entre os diversos atores do ecossistema de educação, políticas públicas e tecnologias, o Pátio Digital tem alcançado resultados rápidos e aderentes às demandas sociais e aos desafios da gestão municipal.

Objetivo(s)

Articular os setores de tecnologia da informação e comunicação, universidades, iniciativa privada e organizações da sociedade civil para promover ações de abertura de dados, serviços digitais e inovação tecnológica na gestão da Rede Municipal de Educação e na entrega de serviços educacionais à população.

Prazo/Duração: Contínuo/Indeterminado.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

A iniciativa Pátio Digital, conforme acima exposto, é o nome que se deu à Política de Governo Aberto da Secretaria Municipal de Educação, lançada em abril de 2017. Sua existência e ações são pautadas por 3 eixos baseados nas premissas do conceito de Governo Aberto: Transparência Ativa e Dados Abertos, Colaboração Governo e Sociedade e Inovação Tecnológica.

18. Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia (SMIT)

Iniciativa 76

Nome da iniciativa: Dados abertos SP156

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição

Os dados do SP 156 dizem respeito às informações sobre as solicitações recebidas por meio de todos os canais de atendimento SP156 (Central Telefônica, Portal de Atendimento, Aplicativo Móvel), bem como nas Praças de Atendimento das Prefeituras Regionais e Descomplica SP.

As bases de dados disponibilizadas estão agregadas por semestre e serão atualizadas trimestralmente pela Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia, tendo recebido tratamento para retirada de informações pessoais e informações sensíveis dos requerentes e de terceiros.

http://dados.prefeitura.sp.gov.br/dataset/dados-do-sp156

Objetivo(s)

Dar transparência dos dados referentes aos serviços solicitados por meio dos canais de atendimento do SP156.

Prazo/Duração: Atualização trimestral.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

A iniciativa coloca à disposição do público as informações referentes aos serviços prestados pela Prefeitura, permitindo que a população tenha acesso às informações ativamente. Os dados disponibilizados podem servir como subsídios para fiscalização pela população, reportagens e pesquisas e para a formulação de soluções tecnológicas.

19. Secretaria Municipal de Justiça (SMJ)

Iniciativa 77

Nome da iniciativa: PROCON ABERTO

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição

Como uma de suas principais finalidades, a Coordenadoria de Defesa do Consumidor - PROCON PAULISTANO, vinculada à Secretaria Municipal de Justiça, Órgão integrante do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor, promove e implementa ações voltadas à educação, proteção e defesa do consumidor, bem como orienta e harmoniza os interesses dos participantes das relações de consumo. Assim, dentro de suas principais atribuições está a de analisar, avaliar, apurar e instruir reclamações e denúncias apresentadas por consumidores, entidades representativas ou pessoas jurídicas de direito público ou privado, proferindo, ao final de cada uma delas e respeitando o Princípio do Contraditório, as respectivas decisões nos casos concretos.

Objetivo(s)

Disponibilizar no Portal do Procon Paulistano o ao número total de Reclamações, Denúncias e Decisões proferidas pela Divisão de Atendimento desta entidade, a fim de facilitar que demais Órgãos do Sistema de Defesa do Consumidor, bem como consumidores, fornecedores, estudantes e quaisquer interessados tenham acesso aos dados de atendimento do Procon Paulistano, contribuindo com o fortalecimento do controle social.

Prazo/Duração: Trimestral, com a publicação inicial programada para outubro de 2018.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

O projeto em questão traz em sua concepção 2 pilares do conceito de Governo Aberto: Transparência e Tecnologia e Inovação. Podemos verificar que o os dados a serem disponibilizados propõem-se a aumentar o nível de transparência ativa relacionada às informações acerca do relevante trabalho realizado pelo Procon Paulistano e concomitantemente se utiliza de inovações tecnológicas para garantir a execução de tal princípio.

20. Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPED)

Iniciativa 78

Nome da iniciativa: Mapa da Rede de Serviços para a Pessoa com Deficiência

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição

O Mapa de Rede da Pessoa com Deficiência é um instrumento que disponibiliza geograficamente os equipamentos públicos acessíveis e que prestam atendimento à pessoa com deficiência em São Paulo. Possui como foco principal a simplificação, na busca pelas informações sobre acessibilidade na cidade de São Paulo. É um mapa online que traz destacados os equipamentos públicos acessíveis organizados de maneira simples para consulta e análise. Além de trazer informações como endereço e telefone para contato, traz também informações sobre a acessibilidade do local como um todo ou para tipos de deficiência, quando o local fizer tal separação. Vale ressaltar que nem todos os equipamentos são plenamente acessíveis, alguns apresentam requisitos mínimos de acessibilidade para garantir o acesso da pessoa com deficiência.

Objetivo(s)

Facilitar a busca por equipamentos públicos acessíveis na cidade de São Paulo e centralizar as informações de acessibilidade desses equipamentos. O uso de uma plataforma popularmente conhecido e de fácil utilização, o mapa do Google, garante ao munícipe informação centralizada, rápida e transparente permitindo que os deslocamentos pela cidade se tornem mais fáceis.

Prazo/Duração: O projeto já está implementado e em funcionamento**.**

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

O projeto em questão traz em sua concepção 2 pilares do conceito de Governo Aberto: Transparência e Tecnologia e Inovação. Podemos verificar que o Mapa se propõe a aumentar o nível de transparência ativa relacionada às informações acerca da acessibilidade em serviços públicos e concomitantemente se utiliza de inovações tecnológicas para garantir a execução de tal princípio.

20. Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPED)

Iniciativa 79

Nome da iniciativa: Acessibilidade Digital

Está no Plano de Metas? Sim, Meta 49, projeto 65.

Descrição

Trata-se de projeto que contempla diversas iniciativas a fim de contribuir para que todos os canais virtuais de informação e atendimento dos serviços públicos municipais (sites e páginas da internet) tenham acessibilidade digital, incentivando boas práticas de acessibilidade digital também no setor privado. Os seguintes passos foram planejados:

1. Definir e publicar os critérios de acessibilidade digital da Prefeitura de São Paulo e respectivos instrumentos e processos de avaliação.
2. Realizar dois eventos com programadores e especialistas em acessibilidade digital.
3. Construir canal virtual interativo aberto à população.
4. Produzir e divulgar uma cartilha (impressa e virtual) difundindo os critérios de acessibilidade digital e as orientações de como atingi-los.
5. Realizar um piloto de revisão e reestruturação de um site municipal, a fim de que ele sirva como exemplo de boas práticas em acessibilidade digital.
6. Avaliar a acessibilidade digital dos sites de todas as secretarias municipais e compartilhar com elas o diagnóstico obtido e as orientações de melhoria resultantes.
7. Firmar parceria com pelo menos 50% das secretarias na construção e/ou revisão de sites, no que se refere às diretrizes e ferramentas de acessibilidade digital.
8. Ofertar a qualquer interessado cujo(s) sítio(s) eletrônico(s) atenda(m) aos requisitos estabelecidos o serviço de certificação e concessão de Selo de Acessibilidade Digital.

Objetivo(s)

Por meio do Selo de Acessibilidade Digital, avaliar e certificar os sites municipais e também os sites de entes privados interessados. Assim, pretende-se incentivar a acessibilização de todo o conteúdo digital da Prefeitura Municipal de São Paulo, de outros entes federativos e da iniciativa privada.

Prazo/Duração: Dezembro de 2020.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

Considerando que o Projeto estimula a acessibilização do conteúdo digital disponível nos sítios eletrônicos da Prefeitura Municipal de São Paulo, possibilitando que a população com deficiência o acesse, ele potencialmente

tem impacto nos quatro eixos de governo aberto: transparência, tecnologia e inovação, *accountability* (integridade) e participação cidadã.

21. Secretaria Municipal de Relações Internacionais (SMRI)
Iniciativa 80

Nome da iniciativa: São Paulo Aberta

Está no Plano de Metas? Sim, Meta 49, projeto 65.

Descrição
São Paulo Aberta é um projeto que surgiu em 2014, com o objetivo de institucionalizar a agenda de Governo Aberto dentro do município de São Paulo. Desde 2016 a cidade de São Paulo adotou a agenda em nível municipal, aderindo à *Open Government Partnership*, que trabalha sondando novas experiências e criando políticas públicas para difundir, articular e fomentar a agenda de Governo Aberto (transparência, inovação, participação social e *accountability*). Coordena dois comitês, um interno com outras secretarias e outro externo, com a sociedade civil.

- *Coordenação do Comitê Intersecretarial de Governo Aberto*: Rede formada por dezesseis secretarias municipais e a Prodam, com o intuito de criar e apoiar políticas públicas de Governo Aberto na Prefeitura de São Paulo.
- *Coordenação do Fórum de Gestão Compartilhada para Governo Aberto*: Rede composta por quinze membros do governo e sociedade civil com a missão de criar, implementar e avaliar o plano municipal de Governo Aberto de acordo com diretrizes estabelecidas pela OGP.

Objetivo(s)
O projeto São Paulo Aberta, encontrado atualmente dentro da Supervisão para Assuntos de Governo Aberto, é uma supervisão que pretende disseminar os princípios de governo aberto internamente, ou seja, dentro da gestão pública e também para os cidadãos, para que tenhamos cada vez mais um governo mais aberto. Além disso, também atua como ponto de apoio, se necessário, para novos projetos, ações e programas em governo aberto no município de São Paulo.

Prazo/Duração: Indeterminado.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?
A São Paulo Aberta tem como um dos seus objetivos disseminar e articular políticas de governo aberto.

21. Secretaria Municipal de Relações Internacionais (SMRI)

Iniciativa 81

Nome da iniciativa: Programa Agentes de Governo Aberto

Está no Plano de Metas? Sim, Meta 49, projeto 65.

Descrição

Programa Agentes Formadores de Governo - é um programa executado de forma intersecretarial, coordenado pela Secretaria Municipal de Relações Internacionais (SMRI) e Controladoria Geral do Município, além do apoio do CIGA-SP. Seu objetivo é realizar formação gratuita à população em equipamentos públicos, nas áreas de abrangência das 32 Prefeituras Regionais, nas temáticas de Governo Aberto pautadas em transparência, inovação, participação social e integridade, desta forma descentralizando a pauta. Nas edições anteriores, o Programa Agentes de Governo Aberto, capacitou 20383 cidadãos e foi premiado no Fórum de Inovação Social no Setor Público, avaliado como experiência replicável, educativa e de alto impacto pelo Observatório Internacional da Democracia Participativa (OIDP) e reconhecido como prática governamental replicável pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Objetivo(s)

Capacitar a população quanto ao conceito de governo aberto e também apresentando ferramentas de mapeamento, transparência, participação, comunicação e outras.

Prazo/Duração: Pelo menos, até 2020, mas pretende ser um projeto com período indeterminado.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

Oferece ferramentas para que a população entenda melhor o trabalho do governo e saiba buscar os seus direitos, também fomentando a participação cidadã nas ações de controle social por meio do acesso à informação, da inovação social e tecnológica, da comunicação e outros.

21. Secretaria Municipal de Relações Internacionais (SMRI)

Iniciativa 82

Nome da iniciativa: Diálogo Aberto

Está no Plano de Metas? Sim, Meta 49, projeto 65, linha de ação 65.1.

Descrição

O Diálogo Aberto é um espaço de comunicação construído para viabilização da prestação de contas por parte das Subprefeituras, bem como, para acolher demanda dos munícipes, visando o trabalho colaborativo e participativo para solução de desafios pelo poder público. Os diálogos ocorrem semestralmente em cada uma das 32 Subprefeituras e, de 2017 até o momento, teve a participação de 1408 cidadãos, entre eles conselheiros participativos, setoriais e representantes de associações e coletivos.

Objetivo(s)

Promover o *accountability* da Subprefeitura, com os subprefeitos apresentando o Relatório de Ações e Obras aos conselhos participativos municipais, elaborado semestralmente, e também promover um espaço de discussão e acolhimento de demandas da população para a sociedade. Após todas as subprefeituras disponibilizarem o relatório, a São Paulo Aberta realiza uma avaliação da iniciativa e também uma devolutiva dos encontros e disponibiliza no site da Secretaria Municipal de Relações Internacionais.

Prazo/Duração: Indeterminado.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

Promove a participação cidadã ao trabalhar com os conselhos participativos municipais fomentando o controle social e também promover um governo mais responsável e responsivo com as suas ações.

21. Secretaria Municipal de Relações Internacionais (SMRI)

Iniciativa 83

Nome da iniciativa: Plano de Ação em Governo Aberto no município de São Paulo

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição

Em 2016, a cidade de São Paulo foi selecionada para fazer parte do Programa Cidades Pioneiras da *Open Government Partnership*, uma parceria global para o fomento de governo aberto. Como contrapartida, a cidade se comprometeu a criar e executar planos de ação com compromissos concretos de governo aberto. O primeiro plano foi elaborado em 2016 e implementado em 2017. Em 2018 um novo plano com 3 a 5 compromissos está sendo construído de forma colaborativa, envolvendo as secretarias que compõem o Comitê Intersecretarial de Governo Aberto da cidade de São Paulo, a sociedade civil organizada, por meio da criação do Fórum de Gestão Compartilhada e os cidadãos em geral, através de eventos abertos no território.

Objetivo(s)

Desenvolver e implementar compromissos em conjunto com a sociedade civil que promovam um governo mais aberto, utilizando-se dos princípios de integridade pública, acesso à informação, inovação tecnológica e participação cidadã.

Prazo/Duração: Indeterminado.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

Tem como objetivo firmar um compromisso entre a Prefeitura Municipal de São Paulo e a sociedade civil de promover ações de governo aberto no município de São Paulo.

22. Secretaria Municipal de Relações Internacionais (SMRI)

Iniciativa 84

Nome da iniciativa: Boletim de informações sobre Governo Aberto

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição

Desenvolver um *newsletter* mensal para encaminhar ao mailing da Prefeitura Municipal de São Paulo para informar aos servidores públicos e aos demais interessados as ações de Governo Aberto dentro do município.

Objetivo(s)

Divulgar as ações e atividades de governo aberto promovidas pelos órgãos e pela Rede INFO Aberta para conhecimento dos servidores públicos.

Prazo/Duração: Início em outubro de 2018 e o prazo é indeterminado.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

Pretende estimular uma comunicação mais efetiva dentro da Prefeitura Municipal de São Paulo quanto à agenda de governo aberto.

21. Secretaria Municipal de Relações Internacionais (SMRI)

Iniciativa 85

Nome da iniciativa: Oficina para subnacionais no III Encontro Brasileiro de Governo Aberto

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição

Diante do compromisso firmado no 4º Plano de Ação Nacional de Governo Aberto, *Governo Aberto em Estados e Municípios* e o desafio colocado de *Estabelecer governança colaborativa para implementação de ações de governo aberto em nível subnacional*, um dos marcos definidos para o cumprimento desse compromisso é que a São Paulo Aberta desenvolva uma oficina para subnacionais a ser realizada no III Encontro Brasileiro de Governo Aberto.

Objetivo(s)

Engajar outras subnacionais à agenda de governo aberto.

Prazo/Duração: Dezembro de 2019.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

Ajuda a fomentar a informação das agendas de governo aberto para outros municípios interessados em participar da iniciativa internacional *Open Government Partnership*.

21. Secretaria Municipal de Relações Internacionais (SMRI)

Iniciativa 86

Nome da iniciativa: Mapeamento de Iniciativas de Governo Aberto

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição

Mapear as iniciativas, ações e projetos em execução ou em fase de planejamento voltados para as diretrizes e práticas de Governo Aberto

Objetivo(s)

Fortalecer a pauta e criar uma visão consistente sobre as temáticas de Governo Aberto no município de São Paulo, bem como traçar um cenário atual servindo como base para a construção do que almejamos para o futuro.

Prazo/Duração: Indeterminado.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

Será um instrumento de análise para verificar qual o entendimento do conceito de Governo Aberto no município de São Paulo e também pautar quais serão as próximas iniciativas na gestão pública, seja por iniciativa do Plano de Ação municipal de São Paulo ou por iniciativas independentes dos próprios órgãos.

22. Secretaria Municipal da Saúde (SMS)

Iniciativa 87

Nome da iniciativa: Conselho Municipal da Saúde - CMS

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição

Instituído pela Lei Municipal Nº 12.546, de 7 de janeiro de 1998, o Conselho Municipal de Saúde - CMS é um órgão normativo e deliberativo de estrutura colegiada destinado ao planejamento, avaliação, fiscalização e controle da execução das políticas e das ações de saúde, em sua área de abrangência. O CMS tem composição quadripartite, com 32 (trinta e dois) membros e respectivos suplentes, sendo 50% (cinquenta por cento) de representantes dos usuários, 25% (vinte e cinco por cento) de representantes dos trabalhadores da saúde e 25% (vinte e cinco por cento) repartidos entre representantes do Poder Público, de instituições de ensino superior e de prestadores de serviços.

Objetivo(s)

Garantir a participação social na gestão das políticas de saúde e exercício do controle social como preconizado no Sistema Único de Saúde - SUS.

Prazo/Duração: Contínuo.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

Participação Cidadã: Apoiar a participação social dentro da gestão pública.

22. Secretaria Municipal da Saúde (SMS)

Iniciativa 88

Nome da iniciativa: Conselhos Gestores

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição

Os Conselhos Gestores são a expressão do controle social nas Unidades de Saúde do Sistema Único de Saúde do Município de São Paulo e Supervisões Técnicas de Saúde - STS. Os Conselhos Gestores têm caráter permanente e deliberativo, destinados ao planejamento, avaliação, fiscalização e controle da execução das políticas públicas e das ações de saúde, em sua área de abrangência. São tripartites compostos por representantes dos usuários, trabalhadores e gestão.

Objetivo(s)

Garantir a participação social na gestão das políticas de saúde e exercício do controle social como preconizado no Sistema Único de Saúde - SUS.

Prazo/Duração: Contínuo.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

Participação Cidadã: Apoiar a participação social dentro da gestão pública.

22. Secretaria Municipal da Saúde (SMS)

Iniciativa 89

Nome da iniciativa: PREPtec

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição

Aplicativo para smartphones e tabletes, baseado no Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas - PCDT para Profilaxia Pós-Exposição de Risco à infecção pelo HIV, IST e Hepatites Virais do Ministério da Saúde.

Objetivo(s)

Auxiliar o profissional de saúde que não tem afinidade com o tema HIV/Aids a avaliar os riscos de exposição ao HIV e apoiar a tomada de decisão sobre as recomendações técnicas (uso de antirretroviral) para a realização da Profilaxia Pós-Exposição ao HIV (PEP), como também para outras IST e anticoncepção de emergência.

Prazo/Duração:

Desenvolvimento finalizado.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

Tecnologia e Inovação: Ampliar o acesso a novas tecnologias para fins de abertura do governo e prestação de contas;

Está na lógica de acessibilidade de informação aos profissionais de saúde, que atuam na assistência em saúde, visando o melhor atendimento ao usuário do serviço de saúde municipal. Sendo mais transparente, inovador e participativo nas ações do Programa Municipal de DST/HIV/AIDS de São Paulo.

22. Secretaria Municipal da Saúde (SMS)

Iniciativa 90

Nome da iniciativa: TVsp

Está no Plano de Metas? Sim.

Descrição

Aplicativo para smartphones e tabletes, baseado no Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas - PCDT para Profilaxia Pós-Exposição de Risco à infecção pelo HIV, IST e Hepatites Virais do Ministério da Saúde.

Objetivo(s)

Têm por objetivo orientar profissionais da Rede Hospitalar e Básica no uso de antirretrovirais e demais agentes anti-infecciosos para prevenção e tratamento da sífilis, das hepatites virais (B e C) e da infecção pelo HIV, especificamente, para a população gestante.

Prazo/Duração: Desenvolvimento finalizado.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

Tecnologia e Inovação: Ampliar o acesso a novas tecnologias para fins de abertura do governo e prestação de contas;
Está na lógica de acessibilidade da informação aos profissionais de saúde, que atuam na assistência em saúde, visando o melhor atendimento ao usuário do serviço de saúde municipal. Sendo mais transparente, inovador e participativo nas ações do Programa Municipal de DST/HIV/AIDS de São Paulo.

22. Secretaria Municipal da Saúde (SMS)

Iniciativa 91

Nome da iniciativa: Tá na Mão

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição

Aplicativo para smartphones e tablets e plataforma Windows, que funciona como uma calculadora de risco para a infecção do HIV e outras IST, indicação de Profilaxia Pós Exposição, mostrando para o usuário (por georreferenciamento) a unidade mais próxima.

Objetivo(s)

Aplicativo desenvolvido com foco na prevenção e promoção a saúde para o uso da população em geral, mas especificamente para grupos mais vulneráveis ao HIV como Homens que fazem sexo com Homens (HSH), Gays, pessoas transsexuais, profissionais do sexo entre outros.

Prazo/Duração: Desenvolvimento finalizado.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

Tecnologia e Inovação: Ampliar o acesso a novas tecnologias para fins de abertura do governo e prestação de contas;
Está na lógica de acessibilidade de informar a população geral e também as populações que estão em maior vulnerabilidade as IST/ HIV/Aids, POP Trans, Gays e HSH visando a prevenção as IST/HIV/Aids da população do município. Sendo mais transparente, inovador e participativo nas ações do Programa Municipal de DST/HIV/AIDS de São Paulo.

22. Secretaria Municipal da Saúde (SMS)

Iniciativa 92

Nome da iniciativa: Agenda Fácil

Está no Plano de Metas? Sim, Meta 02, 03, 04 e 05. Linha de ação 4.5.

Descrição

O Agenda Fácil é um aplicativo lançado em outubro de 2017. Com ele é possível agendar, confirmar e cancelar consultas e exames nas Unidades Básicas de Saúde; acompanhar e gerenciar os procedimentos agendados e pré-agendados; e realizar agendamento em fila de espera.

Objetivo(s)

Facilitar a vida dos munícipes no cuidado de sua saúde, permitindo o agendamento de consultas e exames por meio de aplicativo.

Prazo/Duração: Contínuo.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

Tecnologia e Inovação: Ampliar o acesso a novas tecnologias para fins de abertura do governo e prestação de contas;

22. Secretaria Municipal da Saúde (SMS)

Iniciativa 93

Nome da iniciativa: Busca Saúde

Está no Plano de Metas? Sim, Meta 02, 03, 04 e 05. Linha de ação 4.4

Descrição

Trata-se de um sistema de localização de estabelecimentos ou serviços de Saúde da rede pública do Sistema Único de Saúde (SUS) no município de São Paulo. O usuário pode consultar a rede de unidades de saúde aplicando os seguintes filtros: nas proximidades do endereço informado, por tipo de unidade e serviços, permitindo livre navegação pelo mapa, além de oferecer a opção de geração de rotas para chegar ao local consultado.

Objetivo(s)

Facilitar a localização de estabelecimento e serviços de saúde do Sistema Único de Saúde - SUS

Prazo/Duração: Contínuo.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

Tecnologia e Inovação: Ampliar o acesso a novas tecnologias para fins de abertura do governo e prestação de contas.

22. Secretaria Municipal da Saúde (SMS)

Iniciativa 94

Nome da iniciativa: Aqui tem Remédio

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição
Uma ferramenta digital desenvolvida para auxiliar a população a encontrar em quais unidades do sistema municipal de saúde da cidade de São Paulo se encontram os medicamentos por ela buscados.

Objetivo(s)
Ser um instrumento de apoio aos profissionais das farmácias na prestação de serviço à população e aos usuários na busca por medicamentos, potencializando a política municipal de assistência farmacêutica.

Prazo/Duração: Contínuo.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?
Tecnologia e Inovação: Ampliar o acesso a novas tecnologias para fins de abertura do governo e prestação de contas

23. Secretaria Municipal de Segurança Urbana (SMSU)

Iniciativa 95

Nome da iniciativa: Fortalecer os Núcleos de Defesa Civil (NUDECs) existentes e fomentar a criação de novos Núcleos, integrando-os ao processo de gerenciamento dos riscos mapeados.

Está no Plano de Metas? Sim, meta 31, projeto 46.

Descrição

A presente proposta de ação tem como finalidade fortalecer os Núcleos de Defesa Civil (NUDEC) existentes e criar novos, criando uma aproximação das comunidades com a gestão dos riscos realizada pelo Governo Municipal. Um NUDEC é um grupo de pessoas das comunidades que atuam de forma voluntária através do envolvimento no controle dos riscos ambientais existentes naquela comunidade onde vivem.

Objetivo(s)

Fomentar a implantação e fortalecimento dos Núcleos de Defesa Civil; Realizar capacitações com a comunidade sobre riscos ambientais urbanos, percepção de riscos e formas de prevenção.

Prazo/Duração: De janeiro/2019 até dezembro/2020.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

Essa proposta de ação tem o intuito de aproximar o cidadão com a gestão do risco, tornando-o parte integrante do processo. Sendo assim, essa ação de encaixa com o eixo de Participação Cidadã.

23. Secretaria Municipal de Segurança Urbana (SMSU)

Iniciativa 96

Nome da iniciativa: Implantar o Programa Saúde, Proteção e Defesa Civil na Escola e o Grupo de Defesa Civil Escolar em instituições de ensino básico, priorizando escolas municipais localizadas em áreas de risco alto e muito alto.

Está no Plano de Metas? Sim, meta 31, projeto 46.

Descrição

A presente proposta de ação tem como finalidade a criação o Programa de Proteção e Defesa Civil na Escola e o Grupo de Defesa Civil Escolar, priorizando escolas municipais localizadas em áreas de risco alto e muito alto, tendo como finalidade organizar a comunidade escolar sobre as questões de risco em seu entorno, criando nela um polo disseminador de conhecimento sobre gestão de risco.

Objetivo(s)

Fomentar a implantação do Programa de Proteção e Defesa Civil na Escola e o Grupo de Defesa Civil Escolar (GDCE) nas unidades escolares; Realizar capacitações com o GDCE sobre riscos ambientais urbanos, percepção de riscos e formas de prevenção.

Prazo/Duração: De junho/2018 até dezembro/2020.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

Essa proposta de ação tem o intuito de aproximar o cidadão na gestão do risco, tornando-o parte integrante do processo. Sendo assim, essa ação de encaixa com o eixo de Participação Cidadã.

23. Secretaria Municipal de Segurança Urbana (SMSU)

Iniciativa 97

Nome da iniciativa: Elaborar Planos de Contingência priorizando as áreas de risco alto e muito alto.

Está no Plano de Metas? Sim, meta 31, projeto 46.

Descrição

A presente proposta de ação tem como finalidade a criação de Planos de Contingência, que tem como objetivo organizar a comunidade juntamente com os atores institucionais, para gerenciar os riscos enquanto não há uma solução definitiva para mitigação do risco.

Objetivo(s)

Criar Planos de Contingência nas comunidades onde hajam áreas de risco alto e muito alto; Melhorar a resposta aos desastres, estabelecendo os fluxos de informação, acionamentos para atendimento a ocorrências de grande vulto; Melhorar a articulação entre os atores institucionais e as comunidades.

Prazo/Duração: De julho/2017 até outubro/2020.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

Essa proposta de ação tem o intuito de aproximar o cidadão na gestão do risco, tornando-o parte integrante do processo. Sendo assim, essa ação de encaixa com o eixo de Participação Cidadã.

23. Secretaria Municipal de Segurança Urbana (SMSU)

Iniciativa 98

Nome da iniciativa: Dronepol

Está no Plano de Metas? Sim, meta 10, projeto 16.

Descrição

A Divisão de Tecnologias Geoespaciais tem como principais atribuições a captação de fotos e vídeos com Aeronaves Remotamente Pilotadas – RPA, o processamento de imagens georreferenciadas através de aerolevantamentos com drones, apoio aos diversos Órgãos Públicos no monitoramento ambiental, grandes eventos, manifestações públicas, áreas de risco, operações de segurança pública e outras ações governamentais. Atua complementarmente em apoio ao Corpo de Bombeiros na salvaguarda da vida humana nas praias da represa Guarapiranga com drones equipados com boias salva-vidas, em apoio a Defesa Civil no monitoramento de áreas de risco geológico e alagamentos através do Plano de Chuvas da Cidade e na elaboração de projetos voltados ao desenvolvimento e estudo de tecnologias relacionadas às RPA para aprimoramento e modernização dos serviços públicos no monitoramento da cidade.

Objetivo(s)

Desenvolvimento de ações e estudo de tecnologias geoespaciais para aprimoramento e modernização dos serviços públicos no monitoramento da cidade de São Paulo.

Prazo/Duração: Não possui prazo.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

A Divisão de Tecnologias Geoespaciais tem como uma de suas atribuições gerar e disponibilizar recursos de imagens e som e respectivos dados geoespaciais em sensoriamento remoto, monitoramento geodinâmico e geoprocessamento utilizando como principal ferramenta as aeronaves remotamente pilotadas, subsidiando as demais unidades da SMSU, outros Órgãos da Administração Pública Municipal e Instituições Parceiras.

23. Secretaria Municipal de Segurança Urbana (SMSU)
Iniciativa 99

Nome da iniciativa: SP + SEGURA

Está no Plano de Metas? Sim, Meta 10, projeto 16.

Descrição
SP+Segura é o app mobile da Secretaria Municipal de Segurança Urbana. Com o aplicativo, os usuários podem apontar no mapa e com recursos multimídia situações de insegurança ou desordem urbana, mantendo informados os demais usuários, em tempo real. A plataforma ainda permite aos munícipes acionarem, diretamente, os órgãos responsáveis por sanar os problemas, seja a Guarda Civil Metropolitana, a Defesa Civil, a Prefeitura Regional, e outros órgãos públicos municipais e de outras esferas de governo, bem como de disparar alertas sobre situações específicas. Além do módulo aberto, que permite a colaboração entre o munícipe e o Poder Público, o app conta com outros 3 módulos restritos, que auxiliam a tomada de decisão estratégica pela GCM.
Módulo Cidadão: Com Geolocalização que permite enviar alertas em tempo real.
Módulo Viatura: Aplicativo que permite à patrulha atender chamada de ocorrências próximas à viatura, além de comunicação com o Centro de Controle.
Módulo CICC (Centro Integrado de Comando e Controle): Permite ao Centro de Controle da GCM acompanhar as viaturas ou patrulhas em tempo real no mapa.
Módulo Gestor: Solução Web que permite ao gestor coletar informações estatísticas e estratégicas para tomada de decisões.

Objetivo(s)
Este é mais um dos programas implementado pela Secretaria Municipal de Segurança Urbana que utiliza a tecnologia para subsidiar a tomada de decisão quanto à disposição do policiamento no território, objetivando auxiliar na redução do crime e aumento da sensação de segurança da população.

Prazo/Duração: Lançado em Abril de 2018.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?
O SP+Segura é uma iniciativa de Tecnologia e Inovação em governo aberto, pois, além de facilitar para os munícipes o acesso, de forma amigável, a informações dos órgãos de segurança atuantes na cidade, os próprios

usuários contribuem para a formação do banco de dados com suas próprias informações. Além disso, foi desenvolvido em parceria com a empresa de desenvolvimento de soluções de segurança, Polícia Popular, e adquirido de forma totalmente gratuita pela Prefeitura.

23. Secretaria Municipal de Segurança Urbana (SMSU)

Iniciativa 100

Nome da iniciativa: City Câmeras

Está no Plano de Metas? Sim, Meta 10, projeto 16.

Descrição

City Câmeras é uma plataforma online pública da SMSU para a disponibilização em tempo real de imagens e vídeos de vigilância eletrônica espalhadas pela cidade. Trata-se de uma iniciativa inteiramente executada com parcerias com indivíduos e organizações que voluntariamente disponibilizam os links de acesso para seus vídeos de vigilância eletrônica armazenados em nuvem, atendidas especificidades técnicas estabelecidas pela SMSU. Não implicando, portanto, custos de aquisição ou manutenção de câmeras pela Secretaria. As imagens publicamente disponibilizadas são acessíveis a qualquer usuário da plataforma web, contribuindo para ampliação da sensibilidade social sobre as questões de segurança urbana. Mas também ajudam os órgãos públicos a qualificar sua atuação nos territórios, visando prevenir crimes, alertar situações de emergência e identificar problemas de zeladoria urbana, contribuindo para a ampliação da sensação de segurança na cidade.

Objetivo(s)

Espera-se expandir o monitoramento de segurança urbana na Cidade.

Prazo/Duração: 30/01/2017 a 30/12/2020 - Para atendimento da meta.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

É um programa associado à Tecnologia e Inovação - Amplia o acesso a novas tecnologias para fins de abertura do governo e prestação de contas

24. Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes (SMT)

Iniciativa 101

Nome da iniciativa: DSV Digital

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição

Trata-se de uma ferramenta desenvolvida pela Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes de São Paulo - SMT, por meio do Departamento de Operação do Sistema Viário - DSV, para viabilizar o atendimento mais ágil aos proprietários de veículos. Por meio desse canal o usuário já pode, hoje, iniciar processos de Indicação de Condutor, pedidos de 2ª via de Notificações de Autuação e Auto de Infração de Trânsito - AIT.

Objetivo(s)

Os planos de digitalização e automação de todos os procedimentos do DSV, tanto de gestão interna quanto de atendimento direto ao cidadão (na linha de frente, "de balcão") se estendem para além dos serviços hoje já disponíveis (que são ainda poucos, perto de todo o potencial) e visam a conferir mais agilidade, satisfação do usuário, confiança na estrutura e nos processos pelos quais zela e que conduz, eliminação de papel (o que gera redução drástica de custos de gestão documental, custódia, armazenamento, envio, transporte etc.) - e também têm potencial para aumentar a segurança do sistema e, no médio e longo prazos, possibilitar uma reestruturação dos recursos humanos envolvidos com as atividades do DTP, visando a eficiência sem prejuízo nenhum de eficácia e efetividade, alcance, ou agilidade (muito pelo contrário). Alguns dos itens de responsabilidade do DSV que devem ser prioritariamente automatizados até outubro de 2018 são: 1) indicação de condutor de veículo registrado por uma pessoa jurídica e associado a um CNPJ - hoje o que já se pode fazer por uma pessoa física, mediante cadastro no website do DSV digital, poderá ser feito também para veículos de propriedade de PJ, mediante autenticação por assinatura digital (certificação digital - e-CNPJ daquele que indica e e-CPF do condutor indicado, a fim de evitar transferências fraudulentas ou não autorizadas); 2) defesa de autuação dirigida ao CDA (Comitê de Defesa de Autuação - apoio ao Diretor do DSV que é, consoante as normas federais de trânsito, a autoridade de trânsito da municipalidade) - hoje em dia o Requerimento de Defesa da Autuação exige comparecimento presencial do proprietário do veículo, do condutor indicado ou de algum seu procurador, o que apenas pode se dar em três pontos da cidade; alternativamente, pode ser enviado pelos Correios. A princípio, a defesa de autuação - que não se confunde com a exclusão de punição - apenas versa acerca de falhas ou

vícios referentes à forma da autuação e não alcançam a discussão de mérito (cabe discussão de aspectos tais quais: divergências do veículo - placa, marca, espécie, modelo, características, como em casos de clones ou dublês; incorreção do local da infração - como em caso de via inexistente, cruzamento inexistente, numeral inexistente na via; erros da infração - enquadramento, artigo do CTB, descrição da infração; erros da autuação - impossibilidade da ocorrência da infração com o tipo de veículo, infração incorreta por estar fora da área do Rodízio ou da ZMRC, ZERC, VER, sinalização inexistente no local da infração; etc. Na realidade, poderia já ser feita a verificação plena de documentos que estivessem faltantes, pré-análise de mérito para eventual encaminhamento à JARI (Junta Administrativa de Recursos de Infração, 1a instância de julgamento de mérito - e a única relacionada à esfera municipal - a 2a instância, Cetran-SP, é relacionada à esfera estadual) em caso de acionamento de recurso de mérito pelo interessado etc., mas a forma como o relacionamento se estabelece com os proprietários ou condutores dificulta que correções de percurso sejam feitas com a agilidade necessária a que o processo flua eficazmente. A lida com essa atividade por vias automatizadas, digitais, pela internet (por aplicativo ou *web based*) tornaria o processo melhor para todas as partes envolvidas, inclusive por se tornar menos oneroso a todos; 3) JARI Digital: a Junta Administrativa de Recursos de Infração, 1a instância de julgamento de mérito quando interpostos recursos a autuações e multas, também lida, como o CDA, com recebimento.

Prazo/Duração: Outubro de 2018 para incorporação das funcionalidades ainda não disponíveis.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

O DSV Digital se coaduna com o eixo de Tecnologia e Inovação da OGP, na medida em que promove uma modernização da administração pública por meio da digitalização de serviços públicos, com redução do tempo de atendimento e facilitação do acesso aos serviços.

24. Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes (SMT)

Iniciativa 102

Nome da iniciativa: DTP Digital

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição

Desenvolver o novo sistema de Gerenciamento de Transportes Públicos em substituição ao atual sistema SGTP permitindo melhor integração entre os subsistemas necessários à gestão das diversas modalidades de transporte público, à melhor usabilidade das funcionalidades em plataforma web e à melhor gestão e controle das licenças/veículos, dos condutores e das empresas e demais itens que tratam destes componentes principais do Departamento de Transportes Públicos - DTP.

Objetivo(s)

Disponibilizar ao usuário serviços que não exijam a presença física do requerente ao DTP. Com isso, haverá um atendimento mais ágil aos condutores do município de São Paulo que operam algum dos serviços regulamentados pelo DTP (como táxi, motofrete, transporte escolar, carga a frete etc.). Os serviços a serem disponibilizados no "DTP Digital" ainda serão objeto de levantamento junto às áreas responsáveis. São objetivos específicos dessa nova plataforma: disponibilizar maior número de serviços solicitados por guias DAMSP Taxa DTP na Internet (site responsivo), contemplando integrações com outras agências do poder público (Detran, Secretaria de Segurança Pública etc.), com vias a reduzir drasticamente a quantidade de documentos apresentados e o armazenamento de suas cópias em papel; modernizar os documentos, as licenças e os cadastros, que atualmente são impressos, viabilizando formulários controlados para *smart card* ou impressos pela internet com *QRCode* e criptografia; disponibilizar consultas pela internet (site responsivo) da situação de licenças, cadastros, vistorias realizadas, DAMSPs emitidas (taxa DTP e de outorga onerosa), AIIPs/Autos de Apreensão/Retenção lavrados e intimações, mediante acesso controlado por senha web para pessoas físicas e jurídicas.

Prazo/Duração: 18 meses.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

O DTP Digital se coaduna com o eixo de Tecnologia e Inovação da OGP, na medida em que promove uma modernização da administração pública por

meio da digitalização de serviços públicos, com redução do tempo de atendimento e facilitação do acesso aos serviços.

24. Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes (SMT)

Iniciativa 103

Nome da iniciativa: Conselho Municipal de Transporte e Trânsito (CMTT) e Câmaras Temáticas

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição

O Conselho Municipal de Transporte e Trânsito (CMTT) é a instância municipal que propicia a participação e o controle social sobre as políticas públicas de mobilidade na cidade. Foi criado pelo Decreto 54.058/2013, modificado pelos Decretos 55.180/2014 e 56.995/2016, e é formado por três bancadas: poder público, operadores dos serviços de transporte e usuários. Tem composição tripartite e paritária, composto por 63 membros, sendo 21 titulares e 21 suplentes para cada segmento. As duas primeiras bancadas são constituídas respectivamente a partir de indicação dos órgãos públicos e das entidades representativas dos setores. Já a dos usuários é oriunda de eleição a cada dois anos. Pela bancada dos usuários, das 21 cadeiras, dez representam geograficamente a cidade, sendo dois membros por região (norte, sul, leste, oeste e centro) e onze representam os temas ligados ao trânsito e transporte: meio ambiente e saúde, juventude, sindicato dos trabalhadores, organizações não governamentais (ONGs), ciclistas, pessoas com deficiência, idosos, movimento estudantil secundarista, movimento estudantil universitário, movimentos sociais e mobilidade a pé. O CMTT tem regimento próprio e agenda mensal com reuniões sempre presididas pelo Secretário Municipal de Mobilidade e Transporte. As pautas são decididas pela Executiva do Conselho, composta por dois membros de cada bancada em uma reunião sempre duas semanas antes da reunião ordinária do Conselho.

Câmaras Temáticas: Mobilidade a Pé, Bicicleta, Transporte Escolar e Táxi:

Vinculadas ao CMTT, as câmaras temáticas são fóruns criados para tratar especificamente sobre determinado setor ou serviço da mobilidade paulistana. Atualmente o CMTT possui quatro câmaras temáticas: bicicleta, mobilidade a pé, transporte escolar e táxi. Cada uma delas possui regimento interno e agenda próprios, que variam de acordo com as demandas de seus membros. O intuito das câmaras temáticas é propiciar um diálogo aprofundado entre os técnicos da SMT e o segmento interessado, proporcionando a troca de visões sobre um mesmo tema. As câmaras temáticas mais atuantes são as ligadas à mobilidade ativa - bicicleta e mobilidade a pé - cujas reuniões são mensais e seus membros bastante engajados. Delas saíram muitos projetos e discussões para o desenvolvimento do caminhar e do pedalar na cidade. A Câmara Temática

do Transporte Escolar é bimensal e busca, juntamente com o apoio da SME e do DTP, aprimorar as questões referentes aos deslocamentos dos alunos, tanto da rede pública quanto particular da cidade. A Câmara Temática do Serviço de Táxi também é bimensal e busca majoritariamente aprimorar o serviço que foi impactado com a chegada dos aplicativos.

Objetivo(s)
Garantir a gestão democrática e a participação popular na proposição de diretrizes destinadas ao planejamento e à aplicação dos recursos orçamentários destinados à melhoria da mobilidade urbana; subsidiar a formulação de políticas públicas municipais relacionadas à Política Nacional de Mobilidade Urbana; acompanhar a elaboração e a implementação do Plano Municipal de Mobilidade Urbana (PlanMob); participar, quando pertinente, da revisão do Plano Diretor e de suas normas complementares; propor a normatização, fiscalização e avaliação do serviço de transporte urbano de passageiros, em especial o coletivo público, bem como de outros modais regulamentados pelo Poder Público, sugerindo alternativas que viabilizem sua integração; propor a normatização em questões de trânsito e sugerir alterações que contribuam para a sua eficiência, observada a legislação vigente; propor a normatização da circulação de carga e serviços; opinar sobre a circulação viária no que concerne à acessibilidade e mobilidade urbana dos pedestres; acompanhar a gestão financeira do Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros na Cidade de São Paulo; apreciar a proposta de alteração tarifária do Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros na Cidade de São Paulo; propor anualmente, para exame da Secretaria Municipal de Transportes, as diretrizes, prioridades e programas de alocação de recursos; convocar audiências públicas para apresentar, debater e propor as diretrizes, prioridades e programas; acompanhar a aplicação de recursos e avaliar anualmente a eficácia dos programas; elaborar, aprovar e modificar seu Regimento Interno.

Prazo/Duração: Não se aplica.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?
O CMTT e suas Câmaras Temáticas estão relacionadas com o eixo de Participação Cidadã do OGP, na medida em que incluem a sociedade civil na tomada de decisão.

25. Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL)

Iniciativa 104

Nome da iniciativa: Comissão Executiva da Operação Urbana Centro

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição

A Comissão Executiva da Operação Urbana Centro foi criada como instrumento de gestão da Operação Urbana Centro, criada pela Lei 12.349/97.

Objetivo(s)

A Operação Urbana Centro foi criada com o objetivo de promover a melhoria e a revalorização da área central, para atrair investimentos imobiliários, turísticos e culturais e reverter o processo de deterioração do Centro. Abrange as regiões dos chamados Centro Velho e Centro Novo, bem como parte de bairros históricos como Glicério, Brás, Bexiga, Vila Buarque e Santa Ifigênia. Esta operação estabeleceu incentivos, mediante contrapartida financeira, à produção de novas edificações, à regularização de imóveis, à reconstrução e reforma das existentes para sua adequação a novos usos, e também estabeleceu condições especiais para a transferência de potencial construtivo de imóveis de interesse histórico.

Prazo/Duração: Permanente, sendo que são realizadas 10 (dez) reuniões ordinárias por ano, podendo ocorrer reuniões extraordinárias e audiências o quanto for necessário.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

Os Conselhos Gestores são instrumentos de gestão e participação instituídos para acompanhar a elaboração e implantação de projetos urbanísticos das Operações Urbanas.

25. Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL)

Iniciativa 105

Nome da iniciativa: Conselho Gestor Operação Água Branca

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição

O Grupo de Gestão da Operação Urbana Consorciada Água Branca, instituído pelo artigo 61 da Lei n.º 15.893, de 7 de novembro de 2013, como órgão deliberativo (art. 8º DM n.º 54.911/2014) para a consecução dos objetivos da Operação Urbana Consorciada Água Branca.

Objetivo(s)

O Conselho Gestor da Operação Consorciada Água Espraiada tem por atribuição a definição e implementação do Programa de Intervenções da Operação Urbana, bem como a definição de aplicação dos seus recursos.

Prazo/Duração: Permanente.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

Os Conselhos Gestores são instrumentos de gestão e participação instituídos para acompanhar a elaboração e implantação de projetos urbanísticos das Operações Urbanas.

25. Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL)

Iniciativa 106

Nome da iniciativa: Conselho Gestor Operação Faria Lima

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição

A Operação Urbana Consorciada Faria Lima, compreendendo um conjunto integrado de intervenções coordenadas pela Prefeitura, por intermédio da Empresa Municipal de Urbanização – EMURB, com a participação dos proprietários, moradores, usuários e investidores em geral, estabelece um programa de melhorias para a área de influência definida em função da interligação da Avenida Brigadeiro Faria Lima com a Avenida Pedroso de Moraes e com as Avenidas Presidente Juscelino Kubitschek, Hélio Pellegrino, dos Bandeirantes, Engº Luis Carlos Berrini e Cidade Jardim, adequando-a à Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

Objetivo(s)

O Conselho Gestor da Operação Consorciada Faria Lima tem por atribuição a definição e implementação do Programa de Intervenções da Operação Urbana, bem como a definição de aplicação dos seus recursos.

Prazo/Duração: Permanente, sendo que são realizadas 04 (quatro) reuniões ordinárias por ano, podendo ocorrer reuniões extraordinárias e audiências o quanto for necessário**.**

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

Os Conselhos Gestores são instrumentos de gestão e participação instituídos para acompanhar a elaboração e implantação de projetos urbanísticos das Operações Urbanas.

25. Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL)

Iniciativa 107

Nome da iniciativa: GeoSampa

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição

O GeoSampa é uma plataforma de dados georreferenciados da Cidade de São Paulo que integra informações de diversas secretarias em um ambiente compartilhado. Ele é composto por dados geográficos de referência (limites de subprefeituras, distritos), dados cartográficos (hidrografia, topografia etc.), dados cadastrais (setores, quadras e lotes fiscais, áreas públicas, etc.) e dados temáticos.

Objetivo(s)

O GeoSampa foi idealizado como uma ferramenta que permite a visualização de temas diferentes de interesse da administração pública e do público em geral em um mesmo mapa. Ao mesmo tempo, evita a duplicidade de dados por ser uma fonte única da informação, permite a conexão de sistemas e bancos com atualização constante e permite também o download dos arquivos originais em formato aberto.

Prazo/Duração: Permanente.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

O GeoSampa pode ser entendido como um instrumento de governo aberto não só por disponibilizar de forma ampla e irrestrita grandes quantidades de dados e informações públicas, mas também por permitir o download de todas as bases em formato aberto.

25. Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL)

Iniciativa 108

Nome da iniciativa: Observatório de Indicadores da Cidade de São Paulo – ObservaSampa

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição

O Observatório de Indicadores da Cidade de São Paulo – ObservaSampa – é uma plataforma online que reúne indicadores capazes de mensurar a qualidade de vida dos paulistanos, o acesso a equipamentos, assim como indicadores de desempenho da PMSP. Conta também com um espaço para publicação de estudos e pesquisas e participação popular no debate sobre os próprios indicadores.

Objetivo(s)

Dentre os objetivos principais do ObservaSampa está a disponibilização dos principais indicadores referentes ao município de São Paulo, incluindo indicadores do Plano de Metas, do Plano Plurianual (PPA) e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Prazo/Duração: Permanente.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

O ObservaSampa se insere também na iniciativa São Paulo Aberta, que visa integrar e articular as ações e políticas públicas voltadas para o aumento da transparência, o aprimoramento da participação social, o fomento à inovação tecnológica e o fortalecimento da integridade pública.

Neste contexto, O ObservaSampa foi construído em software livre e código aberto e os dados são disponibilizados em formato aberto.

25. Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL)

Iniciativa 109

Nome da iniciativa: Conselho Municipal de Política Urbana

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição

O Conselho Municipal de Política Urbana (CMPU), constituído pela lei Nº 13.430, de setembro de 2002 - Plano Diretor Estratégico (PDE) de São Paulo. O Conselho é composto por 60 membros titulares e respectivos suplentes, representantes do Poder Público e da sociedade civil, organizados por segmentos, com direito a voz e voto e 9 integrantes apenas com direito a voz, sem direito a voto que se reúnem para acompanhar a execução da Política de Desenvolvimento Urbano do Município veiculada por intermédio do Plano Diretor Estratégico.

Objetivo(s)

O CMPU é o órgão que institucionaliza a participação da população nas decisões tomadas pelo poder público, referentes às políticas de desenvolvimento urbano, consolidando o conceito de gestão democrática no município.

Prazo/Duração: Permanente.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

Os Órgãos Colegiados têm como objetivo garantir a gestão democrática da cidade por meio da participação de diferentes segmentos da população, diretamente ou por intermédio de associações representativas, nos processos de decisão, planejamento e gestão da cidade, de realização de investimentos públicos e na elaboração, implementação e avaliação de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

25. Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL)

Iniciativa 110

Nome da iniciativa: Comissão de Proteção à Paisagem Urbana - CPPU

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição

A Comissão de Proteção à Paisagem Urbana é um Colegiado composto por por 8 Representantes do Poder Executivo e por 8 Representantes da Sociedade Civil, mantido pela Lei 16.050 (Plano Diretor Estratégico). Tem como competências preciar, emitir parecer e deliberar sobre casos de aplicação da legislação específica sobre anúncios, mobiliário urbano, infraestrutura, inserção e remoção de elementos na paisagem urbana; dirimir dúvidas na interpretação da legislação específica, em especial a 14.223/06 (Lei Cidade Limpa) ou em face de casos omissos; elaborar e apreciar projetos de normas modificativas ou inovadoras da legislação vigente, referentes a anúncios, mobiliário urbano e outros elementos que constituem a paisagem urbana; entre outros.

Objetivo(s)

Compete à CPPU, dentre outros, apreciar, emitir parecer e deliberar sobre casos de aplicação da legislação específica sobre anúncios, mobiliário urbano, infraestrutura, inserção e remoção de elementos na paisagem urbana, assim como discutir e elaborar normatização em temas correlatos.

Prazo/Duração: Permanente.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

Os Órgãos Colegiados têm como objetivo garantir a gestão democrática da cidade por meio da participação de diferentes segmentos da população, diretamente ou por intermédio de associações representativas, nos processos de decisão, planejamento e gestão da cidade, de realização de investimentos públicos e na elaboração, implementação e avaliação de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

25. Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL)

Iniciativa 111

Nome da iniciativa: Câmara Técnica de Legislação Urbanística - CTLU

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição

A Câmara Técnica de Legislação Urbanística é composta por representantes do Poder Executivo e por representantes da sociedade civil que se reúnem ordinária ou extraordinariamente para deliberar em relação às dúvidas à aplicação de leis urbanísticas bem como em relação à proposição de novos dispositivos legais no campo do desenvolvimento urbano.

Objetivo(s)

Compete a CTLU analisar casos não previstos e dirimir dúvidas na aplicação da legislação urbanística, em especial a lei de parcelamento, uso e ocupação do solo, assim como elaborar normas e regimentos afins.

Prazo/Duração: Permanente.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

Os Órgãos Colegiados têm como objetivo garantir a gestão democrática da cidade por meio da participação de diferentes segmentos da população, diretamente ou por intermédio de associações representativas, nos processos de decisão, planejamento e gestão da cidade, de realização de investimentos públicos e na elaboração, implementação e avaliação de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

26. SP Urbanismo (SPURBANISMO)

Iniciativa 112

Nome da iniciativa: Programa Operações Urbanas

Está no Plano de Metas? Sim, Meta 25, 27 e 29, projeto 35 e 42.

Descrição

Diversos empreendimentos de Habitação Social em 04 (quatro) Operações Urbanas; As obras das Operações Urbanas alinham-se minimamente com 03 (três) metas de governo em diversas regiões da cidade: Operação Água Espraiada, Operação Faria Lima, Água Branca e Centro. São as 04 (quatro) Operações Urbanas Gerenciadas pela SPUrbanismo. Todo o processo de gestão é aberto à população segundo regulação definida por leis específicas, o que inclui os Conselhos Gestores, as plataformas tecnológicas, audiências públicas e demais ritos. A SPUrbanismo iniciou o processo de análise de novo sistema metodológico para desenvolvimento dos processos de geração e gestão das Operações existentes e por vir. Este sistema metodológico inclui nova plataforma tecnológica que reduzirá o espaço entre a concepção e divulgação pública de todas as informações referentes. Este processo está em curso na empresa, englobando análise de sistema e recursos necessários à implantação. A gestão das Operações busca a realização ágil e econômica de todas as intervenções predefinidas em cada uma delas.

Objetivo(s)

Efetivar a maior captação possível de recursos para a Gestão e ao mesmo tempo implementar o maior número de obras previstas em cada Operação.

Prazo/Duração: Todo o período de Gestão.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

Por que a gestão da Operação, conforme determinação legal, é feita de forma participativa, por meio de conselhos, sistemas, audiências e consultas públicas, garantindo à população o acompanhamento total de cada passo da Operação e da utilização de seus recursos.

26. SP Urbanismo (SPURBANISMO)

Iniciativa 113

Nome da iniciativa: PIU - Projetos de Intervenções Urbanas

Está no Plano de Metas? Sim, Meta 25, 27, 29, 35 e 44, projeto 35, 42, 59 e 50.

Descrição

Nos termos do Plano Diretor Estratégico, os Projetos de Intervenção Urbana - PIU, podem ser originados do Poder Público ou da iniciativa privada. A legislação prevê um rito de publicização dos PIUs desde o seu diagnóstico, o seu plano de interesse público até a sua concretização. Segundo a lei, cabe à SPUrbanismo o desenvolvimento do PIU, tanto na quantificação, como na qualificação de todas as intervenções integrantes dos projetos. Atualmente estão sendo desenvolvidos 11 (onze) Projetos, com a viabilização de captação de importantes recursos para a Gestão. As ferramentas de discussão com a sociedade, assim como o instrumento em si, caracterizam uma iniciativa de fortalecimento do governo aberto e atuante.

Objetivo(s)

Viabilização de investimentos da Gestão, qualificação e transformação do território urbano.

Prazo/Duração: Cada PIU tem um prazo específico conforme cronograma respectivo.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

Porque a gestão dos PIU, conforme determinação legal, é feita de forma participativa, audiências e consultas públicas, garantindo à população o acompanhamento total de cada fase de elaboração.

26. SP Urbanismo (SPURBANISMO)

Iniciativa 114

Nome da iniciativa: Qualificação dos Espaços Públicos e Mobiliário Urbano

Está no Plano de Metas? Sim, Meta 25, 27, 29, 35 e 44, projeto 35, 42, 59 e 50.

Descrição

Nos termos do Plano Diretor Estratégico, os Projetos de Intervenção Urbana - PIU, podem ser originados do Poder Público ou da iniciativa privada. A legislação prevê um rito de publicização dos PIUs desde o seu diagnóstico, o seu plano de interesse público até a sua concretização. Segundo a lei, cabe à SPUrbanismo o desenvolvimento do PIU, tanto na quantificação, como na qualificação de todas as intervenções integrantes dos projetos. Atualmente estão sendo desenvolvidos 11 (onze) Projetos, com a viabilização de captação de importantes recursos para a Gestão. As ferramentas de discussão com a sociedade, assim como o instrumento em si, caracterizam uma iniciativa de fortalecimento do governo aberto e atuante.

Objetivo(s)

Viabilização de investimentos da Gestão, qualificação e transformação do território urbano.

Prazo/Duração: Cada PIU tem um prazo específico conforme cronograma respectivo.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

Porque a gestão dos PIU, conforme determinação legal, é feita de forma participativa, audiências e consultas públicas, garantindo à população o acompanhamento total de cada fase de elaboração.

26. SP Urbanismo (SPURBANISMO)

Iniciativa 115

Nome da iniciativa: CPPU

Está no Plano de Metas? Sim, Meta 25, projeto 35.

Descrição
A iniciativa alinhada com a Meta 25, realiza-se em diversas regiões da cidade, conforme legislação de responsabilidade e análise de frequência de uso pelo cidadão. Todos os estudos técnicos foram executados pela SPUrbanismo, bem como as soluções a serem implantadas em cada caso.

Objetivo(s)
Incrementar a segurança e conforto dos pedestres.

Prazo/Duração:
É um programa previsto em lei com execução contínua e que inclui os projetos descritos nos campos superiores.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?
A implantação de cada projeto nos diversos territórios da cidade tem impacto no uso da população, o que gera a necessidade de interlocução do Poder Público com os usuários, com Comissões, Conselhos, Órgãos de Controle, via consulta pública, plataformas digitais, exposições e demais.

27. SP Obras (SPOBRAS)

Iniciativa 116

Nome da iniciativa: Implantação do PMO SPObras para Excelência em Gestão

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição

Implantação de um PMO – Escritório de Gestão de Projetos (Empreendimentos) voltado a Gestão por Processos na SPObras.

O Escritório de Empreendimentos - PMO da SPObras, faz parte de um projeto para alcançar a Excelência em Gestão dos Empreendimentos da empresa. Uma nova filosofia de gestão, baseadas nas melhores práticas de gerenciamento de projetos do *PMI - Project Management Institute*, foi introduzida na empresa, inovando na gestão pública dos empreendimentos. Foram desenhados processos e ferramentas de gestão em conjunto com os servidores da SPObras, o que fez com que a equipe se apropriasse da nova metodologia. Para permitir o melhor entendimento dessa nova metodologia, alguns funcionários fizeram um Curso de Gestão de Projetos.

Visando a perenidade da metodologia, foi criado um Sistema de Gerenciamento de Informações, elaborado pelo setor de TI, possibilitando assim a transparência das informações internas a todos os funcionários da empresa e permitindo o monitoramento dos empreendimentos e uma melhor gestão do portfólio. Quando implantado o sistema, essas informações serão disponibilizadas para os munícipes, através do site da empresa, dando transparência aos dados dos Empreendimentos.

Objetivo(s)

i. A melhoria dos processos relacionados ao negócio da empresa;

ii. Cumprir as metas de custo e prazo dos empreendimentos, estabelecidas em contrato;

iii. Garantir a confiabilidade das informações e indicadores na gestão dos empreendimentos, suportando a tomada de decisão.

Prazo/Duração: jun/19.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

Os processos de gestão, quando utilizados, irão disponibilizar as informações dos empreendimentos em desenvolvimento na empresa em um único sistema, garantindo assim a TRANSPARÊNCIA.

27. SP Obras (SPOBRAS)

Iniciativa 117

Nome da iniciativa: Utilização do BIM *(Building Information Modeling)* na SPObras em Acompanhamento das obras

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição

Desenvolver a modelagem 4D dos empreendimentos, onde os elementos do modelo serão relacionados ao cronograma de obra, determinado por uma sequência construtiva lógica, possibilitando uma fiscalização e acompanhamento mais eficaz.

Objetivo(s)

Estabelecer procedimentos para fiscalização e acompanhamento do avanço físico das obras utilizando a modelagem 4D.

Prazo/Duração:

Critérios e requisitos para a contratação de obras públicas utilizando BIM - março/2020.
Fiscalização de obra utilizando a modelagem 4D - out/2021.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

O desenvolvimento do modelo digital em BIM permite a antecipação de conflitos resultantes da incompatibilidade de disciplinas de projeto. Pode-se, então, obter um cronograma de obra mais realista, mediante o planejamento da obra, desenvolvido à medida que o processo de modelagem avança. De posse de um cronograma mais realista, a SPObras poderá acompanhar o avanço físico da construção de forma clara e ágil, tornando o processo mais TRANSPARENTE e ÍNTEGRO, através da adoção de uma nova TECNOLOGIA e INOVANDO o processo de fiscalização de obras públicas.

28. Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos (SPDA)
Iniciativa 118

Nome da iniciativa: Transparência

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição
Implementamos na SPDA atividades propostas no projeto de Governo Aberto vinculadas a Transparência e consequentemente aos indicadores de integridade:

- Transparência passiva: Buscamos responder com agilidade e qualidade aos pedidos realizados por meio do e-SIC – Serviço de Informação ao Cidadão e participamos da Rede INFO Aberta;
- Transparência ativa: Estamos aprimorando o site institucional da Companhia e mantemos atualizadas as informações no Portal da Transparência.

Objetivo(s)
Aumentar a disponibilidade de informações sobre a Companhia.

Prazo/Duração: indeterminado, contínuo.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?
Aumentar a transparência de dados e informações. Um dos objetivos do Governo Aberto.

29. Companhia Paulistana de Securitização (SPSEC)
Iniciativa 119

Nome da iniciativa: Transparência

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição
Implementamos na SP Securitização atividades propostas no projeto de Governo Aberto vinculadas a Transparência e consequentemente aos indicadores de integridade:

- Transparência passiva: Buscamos responder com agilidade e qualidade aos pedidos realizados por meio do e-SIC – Serviço de Informação ao Cidadão e participamos da Rede INFO Aberta;
- Transparência ativa: Estamos aprimorando o site institucional da Companhia e mantemos atualizadas as informações no Portal da Transparência.

Objetivo(s)
Aumentar a disponibilidade de informações sobre a Companhia.

Prazo/Duração: indeterminado, contínuo.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?
Aumentar a transparência de dados e informações. Um dos objetivos do Governo Aberto.

30. São Paulo Transportes S.A (SPTRANS)
Iniciativa 120

Nome da iniciativa: Modernização e atualização do Sistema de Bilhetagem Eletrônica.

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição
A iniciativa trata da modernização do sistema de gestão do Bilhete Único (cartão de pagamento utilizado pelo Sistema de Transporte Coletivo Urbano Público, aceito tanto nos ônibus da São Paulo Transporte como no sistema de transporte sobre trilhos - metrô e trens metropolitanos) com vias a garantir maior segurança em termos de tráfego, guarda e integridade dos dados, além da ampliação das possibilidades de pagamento aos usuários, como pagamento por cartões de crédito e por meio de aplicativos para dispositivos móveis.

Objetivo(s)
O objetivo principal é combater as fraudes (o que mitigará os prejuízos gerados aos cofres públicos e o déficit de financiamento do Sistema de Transporte) e possibilitar novas formas de aquisição de créditos e de pagamento das passagens independentemente do cartão físico do Bilhete Único, o que facilitará e ampliará o acesso ao serviço tanto pelos habitantes da Região Metropolitana de São Paulo, quanto pelos que estão na região transitoriamente (como a turismo ou em viagem de negócios).

Prazo/Duração: Prazo de 12 meses para o início da atualização tecnológica, estendendo-se até final de 2020. Prazo de 18 meses para o início da utilização comercial de outros meios de pagamento (celular, cartão de crédito).

Por que se caracteriza como Governo Aberto?
Tal iniciativa se relaciona com os eixos de Tecnologia e Inovação e Integridade dos Dados do OGP, na medida em que confere maior segurança na gestão dos dados e amplia as possibilidades de acesso a serviços públicos.

31. Subprefeitura Cidade Ademar (SUBAD)
Iniciativa 121

Nome da iniciativa: Divulgação das ações realizadas pela Subprefeitura Cidade Ademar

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição
Divulgação do orçamento e de todas as ações realizadas pela Subprefeitura no site da Prefeitura e no facebook.
Utilizar o Facebook da Sub para divulgar todas as ações e serviços disponibilizados.
Publicação no site da Subprefeitura:
- programação semanal de zeladoria;
- programação quinzenal de zeladoria envolvendo população de rua;
- agenda diária do Subprefeito;
- ata e convocação de reuniões do CADES e COM;
- lista dos conselheiros do CADES, CPM, Tutelares;
- lista e contato dos servidores;
- entre outros (www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/cidade_ademar);
- publicação do relatório semestral de atividades.

Fixação do orçamento mensal nos murais da sede da Subprefeitura, convocação de reuniões do CPM e avisos de interesse da população.

Objetivo(s)
Garantir que 100% dos dados informados pela Prefeitura estejam disponíveis em formato aberto, integrando ferramentas básicas de acessibilidade. Duplicar as visualizações do portal da prefeitura municipal de SP e o número de seguidores nas mídias sociais institucionais.

Prazo/Duração: Sem prazo definido.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?
Porque dá transparência às ações realizadas pela Subprefeitura.

32. Subprefeitura Aricanduva-Formosa (SUBAF)
Iniciativa 122

Nome da iniciativa: VOZ E VEZ NA MÍDIA COM CONSELHO PARTICIPATIVO

Está no Plano de Metas? Sim, Desenvolvimento Institucional.

Descrição
Queremos com o projeto disseminar informações sobre um tema tão transversal e tomas a comunicação da Prefeitura acessível. Assim, aumentar o uso de meios de comunicação pela Prefeitura, divulgando as ações de governo aberto em jornais, TVs, ônibus, equipamentos públicos a fim de que possamos marcar como pontos estratégicos de comunicação permanente.

Objetivo(s)
A Comunicação é um desafio a ser superado quando pensamos em políticas de governo aberto, assim queremos deixar o munícipe informado sobre as reuniões, pautas e atas das reuniões. Mesmo para o contribuinte que não possa estar presente nas reuniões através das mídias dos bairros.

Prazo/Duração: início a partir de setembro 2018/término: ainda a ser discutido.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?
Se caracteriza porque foi pensado dentro do plano de metas 2017-2020 e prioriza a integração de quatro eixos, sendo eles: transparência, inovação, integridade e participação cidadã.

32. Subprefeitura Aricanduva-Formosa (SUBAF)
Iniciativa 123

Nome da iniciativa: Entulho é no Ecoponto / Praça não é Lixeira

Está no Plano de Metas? Sim, Desenvolvimento Urbano e Meio / Desenvolvimento Humano / Desenvolvimento social / Desenvolvimento Institucional.

Descrição
No domingo 23 de setembro, dois dias após o Dia da árvore acontecerá na Praça Duerê, na Vila Carrão, a partir das 10 horas através da Supervisão de Cultura a 1ª Edição do evento Entulho é no Ecoponto / Praça não é Lixeira.

Objetivo(s)
A ação tem como ponto central o intuito de educar e conscientizar os munícipes quanto ao descarte correto do lixo e entulho, assim desenvolver ação integrada e complementar às áreas temáticas de conselhos, fóruns e representação da sociedade civil em ações em prol da comunidade.

Prazo/Duração: 23 de setembro de 2018.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?
Se caracteriza porque foi pensado dentro do plano de metas 2017-2020 e assim envolve 4 eixos: Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Desenvolvimento Humano e Desenvolvimento Institucional com a participação cidadã no envolvimento direto das ações regionais, trazendo os munícipes para participarem na organização como um todo para que ele entenda como é importante para a Regional a gestão mais participativa. Como já acontece no nosso Conselho Participativo.

33. Subprefeitura Campo Limpo (SUBCL)
Iniciativa 124

Nome da iniciativa: Acordo de Cooperação Universitária

Está no Plano de Metas? Sim, Meta 49, projeto 65 e 66.

Descrição
A Subprefeitura Campo Limpo celebrou o Acordo de Cooperação No. 1/2017 com o Centro Universitário Adventista de São Paulo – UNASP, para desenvolver projetos técnico-acadêmicos com seu corpo social em nível de voluntariado. A proposta embasa-se no Marco Regulatório da Sociedade Civil - MROSC, é orientada por objetivos e indicadores de resultado, e não implica em ônus para a Prefeitura. A parceria possibilitou a realização de diversos projetos de apoio à Administração local. Em um ano de vigência, o Acordo de Cooperação produziu: projetos participativos e autossustentados de praças; criação de um banco de dados dos logradouros regionais; levantamentos métricos cadastrais; pesquisa de microclima organizacional; avaliação fitossanitária da arborização urbana; projetos de mobiliário urbano; projetos de assistência técnica para habitação social; projeto de inclusão digital. Até o momento, os projetos envolveram mais de 5000 horas de voluntariado do corpo docente e discente do UNASP.

Objetivo(s)
Desenvolver projetos especiais de interesse regional com parceria e suporte técnico-acadêmico das universidades locais, em nível de voluntariado.

Prazo/Duração: O Acordo de Cooperação No. 1/2017 tem a validade de 1 ano, prorrogável por mais 1 ano. Neste período são desenvolvidos os diversos projetos, cada qual com duração específica.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?
Trata-se de uma iniciativa de Governo Aberto porque "abre" a gestão da Subprefeitura para as universidades locais e o seu corpo social (docentes, discentes, administrativos), com vistas ao aperfeiçoamento, ampliação, cooperação e transparência na produção dos serviços públicos.

34. Subprefeitura Capela do Socorro (SUBCS)
Iniciativa 125

Nome da iniciativa: Facebook

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição
Utilizar o Facebook da PR-CS para atingir o máximo de seguidores possível, pois a página do facebook é aparentemente mais visitada do que o portal. A partir da data de abertura, foram aproximadamente cinco mil seguidores, em média 100 pessoas novas são adicionadas diariamente.

Objetivo(s)
Informar, orientar, responder aos questionamentos dos munícipes e funcionários. A ferramenta também é utilizada como utilidade pública. Todas as atividades realizadas pela PR-CS e Prefeitura no geral é disponibilizado na página. A visibilidade e a participação são grandes e as solicitações são encaminhadas para as unidades responsáveis.

Prazo/Duração: Indeterminado.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?
Devido ao fato de ser transparente o máximo possível e permitir a participação da população influenciando nas atividades da Prefeitura Regional.

35. Subprefeitura Cidade Tiradentes (SUBCT)
Iniciativa 126

Nome da iniciativa: Governo Local Aberto para o Desenvolvimento Amplo na Cidade Tiradentes

Está no Plano de Metas? Sim, Meta 49.

Descrição
Em face da Cidade Tiradentes ser o maior complexo habitacional da América Latina, a Coordenadoria de Governo Local imbuído da missão de articular, a partir de demandas locais, a implementação de políticas públicas nas Secretarias Municipais; vem por meio deste projeto propor que se realize um estudo de viabilidade e levantamento das Unidade Habitacionais gerenciadas pela Cohab na Cidade Tiradentes e que possam ser transferidas ou doadas de forma social às famílias de baixa renda ou em situação de rua, mulheres em situação de violência doméstica, crianças e adolescentes em vulnerabilidade social. O estudo deve contemplar as unidades que encontram-se em não conformidade com a legislação, já estão em poder de outrem, abandonadas, invadidas ou inadimplentes sem a devida negociação com a Cohab ou seja, objetos da reforma que propõe a Meta 29 e tornem-se Unidades Habitacionais de interesse social diminuindo as famílias que recebem auxílio aluguel como prioridade para atendimento habitacional.

Objetivo(s)
Atender as famílias da Cidade Tiradentes que encontram-se sem moradia e em estado de calamidade pública, provavelmente essas famílias figuram e estão no cadastro da SEHAB, moram no Bairro de Cidade Tiradentes há mais de 20 anos sonham com a sua 1º casa própria. Ainda aqui poderão ser contemplados de acordo a análise da Secretaria Municipal de Justiça as mulheres que sofrem violência doméstica e não tem para onde iniciar sua vida.

Prazo/Duração: Semestral para o levantamento de todos os dados junto a Cohab - Sehab, Reuniões com as Secretarias de Justiça, Assistência Social e Direitos Humanos para chegarmos ao objetivo de contemplar 200 famílias na Cidade Tiradentes.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?
O projeto em questão traz em sua concepção 3 pilares do conceito de Governo Aberto: Transparência, Participação Cidadã, Alinhamento aos Planos de Metas 2017/2020 - Meta 29. Podemos verificar que os dados a serem disponibilizados pela Sehab e o projeto de desenvolvimento local na Cidade Tiradentes propõem-se a diminuir as 30 mil famílias que recebem

auxílio aluguel como prioridade para atendimento habitacional e atender de forma razoável as demandas habitacionais no território da Cidade Tiradentes a partir das 200 famílias contempladas.

35. Subprefeitura Cidade Tiradentes (SUBCT)
Iniciativa 127

Nome da iniciativa: Projeto Qualifica Cidade Tiradentes

Está no Plano de Metas? Sim, Erradicação da Pobreza, Emprego Digno e Crescimento Econômico e Redução das Desigualdades.

Descrição
Gerar oportunidades de inclusão produtiva, por meio das ações de qualificação profissional, intermediação de mão de obra e empreendedorismo, para 300 pessoas que vivem em situação de pobreza, especialmente para a população em situação de rua, mulheres em situação de violência doméstica, jovens em vulnerabilidades social, em liberdade assistida ou vítimas de violência.

Objetivo(s)
O Sistema Nacional de Emprego (SINE) é o conjunto de políticas de atendimento aos trabalhadores, amparado pela política federal "Programa Seguro Desemprego" (instituído pela Lei 76.403/1975). Com a crise atual e com o cenário altíssimo de índices de desemprego iniciativas de formação, inclusão produtiva, empreendedorismo são sem dúvida alguma a escada para tirar milhões de pessoas da crise atual. Isto posto, desejamos habilitar e contribuir para a formação e informação dos cidadãos da Cidade Tiradentes que anseiam e necessitam de formação continuada e qualificação para as novas oportunidades no mercado de trabalho.

Prazo/Duração: 6 semestres, promover ao longo de seis meses 6 oficinas, cursos de Qualificação e Empreendedorismo na Cidade Tiradentes.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?
O projeto em questão traz em sua concepção 3 pilares do conceito de Governo Aberto: Transparência, Participação Cidadã, Tecnologia e Inovação. Alinhamento aos Planos de Metas 2017/2020 - Meta 38 por meio do Projeto Estratégico 53 (Trabalho, Emprego e Renda) e também do suporte ao Projeto Estratégico 9 (Trabalho Novo).

36. Subprefeitura Ermelino Matarazzo (SUBEM)
Iniciativa 128

Nome da iniciativa: AÇÃO - Participação cidadã

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição
Nas Obras de implantação ou revitalização de áreas públicas, para a execução do projeto, efetuamos consulta à população local, para recebermos e adequarmos as propostas, e procurar assim, implantar os serviços de acordo com os anseios e as expectativas dos munícipes. Como por exemplo citamos a Praça Mattathias Gomes dos Santos (Praça 11), que no momento desenvolvemos Projeto para sua revitalização, para tanto, foram consultados os taxistas locais, base da polícia militar, comerciantes e usuários da praça, obtendo assim, subsídios para o desenvolvimento do projeto, visando a implantação dos serviços de revitalização, de acordo com as propostas obtidas pela consulta.

Objetivo(s)
Execução das obras com participação da população local.

Prazo/Duração: Ação Constante.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?
A população local é consultada para adequação da proposta e implantação dos serviços de acordo com os anseios e as expectativas dos munícipes.

36. Subprefeitura Ermelino Matarazzo (SUBEM)
Iniciativa 129

Nome da iniciativa: Divulgação de dados no site da Subprefeitura de Ermelino Matarazzo

Está no Plano de Metas? Sim, Meta 49, projeto 65.

Descrição
Garantir que 100% dos dados publicados pela Prefeitura estejam disponíveis em formato aberto, integrando ferramentas básicas de acessibilidade
Governo Aberto: Fomentar e integrar o Governo Aberto em todas as Secretarias, através da manutenção e criação de iniciativas e mecanismos de participação, transparência, inovação e integridade. Dados abertos: 100% dos dados publicados pela Prefeitura Municipal de São Paulo serão disponibilizados em formato aberto, serão processáveis por máquinas e estarão disponíveis a toda a população.

Objetivo(s)
Garantir que toda a população tenha acesso aos principais dados desta Coordenadoria de Administração e Finanças.

Prazo/Duração: Mensalmente.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?
Porque as informações que foram disponibilizadas no site da SUB-EM atendem a Meta 49:

- Execução Orçamentária: Mensalmente o Demonstrativo do Saldo disponível por órgão/unidade;
- Acesso à Informação (Contratos, Convênio e Parcerias / Institucional: organograma, lista de servidores e contatos / Competências e atribuições definidas por Lei);
- Participação Social: Fundos (Acompanhamento dos editais financeiros).

36. Subprefeitura Ermelino Matarazzo (SUBEM)
Iniciativa 130

Nome da iniciativa: Selo de Acessibilidade

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição
A Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e a Comissão Permanente de Acessibilidade (CPA) são os responsáveis por avaliar se as páginas submetidas estão de acordo com os critérios e procedimentos estabelecidos na Portaria SMPED-GAB nº 08/2018 e pelo Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG). O site que atender a 95% dos critérios básicos já tem condições de se aplicar para conseguir o Selo.
Sendo assim, a Subprefeitura Ermelino Matarazzo, após manifestar o desejo de participar dessa iniciativa e enviou o requerimento à Divisão de Acessibilidade Digital e Comunicação Inclusiva (DADCI) que emitiu o Relatório Técnico de Avaliação da Acessibilidade e submeteu à apreciação, para concessão do Selo, da Comissão Permanente de Acessibilidade (CPA), órgão vinculado à SMPED.
A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146, de 6 de julho de2015), que, em seu artigo 63, estabelece a obrigatoriedade de "acessibilidade nos sítios da internet mantidos por empresas com sede ou representação comercial no País ou por órgãos de governo, para uso da pessoa com deficiência, garantindo-lhe acesso às informações disponíveis, conforme as melhores práticas e diretrizes de acessibilidade adotadas internacionalmente"; Decreto Municipal nº 49.063, de 18 de dezembro de 2007, que institui o Selo de Acessibilidade no Município de São Paulo; Portaria SMPED-GAB nº 08/2018, que regula e estabelece critérios e procedimentos necessários para a concessão do Selo de Acessibilidade Digital.

Objetivo(s)
O objetivo do Selo é incentivar a consciência e a prática da acessibilidade na web em todo o país e reconhecer as organizações que já têm sites e portais acessíveis. A avaliação segue os critérios estabelecidos no Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG) e as diretrizes de verificação previstas na Portaria nº 08/SMPED-GAB/2018, que regula o Selo de Acessibilidade Digital.

Prazo/Duração: Um ano de validação, com direito a renovação.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

O Selo de Acessibilidade Digital traduz o exercício pleno da cidadania e permite garantir a igualdade de oportunidade para as pessoas com deficiência, ao acessar e se conscientizar sobre as informações contidas no nosso Portal Eletrônico, em particular pela Subprefeitura Ermelino Matarazzo. Por isso, a equipe da Subprefeitura Ermelino Matarazzo, em particular a Assessoria Executiva de Comunicação enfrentamos todos os desafios para conquistar este importante Selo, iniciativa da Secretaria de Pessoa com Deficiência, na certeza de solidarizar com o bem-estar do cidadão. A Subprefeitura recebeu o Selo de Acessibilidades em 14/08/2018 com validação até 14/08/2019, sujeito a renovação. A iniciativa conta com validação da Comissão Permanente de Acessibilidade (CPA) e certifica páginas que cumprem com critérios de acessibilidade estabelecidos nacional e internacionalmente. O domínio https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/ermelino_matarazzo/ que contém a relação de páginas validadas do domínio, conseguiu atingir 96,87 de aderência da página principal - ASES, concluindo assim pela CPA, a aprovação deste órgão público.

36. Subprefeitura Ermelino Matarazzo (SUBEM)
Iniciativa 131

Nome da iniciativa: Conselho Participativo Municipal

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição
O Conselho Participativo Municipal foi eleito nos distritos de Ermelino e Ponte Rasa e assim fomos indicados pelo Subprefeito como interlocutores dos eleitos para com a Subprefeitura e a Secretaria responsável pelo mesmo. O Conselho tem por finalidade representar os moradores do bairro. Cabem aos conselheiros eleitos colher informações e demandas da população e articular com o poder público local a busca de melhorias para tais reivindicações.

Objetivo(s)
Ouvir a Comunidade e encaminhar pedidos e solicitações para providências.

Prazo/Duração: Ação constante.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?
Pelo fato de tornar público e de forma transparente com envolvimento participativo.

37. Subprefeitura Freguesia do Ó/Brasilândia (SUBFB)
Iniciativa 132

Nome da iniciativa: *Sem informações*

Está no Plano de Metas? Sim, aprimoramento da gestão e planejamento.

Descrição

Institucionalização da visão do Governo sobre mudanças embasada em evidências e indicadores.

Apoio efetivo da comunidade pública e privada para projetos a serem discutidos para iniciativas habitacionais socioculturais, educativas. Sem ser os já instituídos, para execução de projetos para integração dos jovens e adultos para Projetos para ajudar na construção uma São Paulo melhor não canal de Governo Aberto para reclamações

Melhora o nível de conhecimento da população e a comunicação entre governo e sociedade. Como o que é Governo Aberto e o que se pode fazer no aprimoramento da gestão e planejamento com a participação Secretarias e Sociedade.

Objetivo(s)

Trazer a tradução de dados em um índice que solidifique a necessidade integrada não dificultando na implantação de ferramentas para capacitação, geração e comunicação de dados públicos e privados. Sociedade com Projetos Instrutivos.

Junto aos Conselheiros Locais e ao Governo Local com a Interação das Sociedade trazendo Projetos a Prefeituras de seu Bairro com mais dinâmicas de grupos a Sociedades Civil, jovens e o Governo como Projetos Educativos para conscientização qual papel público e privado em suas sociedades.

Prazo/Duração: (efetivo).

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

Canal métodos para avaliar as decisões num contexto Geral as Secretarias e Sociedades privada e pública.

38. Subprefeitura Guaianases (SUBG)
Iniciativa 133

Nome da iniciativa: Audiência Pública

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição
A Audiência Pública será para realizar uma prestação de contas para a população, com todas as informações dos serviços prestados durante o 1º, 2º e 3º trimestre de 2018 (janeiro-setembro), pela Subprefeitura Guaianases.

Objetivo(s)
Com essa iniciativa pretendemos demonstrar aos munícipes que essa é uma gestão transparente.

Prazo/Duração: A Audiência Pública está marcada para o dia 17/10/2018.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?
Essa audiência atende um dos eixos do conceito de Governo Aberto que é a transparência nas ações da Prefeitura.

38. Subprefeitura Guaianases (SUBG)
Iniciativa 134

Nome da iniciativa: Página no Facebook

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição
Utilizar o Facebook da Subprefeitura Guaianases como ferramenta de comunicação para divulgar as ações, projetos e serviços de zeladoria.

Objetivo(s)
Divulgar, informar, orientar, responder aos munícipes seus questionamentos. A página também é utilizada como um canal oficial de informações e campanhas.

Prazo/Duração: Até o final da gestão.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?
Essa iniciativa atende dois eixos do conceito Governo Aberto, a transparência e a participação dos munícipes.

39. Subprefeitura Itam Paulista (SUBIP)
Iniciativa 135

Nome da iniciativa: Legalização do Comércio Comida de Rua

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição
O Projeto tem por objetivo a legalização e enquadramento do Comércio de Comida de Rua da região do Itaim Paulista nas Normas Vigentes, inclusive normas de higiene. Determinação dos locais adequados para que não haja conflitos com os comerciantes locais. Envolvimento da população da região para que os interessados participem do Chamamento Público, de acordo com a legislação vigente, e assim fomentem o Comércio Local.

Objetivo(s)
Legalização e enquadramento com Comércio de Comida de Rua nas normas Vigentes.

Prazo/Duração: O Projeto está sendo implementado, na fase de determinação dos pontos para realização do Comércio de Comida de Rua.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?
O chamamento Público traz publicidade ao projeto o que é tido como ato de transparência, um Princípio do Governo Aberto.

39. Subprefeitura Itaim Paulista (SUBIP)
Iniciativa 136

Nome da iniciativa: DedicAção

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição
O DedicAção é um programa de ações integradas da Prefeitura Regional do Itaim Paulista com as Secretarias Municipais e Entidades Civis pertencentes aos distritos Vila Curuçá e Itaim Paulista. O Êxito do programa se dá por conta da força tarefa da Coordenadoria Regional de Saúde do Itaim Paulista que, desde o início, disponibiliza as UBSs (Unidades Básicas de Saúde). Vila Curuçá, Jd. Silva Teles, Parque Santa Rita, Jd. Nélia e Cidade Kemel são os bairros que se beneficiam com a ação do DedicAção.

Objetivo(s)
Fortalecer o espirito de cidadania e trazer qualidade de vida aos munícipes da região, como saúde, meio ambiente, segurança, esporte, cultura, habitação, trabalho, serviços sociais, direitos humanos, assistência jurídica e apoio do comércio local.

Prazo/Duração: O Projeto já foi implantado e já está na segunda edição.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?
Incentivo de ações de políticas públicas.

40. Subprefeitura Jabaquara (SUBJA)
Iniciativa 137

Nome da iniciativa: COALIZÃO JABAQUARA

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição
A Prefeitura Regional Jabaquara - PR-JA integra o Projeto da Associação Pró Coalizões Comunitárias Antidrogas do Brasil, entidade sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, sediada em Pindamonhangaba-SP. Escolhida como Unidade piloto na Região formalizamos a COALIZÃO JABAQUARA que contempla 12 (doze) setores comunitários: Adolescente e Jovens, Pais de Famílias, Indústria e Comércio, Meios de Comunicação, Educação (pública e privada), ONG's relacionadas com a Juventude, Justiça, Organizações Religiosas e fraternais, Organizações Civis, Profissionais de Saúde Pública, Agências Governamentais e ONG's dedicadas a combater o consumo das drogas, composta por integrantes de Órgãos Públicos, Sociedade Civil e ONG's que trabalharam em Rede a fim de Diagnosticar Planejar, Implementar e Avaliar ações em uma área definida na Região do Jabaquara visando a Prevenção das Drogas.
Nesse momento estamos distribuindo os Instrumentos para Coleta de Dados por Amostragem entre Adolescentes / Jovens, Pais e Comunidade para avaliação e entendimento dos problemas, levantamento dos recursos disponíveis, planejamento e impactos na Comunidade a fim de auxiliar e direcionar políticas públicas, sua necessidade e eficácia.

Objetivo(s)
Criar Programas de combate e prevenção às drogas através de Coalizões Comunitárias Antidrogas, sob o lema: "comunidade segura, saudável e livre das drogas", com a disposição de trabalhar em conjunto com o programa das coalizões, contando com apoio de órgãos da Administração Pública, Privadas, Instituições Religiosas, Sociais e demais instituições.

Prazo/Duração: Seguindo cronograma estabelecido a Coalização Jabaquara deverá divulgar o diagnóstico da coleta de dados em nossas comunidades até outubro/18, planejar o estatuto da coalizão assim como documentação para criação da entidade jurídica (até novembro/18) e estabelecer cronograma de reuniões e eventos/atividades para divulgação do trabalho da Coalizão de agosto/18 a agosto/19.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

Pela abertura do projeto para a comunidade em geral, pela participação no projeto em questão (doze setores já mencionados e comunicação pela transparência dos dados obtidos).

41. Subprefeitura Jaçanã-Tremembé (SUBJT)
Iniciativa 138

Nome da iniciativa: Divulgação das ações realizadas pela Prefeitura Regional Jaçanã-Tremembé nas mídias

Está no Plano de Metas? Sim, Meta 49 e 51.

Descrição
Divulgação do orçamento e de todas as ações realizadas pela Prefeitura Regional Jaçanã-Tremembé no site da Prefeitura, no facebook página da prefeitura regional.

Objetivo(s)
Garantir que 100% dos dados informados pela Prefeitura estejam disponíveis em formato aberto, integrando ferramentas básicas de acessibilidade. Duplicar as visualizações do portal da prefeitura municipal de SP e o número de seguidores nas mídias sociais institucionais.

Prazo/Duração: Não há prazo definido.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?
Porque torna acessíveis as ações da gestão pública local.

42. Subprefeitura Lapa (SUBLA)
Iniciativa 139

Nome da iniciativa: Projeto de Usina de Compostagem

Está no Plano de Metas? Sim, Meta 24, projeto 34.

Descrição
Implantar programa visando o reaproveitamento de 66% dos resíduos orgânicos provenientes de podas e feiras livres

Objetivo(s)
Ampliação do volume de coleta seletiva no município e redução do volume de resíduos recicláveis enviados a aterros, gerando impactos socioambientais positivos relacionados ao aumento da vida útil dos aterros.

Prazo/Duração: Ação continuada

Por que se caracteriza como Governo Aberto?
Programa de ampliação da coleta seletiva para reaproveitamento de resíduos sólidos urbanos.

42. Subprefeitura Lapa (SUBLA)
Iniciativa 140

Nome da iniciativa: Projeto Implantação de Acessibilidade Rua Catão/Biblioteca Mario Schenberg

Está no Plano de Metas? Sim, Meta 25, projeto 35.

Descrição
Definir uma rede de vias para o uso de pedestres, que possibilite um deslocamento seguro. Acessível e a plena apropriação dos espaços públicos por todos que se locomovem a pé.

Objetivo(s)
Redução do índice de mortes no trânsito (em especial as decorrentes de atropelamentos) e aumento do uso da mobilidade a pé e apropriação dos espaços públicos pela população.

Prazo/Duração: Conclusão

Por que se caracteriza como Governo Aberto?
Estimular a mobilidade a pé na cidade e, concomitantemente, conferir maior segurança ao pedestre, reduzindo a ocorrência de acidentes.

42. Subprefeitura Lapa (SUBLA)
Iniciativa 141

Nome da iniciativa: Divulgação das ações realizadas pela Subprefeitura Lapa

Está no Plano de Metas? Sim, Meta 49, projeto 65.

Descrição
Divulgação do orçamento e de todas as ações realizadas pela Subprefeitura no site da Prefeitura e no facebook.
Utilizar o Facebook da Sub para divulgar todas as ações e serviços disponibilizados.

Publicação no site da Subprefeitura:

- programação semanal de zeladoria,
- agenda diária do Subprefeito,
- ata e convocação de reuniões do CADES e CPM,
- lista dos conselheiros do CADES, CPM, Tutelares,
- lista e contato dos servidores,
- entre outros (www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/Lapa)
- publicação do relatório semestral de atividades

Fixação do orçamento mensal nos murais da sede da Subprefeitura, convocação de reuniões do CPM e avisos de interesse da população.

Objetivo(s)
Garantir que 100% dos dados informados pela Prefeitura estejam disponíveis em formato aberto, integrando ferramentas básicas de acessibilidade. Duplicar as visualizações do portal da prefeitura municipal de SP e o número de seguidores nas mídias sociais institucionais.

Prazo/Duração: Ação continuada

Por que se caracteriza como Governo Aberto?
Porque dá transparência às ações realizadas pela Subprefeitura.

42. Subprefeitura Lapa (SUBLA)
Iniciativa 142

Nome da iniciativa: Implantação do processo eletrônico na Prefeitura de São Paulo.

Está no Plano de Metas? Sim, Meta 43, projeto 58.

Descrição
Migrar 100% dos tipos de processos administrativos hoje autuados em papel para o sistema eletrônico

Objetivo(s)
Redução do consumo de folhas de papel, reduzir o tempo médio de tramitação dos processos e aumento de transparência e de controle sobre o trabalho da gestão municipal

Prazo/Duração: Em andamento.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?
Ampliar a transparência das ações da gestão municipal.

43. Subprefeitura M'boi Mirim (SUBMB)
Iniciativa 143

Nome da iniciativa: Disseminação sobre a LAI - Lei de Acesso à Informação - Lei nº 12.527/2011

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição
Disseminação da Lei nº 12.527/2011 - Lei de acesso à informação a todos os servidores da Subprefeitura M´Boi Mirim, com cursos aplicados pela Controladoria Geral do Município, em diversos horários para contemplar todos os servidores.

Objetivo(s)
Disseminação da Lei nº 12.527/2011 - Lei de acesso à informação; Garantir o conhecimento sobre a efetividade do acesso à informação pública a municipalidade; Subsídio para publicidade das informações referentes a Subprefeitura M' Boi Mirim.

Prazo/Duração: 01/12/2018.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?
Porque traz conhecimento dos servidores sobre a publicidade de informações referente a Subprefeitura M' Boi Mirim à municipalidade gerando assim autonomia para divulgação de informações públicas.

43. Subprefeitura M'boi Mirim (SUBMB)
Iniciativa 144

Nome da iniciativa: Atualização Periódica do Catálogo Municipal de base de dados (CMBD)

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição
Criação de pasta compartilhada para acesso pelos setores aos documentos base de informações; Atualização periódica dos dados (tabela de temporalidade); Preenchimento da planilha completa do CMBD de acordo com dados da pasta compartilhada.

Objetivo(s)
Disseminação de informações da Subprefeitura M´Boi Mirim; Atendimento a lei de acesso a informação; Publicidade e transparência.

Prazo/Duração: Criação da Pasta - Outubro de 2018; Atualização dos dados (mensais, trimestrais, bimestrais) de acordo com a tabela de temporalidade.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?
Porque aumenta a disponibilidade de informações sobre atividades governamentais da Subprefeitura M´Boi Mirim através do Catálogo Municipal de base de dados.

44. Subprefeitura São Miguel Paulista (SUBMP)
Iniciativa 145

Nome da iniciativa: Implantação do Programa Descomplica SP

Está no Plano de Metas? Sim, implementar o padrão Poupatempo em todas as 32 regionais. Linha de ação: Implementar o Descomplica SP na Subprefeitura de São Miguel Paulista

Descrição
Implantar o padrão Poupatempo, unidades de atendimento chamadas Descomplica SP na Subprefeitura de São Miguel Paulista

Objetivo(s)
Modernizar e aumentar a capacidade de atendimento da Subprefeitura, descentralizando serviços e inovando nas práticas de atendimento.

Prazo/Duração: Implantado/Inaugurado em 12 de março de 2018

Por que se caracteriza como Governo Aberto?
O Descomplica SP busca aproximar o cidadão dos serviços da Prefeitura, descentralizando atendimento, inovando as práticas de prestação de serviço por meio de padrões de atendimento personalizado e humano, realizando inserção digital aos meios eletrônicos da Prefeitura de São Paulo com mecanismos de transparências e prestação de contas.

45. Subprefeitura Parelheiros (SUBPA)
Iniciativa 146

Nome da iniciativa: Divulgação das ações realizadas pela Subprefeitura Parelheiros

Está no Plano de Metas? Sim, Meta 49.

Descrição
Divulgação do orçamento e de todas as ações realizadas pela Subprefeitura Parelheiros no site da Prefeitura e no facebook.

Objetivo(s)
Garantir que 100% dos dados informados pela Prefeitura estejam disponíveis em formato aberto, integrando ferramentas básicas de acessibilidade. Duplicar as visualizações do portal da prefeitura municipal de SP e o número de seguidores nas mídias sociais institucionais.

Prazo/Duração: Não há prazo definido.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?
Porque torna acessíveis as ações da gestão pública local.

46. Subprefeitura Penha (SUBPE)
Iniciativa 147

Nome da iniciativa: PR-PENHA ESCLARECE

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição
O projeto será um encontro com parceiros, população local e servidores municipais para a realização de palestras orientativas que abordem temas da rotina da Prefeitura Regional.

Objetivo(s)
Fomentar a participação e acesso a informação.

Prazo/Duração: 4 meses (setembro a dezembro).

Por que se caracteriza como Governo Aberto?
Por aumentar a disponibilidade de informações sobre as atividades exercidas na Prefeitura Regional.

47. Subprefeitura Perus (SUBPR)
Iniciativa 148

Nome da iniciativa: Fale com a Prefeita

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição
Atender às demandas solicitadas pelos munícipes.

Objetivo(s)
Aproximação da Subprefeitura com os munícipes.

Prazo/Duração: Todas as quartas-feiras, 08h às 10h00 (1x por semana).

Por que se caracteriza como Governo Aberto?
Porque tem participação cidadã e o apoio à participação social dentro da gestão pública.

48. Subprefeitura Santana/Tucuruvi (SUBST)
Iniciativa 149

Nome da iniciativa: Programas de intervenção territorial – Planos de Bairros da Subprefeitura Regional de Santana / Tucuruvi / Mandaqui

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição
Os Planos de Bairros serão programas de intervenção territorial que, a partir da participação efetiva dos cidadãos em seu planejamento e gestão, visam desenvolver ações urbanísticas, programas sociais, culturais e econômicos, adequando-se às necessidades e desejos da população, respeitando a escala local das áreas e bairros a serem definidos, aos quais serão elegidas ações por prioridades a fim de avançar para reequilibrar a ocupação territorial e social da cidade, apoiadas na sustentabilidade ambiental e qualidade de vida.

Objetivo(s)
Os objetivos prioritários dos Planos de Bairros são os seguintes:
1. Promover a coesão social e o reequilíbrio territorial;
2. Promoção da participação ativa dos cidadãos;
3. Consolidação dos princípios de corresponsabilidade e solidariedade territorial.

Prazo/Duração:
O início dos trabalhos: novembro de 2018;
1ª etapa: até julho de 2019;
2ª etapa: até novembro de 2019.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?
Os Planos de Bairros participativos são, na sua concepção e essência, um processo democrático que necessita para alcançar e garantir eficácia e eficiência, se utilizar das ferramentas de transparência de governança e as dinâmicas das redes sociais, a fim de:
a. Incorporar uma maior transparência no processo de planejamento urbano;
b. Fornecer conhecimento do Plano Urbanístico em vigor (PDE e Plano Regional);
c. Proporcionar informação homogênea e acessível de dados levantados e agregados;
d. Estabelecer as bases de um modelo que facilite análises supramunicipal do processo de urbanização;
e. Assimilação de indicadores de desenvolvimento territorial e urbano sustentável;

f. Compreender a disponibilidade, controle e decisão do uso do solo, como a evolução na forma de ocupação;
g. Fomentar a Participação e Cidadania efetiva na tomada de decisões, baseada em adequada Informação.

48. Subprefeitura Santana/Tucuruvi (SUBST)
Iniciativa 150

Nome da iniciativa: Sistema de Sugestões e Críticas da Subprefeitura Regional de Santana / Tucuruvi / Mandaqui

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição
Necessidade de um canal de Serviços ao Cidadão na Subprefeitura Regional de Santana/Tucuruvi/Mandaqui a fim de garantir o direito dos cidadãos de enviar sugestões e reivindicações que estabeleçam o grau de necessidade e índices de prioridade, para que todas possam ser incorporadas em um único aplicativo que constituirá o Sistema de Sugestões e Críticas da Subprefeitura Regional ST. Espera-se que, para o conhecimento e resolução das propostas e críticas sobre ações e competência local poder-se-á criar um corpo especializado.

Objetivo(s)
O objetivo genérico de qualquer Sistema de Sugestões e Críticas é melhorar a qualidade dos serviços que são prestados. Sabendo, graças à participação cidadã, qual a opinião dos cidadãos sobre os serviços prestados e detectar onde o seu mau funcionamento ocorre e assim, poder-se-á adotar iniciativas destinadas a melhorar a sua qualidade.
O Sistema de Sugestões e Críticas da Subprefeitura Regional ST visa:
1. Aproximar o governo dos cidadãos, estabelecendo um mecanismo de comunicação entre eles, existindo um feedback entre todos.
2. Conhecer as necessidades e demandas dos cidadãos com o consequente enriquecimento e ajustamento na renovação das políticas públicas.
3. Conhecer a opinião dos cidadãos sobre os serviços a eles prestados, melhorando a provisão deles.
4. Ajustar as políticas e serviços públicos às reais necessidades e preferências dos cidadãos.
5. Detectar onde o bom e mau funcionamento dos serviços são fornecidos.
6. Permitir que todos os cidadãos que desejem fazê-lo tenham a possibilidade de expressar sua satisfação ou insatisfação com a ação municipal.
7. Contribuir para gerar uma cultura de participação cidadã que amplia a visão e a intervenção pela cidadania, com isso fortalecer seu poder no sistema democrático.

Prazo/Duração: 6 meses para planejamento e estruturação. Após implementação o presente projeto é permanente.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?

Do campo da gestão, será possível ter rastreabilidade do procedimento, com uma classificação de informações muito mais detalhada, o que permite um maior conhecimento das ações e razões pelas quais os cidadãos reivindicam, a fim de tornar metas uma realidade do Sistema de Sugestões e Críticas, e assim:

1. Detectar as áreas de melhoria.
2. Possibilidade de enviar avisos aos cidadãos para esclarecer aspectos dos seus pedidos, ou incluir anotações e anexar arquivos.
3. Disposição aos gestores ferramentas de análise e exploração estatística dos dados através de uma ferramenta de *Business Intelligence (BI).*

48. Subprefeitura Santana/Tucuruvi (SUBST)
Iniciativa 151

Nome da iniciativa: Comunidade Virtual de Voluntariado da Subprefeitura Regional de Santana / Tucuruvi / Mandaqui

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição
Com o objetivo de que os cidadãos conheçam os diferentes projetos de voluntariado promovidos pela Subprefeitura ST e pelas diferentes entidades cidadãs, ONG's será criada uma plataforma virtual de voluntariado na qual, com o endosso das demais secretarias e órgãos que atuam no território, os cidadãos conhecerão e poderão participar na oferta de projetos de voluntariado.

Objetivo(s)
Destina-se a expandir a divulgação de voluntariado como forma de cidadania efetiva (projetos permanentes ou pontuais) e a responsabilidade social dos munícipes, dos empreendedores e das empresas inseridas na área do território da SP ST. Com o objetivo de informar aos cidadãos de todos os mecanismos e instrumentos de Participação de Voluntariado disponível no território da SP ST.

Prazo/Duração:
O planejamento estratégico para o desenvolvimento desta ação é:
1. Primeira fase: final do último trimestre de 2018
2. Implementação da Comunidade Virtual: até o primeiro trimestre de 2019

Por que se caracteriza como Governo Aberto?
A comunicação em rede, de um lado a oferta das vagas de voluntariado, bem como do outro, os interessados em ocupá-las, necessita de uma plataforma ágil e transparente, na qual todos possam participar e entender o papel a se cumprir, valorizando a ação local e ciente do contexto da abrangência.

48. Subprefeitura Santana/Tucuruvi (SUBST)
Iniciativa 152

Nome da iniciativa: Participação infantojuvenil para formação e cidadania

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição
Criação de oficinas participativas infantojuvenis, com apoio das unidades escolares (públicas e privadas) na qual serão tratados os assuntos relacionados com o cotidiano e o olhar sobre a cidade, produzindo um diagnóstico sobre o território. Na medida em que o processo de conscientização se estabeleça serão aplicadas metodologias de produção de conteúdo de expressão individual e coletiva, capaz de indicar quais ações são desejadas e quais os efeitos benéficos serão esperados, o quê e o porque deva excluir, permanecer ou transformar.

Objetivo(s)
O objetivo desta ação é promover e incentivar espaços que favoreçam participação infantojuvenil como um instrumento para conscientizar as crianças e os jovens da necessidade de sua participação responsável como cidadãos, por meio da reflexão e do diálogo sobre os assuntos da esfera pública, que transitam pelo meio ambiente, pela cultura, a dinâmica social e que ofereça a todos um olhar crítico sobre a cidade, levantando questionamentos próprios e coletivos, capazes de construir propostas, projetos. Estes, além de balizar em que medida as medidas e ações do governo vão ao encontro destes desejos e aspirações, levem até a representação de qual cidade ideal, justa e democrática se possa alcançar juntos. Por ser a criança o modelo mais próximo de referência da espontaneidade, ajudem a diferenciar necessidade, desejo e sonho, algo escasso na maturidade moldada pelos tempos hipermodernos definidos pela individualidade e fragilidade do ser criativo.

Prazo/Duração: O planejamento estratégico para o desenvolvimento desta ação é:
1. Celebração da Plenária da Infância e Juventude: início das atividades escolares do primeiro semestre de 2019.
2. Realização de ações de conscientização: até julho de 2019.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?
Trata-se um processo de participação cidadã que se utiliza de metodologias capazes de interagir e aplicar novas tecnologias que já estão inseridas na vida das crianças e adolescentes. Tal mecanismo em rede acelera os canais

de informação e discussão, trazendo para as oficinas uma dinâmica maior, apto para compor múltiplos canais. Tal imediação tem condições de ultrapassar as possíveis e "esperadas" barreiras que venham acontecer. A princípio, em face da complexidade dos temas a serem tratados, mais adiante chegar a síntese da simplicidade do cotidiano. Tal processo busca oferecer às crianças e aos jovens as condições de vislumbrar trajetórias ainda não pautadas, perceber caminhos, alternativas e assim marcarem o seu intento no território, demonstrando o sentimento pertencimento, o cultivo do lugar.

48. Subprefeitura Santana/Tucuruvi (SUBST)
Iniciativa 153

Nome da iniciativa: Controle da qualidade pós-serviço da SUB-ST

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição
Checagem do grau de satisfação do munícipe (feedback) após a execução de todos os serviços públicos oferecidos pela Sub-ST, desde a execução de um tapa buraco, poda de uma árvore, limpeza de um córrego, até a emissão de um alvará, licença, ou ação fiscal realizada. A checagem será realizada em todas as solicitações feitas no sistema SIRGRC, e será realizada preferencialmente por e-mail, e em exceções e casos de necessidade por telefone e/ou celular. Após as aferições da satisfação do munícipe com notas de 0 a 5, serão realizados os tratamentos estatísticos das respostas, e emissão de relatórios diversos cpm, por exemplo, a média de nota dada, por serviço, setor, período, etc, sendo portanto instrumento de gestão de qualidade a ser utilizado para a contínua melhoria dos serviços oferecidos pela SUB-ST.

Objetivo(s)
Aferir o grau de satisfação do Munícipe que teve sua solicitação atendida.

Prazo/Duração: 6 meses para planejamento e estruturação. Após implementação o presente projeto é permanente.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?
Porque promove um rápido canal digital de comunicação ativa entre sociedade e prefeitura.

49. Subprefeitura Sapopemba (SUBSB)
Iniciativa 154

Nome da iniciativa: *Sem informações.*

Está no Plano de Metas? Sim, Meta 49, projeto 65.

Descrição
Publicar relatórios semestrais sobre ações e obras das Prefeituras Regionais por meio eletrônico, a fim de garantir acompanhamento, fiscalização e avaliação.

Objetivo(s)
Garantir que toda população tenha acesso às ações e obras realizadas pelas Prefeituras Regionais.

Prazo/Duração: Semestralmente.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?
Porque atende a Meta 49.

50. Subprefeitura São Mateus (SUBSM)
Iniciativa 155

Nome da iniciativa: *Sem informações.*

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição
Está em andamento o planejamento junto ao Conselho Participativo Municipal e a Prefeitura Regional para definição das prioridades mais necessárias no atendimento das melhorias para a região de abrangência da Prefeitura Regional de São Mateus e após será dado prosseguimento no encaminhamento aos órgãos envolvidos.

Objetivo(s)
Conseguir trazer uma melhor qualidade de vida para a região.

Prazo/Duração: 6 meses.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?
Devido ao fato de tornar público e de forma transparente com envolvimento participativo.

51. Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme (SUBMG)
Iniciativa 156

Nome da iniciativa: Comitê Combate a Dengue

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição
A formação do Comitê de Combate à Dengue foi instituído para discussões e ações para a Prevenção e Controle de Epidemias de Dengue e a importância do envolvimento do Poder Público. Assim sendo, o Comitê de Combates à Dengue tem por finalidade coordenar a implementação em nível regional das ações de controle a estes problema.

Objetivo(s)
Chamar atenção dos munícipes em medidas de prevenção, que envolvem a eliminação de possíveis focos do inseto em determinadas áreas.

Prazo/Duração: O projeto está sendo discutido, e será implantado em breve juntamente com os envolvidos.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?
O projeto em si traz conceito e conscientização de prevenção, que propõe aumentar e conscientizar cada vez mais a população da importância de praticar os cuidados com a dengue.

51. Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme (SUBMG)

Iniciativa 157

Nome da iniciativa: Legalização do Comércio Comida de Rua

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição
O projeto tem por objetivo a legalização e enquadramento de mais pontos de Comércio de Comida de Rua da região nas Normas Vigentes, inclusive Normas de Higiene e determinar os locais adequados para que não haja conflito com os comerciantes locais.

Objetivo(s)
Legalização de mais pontos Comida de Rua.

Prazo/Duração: O projeto está sendo em fase da determinação de pontos.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?
Chamamento Público traz a publicidade ao projeto traz transparência que é um princípio do Governo Aberto.

51. Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme (SUBMG)
Iniciativa 158

Nome da iniciativa: Qualidade com excelência no atendimento

Está no Plano de Metas? Não.

Descrição
Temos como objetivo à qualidade de serviços e o bom atendimento aos contribuintes e agilização nos atendimentos a processos e expediente em geral.

Objetivo(s)
Agilização nos atendimentos a processos, SACs, TIDs, Seis.

Prazo/Duração: Imediato.

Por que se caracteriza como Governo Aberto?
Manter transparência e agilização nos trabalhos.

Considerações Finais

Obtivemos a coleta de 58 planilhas com 158 iniciativas de Governo Aberto. Assim, dos 77 entes contatados 66,23% possuem ações voltadas para a Pauta de Governo Aberto. Diante desse quadro, pode-se dizer que o objetivo inicial de identificar como a pauta de Governo Aberto está se inserindo na Prefeitura de São Paulo foi atingido.

Com o mapeamento realizado, foi possível observar que há uma diversidade de percepções do conceito de Governo Aberto, o que sinaliza a necessidade de um trabalho de sensibilização da pauta em cada um dos órgãos municipais, a fim de criar uma visão mais consistente sobre os princípios de Governo Aberto.

A sua realização também contribuiu com a disseminação da agenda de Governo Aberto, pois um número considerável de servidores responsáveis pelo preenchimento da planilha desconhecia a pauta e, após a apresentação da demanda, se interessaram a ponto de criarem projetos em tempo de fazê-los constar neste mapeamento.

O presente mapeamento será atualizado a cada dois anos e, a partir de novembro de 2018, será iniciada a etapa de aprofundamento, que se trata da realização de reuniões específicas com os gerentes das iniciativas e também com atores estratégicos nos entes municipais, onde detalharemos o conhecimento acerca dos projetos e identificaremos os gargalos que dificultam a sua execução.

São Paulo Aberta

Expediente

Secretário Municipal de Relações Internacionais

Embaixador Affonso Massot

Secretário Adjunto de Relações Internacionais

Rodrigo Massi

Chefe de Gabinete

Jéssica Souza de Brito

Supervisão para Assuntos de Governo Aberto

Patrícia Marques dos Santos

Assessoria para Assuntos de Governo Aberto

Danielle Christina Bello de Carvalho

Fernanda Nascimento de Lima

Gabriela Boechat

Luana Santos Lopes

Mariana de Sousa Caires

Mayza Scalan Elias

Estagiárias

Camila Aparecida Padilha Gomes

Laura de Almeida Lopes Thomaz